



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2009-2012

JOÃO PESSOA/PB – AGOSTO 2010



Eu vos dei raízes, outros vos darão asas,
o selo da perpetuidade.
José Américo de Almeida

REITORADO

Rômulo Soares Polari
REITOR

Maria Yara Campos Matos
VICE-REITORA

Luiz de Sousa Junior
Chefe de Gabinete

Agamenon Travassos Marinho
Secretário dos Órgãos Colegiados (SODS)

Paulo Sérgio Vieira de Moura
Assessor Geral do Gabinete

Sérgio Ricardo Figueiredo de Souza
Coordenador de Controle Interno

Luiz Eduardo Moura Teixeira de Carvalho
Assessor de Comunicação

Felix Augusto Rodrigues
Assessoria Internacional

Gustavo Barbosa de Mesquita Batista
Comissão de Direitos Humanos

Francisco das Chagas Gil Messias
PROCURADOR GERAL

José Arimatéa Menezes Lucena
SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS

Alecsandro Monteiro Kramer
Coordenação de Legislação e Normas

Fábio Abrantes de Oliveira
Coordenação de Recursos Humanos

Marcelo de Figueiredo Lopes
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Severino de Almeida Nóbrega
Coordenador de Contabilidade e Finanças

Maria Elizabeth B. Pimenta Braga
Coordenadora de Administração

Paulo Fernando de M. B. Cavalcanti Filho
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Araci Farias Silva
Coordenadora de Planejamento

Leocádia Felício da Silva
Coordenadora de Orçamento

Milton Fernando Mororó de Andrade
Coordenador de Convênio

Valdir Barbosa Bezerra
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Onofre Maurício de Moura
Coordenador de Estágio e Monitoria

Severino Elias Sobrinho
Coordenador de Escolaridade

Milva Barreto Hernandez Pereira
Coordenadora de Currículos e Programas

Francineide Martins
Coordenadora da Comissão Própria de Avaliação Institucional

Rosimar de Castro Barreto
Coordenador da Comissão de Melhoria de Ensino

Lucídio dos Anjos Formiga Cabral
COMISSÃO DE ENSINO A DISTÂNCIA

Isac Almeida de Medeiros
PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Rogéria Gaudêncio do Rego
Coordenadora de Ciências, Tecnologia e Pesquisa

Newton César Viana Costa
Coordenador Pós-Graduação

Carlos Antônio Cabral Santos
Coordenador de Inovação Tecnológica

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Fernando Augusto Medeiros da Silva
Coordenador de Programas de Ação Comunitária

Ilka Maria Lima de Araújo
Coordenadora de Assistência e Promoção Estudantil

Carlos Anísio de Oliveira e Silva
Coordenador de Extensão Cultural

Kleber Salgado Bandeira
Superintendente do Sistema de Restaurante Universitário

Luiz Renato de Araújo
SECRETÁRIO ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE SETOR PRODUTIVO

Alessandro da Cunha Diniz
PREFEITO UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS I

Antonio Borba Guimarães
Vice-Prefeito

Sérgio de Albuquerque Souza
COORDENADOR DO NTI

Sônia Suely Araújo Pessoa Rosas
DIRETORA DA BIBLIOTECA CENTRAL

Sandra Regina Moura
DIRETORA DO PÓLO MULTIMÍDIA

José Luiz da Silva
DIRETOR DA EDITORA UNIVERSITÁRIA/EDU

João Batista da Silva
SUPERINTENDENTE DO HULW

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PDI UFPB-2009/2012

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN

Paulo Fernando de M. B. Cavalcanti Filho

Pró-reitor

Araci Farias Silva

Coordenadora de Planejamento - CODEPLAN

PRA – Pró-Reitoria Administrativa

Marcelo de Figueiredo Lopes

Pró-Reitor

Maria Elizabeth B. P. Braga

Coordenadora de Administração - CA

Pró-Reitoria de Graduação - PRG

Valdir Barbosa Bezerra

Pró-reitor

Severino Elias Sobrinho

Coordenador de Ensino e Escolaridade - CODESC

Rosimar de Castro Barreto

Coordenador da Comissão Permanente para Melhoria do Ensino - CPME

Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa - PRPG

Isac Almeida de Medeiros

Pró-Reitor

Rogéria Gaudêncio do Rego

Coordenadora de Pesquisa

Newton César Viana Costa

Coordenador de Pós-Graduação

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - PRAC

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

Pró-Reitora

Ilka Maria Lima de Araújo

Coordenação de Assistência Estudantil - COAPE

Fernando Augusto Medeiros da Silva

Coordenador de Programas de Ação Comunitária – COPAC

Kleber Salgado

Superintendente do Restaurante Universitário

SIUSP – Superintendência de Integração com o Setor Produtivo

Luiz Renato de Araújo

Pró-Reitor

Iyson Ferreira dos Santos

Engenheiro

SRH – Superintendência de Recursos Humanos

José de Arimatéa Menezes Lucena

Superintendente

Fábio Abrantes de Oliveira

Coordenador da CRH/SRH

Prefeitura Universitária

Alessandro da Cunha Diniz

Prefeito Universitário

Antonio Borba Guimarães

Vice Prefeito

Brunna Lima de Almeida

Direção de Projetos

Núcleo de Tecnologia da Informação

Sérgio de Albuquerque Sousa
Coordenador

Ewerton Leandro da C. Araújo
Analista de sistemas

Pólo Multimídia

Sandra Regina Moura
Diretora

Diolinda Madrilena F. Silva
Jornalista

Comissão Permanente de Avaliação - CPA

Francineide Almeida P. Martins
Presidente

Biblioteca Central

Sonia Suely Araújo Pessoa
Diretora

Fábio Firmino Machado
Vice-Diretor

REUNI

Guido Lemos de Sousa Filho
Coordenador Geral

Ana Cristina Taigy de Medeiros Queiroz Mello
Coordenadora de Infraestrutura

Uyguaciara Veloso Castelo Branco
Coordenadora Acadêmica

Orlando Villar
Coordenador CT, CCA, CCHSA

UFPB Virtual

Marta Van der Linden
Coordenadora de Capacitação

Edson de Figueiredo Lima Junior
Coordenador Adjunto

Hospital Universitário

Nadja Maria B. de Brito
Diretora Administrativa Adjunta

Helena Cristina Chacon de Figueiredo
Diretora de Planejamento

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PDI 2009-2012/UFPB

Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Araci Farias Silva

Coordenadora de Planejamento

Ana Carmen Navarro de Moraes

Assistente em Administração

Ana Paula Lopes de Souza

Economista

Danilo Monteiro Gomes

Administrador

Diogo Araújo Sampaio

Economista

João Filadelfo de Carvalho Neto

Professor do EBTT

Neviton Otaviano de Almeida

Técnico em Assuntos Educacionais

Maria do Carmo Maracajá Alves

Estagiária

Patience Alves Passoni

Estagiária

Marília Medeiros de Araújo

Estagiária

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS PDI UFPB 2009-2012.....	24
QUADRO II – PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – UFPB.....	26
QUADRO III – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI 2009-2012.....	31
QUADRO IV – EXECUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	33
QUADRO IV – PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE NOVOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	79
QUADRO V – PROGRAMAÇÃO DE EXPANSÃO DE VAGAS NOS CURSOS ATUAIS	80
QUADRO VI – CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO CRIADOS EM 2009 E PREVISÃO PARA 2010 ..	82
QUADRO VII – MESTRADOS E DOUTORADOS PREVISTOS ATÉ 2012	83
QUADRO VIII - CURSOS DO PROBEX E FLUEX OFERTADOS EM 2009.....	84
QUADRO IX – PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS À DISTÂNCIA PARA 2010	85
QUADRO X – PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES DOCENTES	103
QUADRO XI – PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS	105
QUADRO XII – INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES ACADÊMICAS.....	122
QUADRO XIII – ACERVO POR CENTRO DE ENSINO.....	124
QUADRO XIV – AQUISIÇÃO DE LIVROS PROJETADA (2010-2012)	125
QUADRO XV – SERVIÇOS OFERECIDOS PELA BIBLIOTECA CENTRAL	126
QUADRO XVI – PROJEÇÃO DE RECEITAS –UFPB (2009-2012)	131
QUADRO XVII – PROJEÇÃO DAS DESPESAS –UFPB (2009-2012).....	133
QUADRO XVIII – PROJEÇÃO DE RECEITAS – HULW.....	134
QUADRO XIX – PROJEÇÃO DAS DESPESAS – HULW (2009-2012)	135
QUADRO XXI - DOCENTES DE 3º GRAU E DO ENS. BÁSICO TÉC. E TECNOLÓGICO (EBTT) ATIVOS – ABRIL/2010	148
QUADRO XXII - SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS ATIVOS - ABRIL/2010	148
QUADRO XXIII – PROJETOS SISTÊMICOS.....	153
QUADRO XXIV – MÓDULOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA UFRN A SEREM IMPLANTADOS NA UFPB ATÉ 2012.....	156
QUADRO XXV – NÍVEIS ESTRATÉGICOS NA GOVERNANÇA DO PDI.....	158

QUADRO XXVI – ÁREAS ESTRATÉGICAS DA UFPB.....	161
QUADRO XXVII - CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPB – 2009	161
QUADRO XXVIII – AÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – UFPB (2009-2012)	164
QUADRO XXIX – AMBIENTES ORGANIZACIONAIS	164

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação dos Dirigentes das Instituições Federais
BCCF	Bloco de Componentes Curriculares Flexíveis
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAVN	Colégio Agrícola Vidal de Negreiros
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCAE	Centro de Ciências Aplicadas e da Educação
CCEN	Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCHLA	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCJ	Centro de Ciências Jurídicas
CCM	Centro de Ciências Médicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CE	Centro de Educação
CCHSA	Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrícolas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPORTA ESPECIAL	Comitê de Apoio ao Estudante Portador de Necessidades
CONSEPE	Conselho de Ensino e Pesquisa
CONSUNI	Conselho Universitário
COPERVE	Comissão Permanente do Concurso Vestibular
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CT	Centro de Tecnologia
CTDR	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
D.O.U.	Diário Oficial da União
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EAD	Ensino à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes Especiais
ETS	Escola Técnica de Saúde
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão
HULW	Hospital Universitário Lauro Wanderley
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras
ICPEDU	Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa
IDEP	Instituto de Desenvolvimento da Paraíba
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LAVID	Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MSC	Movimento Social do Campo
MST	Movimento dos Sem Terra
NAC	Núcleo de arte Contemporânea
NDIHR	Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
NEPHF	Núcleo de Estudos e Pesquisas Homeopáticas e Fitoterápicas
NEPREMAR	Núcleo de Estudos e Pesquisas de Recursos do Mar

NESC	Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva
NETEB	Núcleo de Estudos e Tecnologia em Engenharia Biomédica
NEUD	Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres
NIESN	Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Saúde e Nutrição
NIETI	Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade
NIPAN	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero
NTU	Núcleo de Teatro Universitário
NUDOC	Núcleo de Documentação Cinematográfica
NUMETROP	Núcleo de Medicina Tropical
NUPPA	Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos
NUPPO	Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular
PAIAD	Programa de Atendimento Integral ao Alcoolista e Outros Dependentes Químicos
PAPG	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PCCTAE	Plano de Cargos e Carreira do Servidor Técnico-Administrativo
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa de Estudante Convênio – Graduação
PEC-RP	Programa Estudante Convênio Rede Pública
PIANI	Programa de Intercâmbio Nacional e Internacional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PRAC	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Apoio ao Estudante
PRG	Pró-Reitoria de Graduação
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROLICEN	Programa de Apoio às Licenciaturas
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PRPG	Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa
PSS	Processo Seletivo Seriado
PSTV	Processo Seletivo de Transferência Voluntária
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
REHUF	Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
RU	Restaurante Universitário
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGProj	Sistema de Informação e Gestão da Extensão
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
SRH	Superintendência de Recursos Humanos
SUVAG	Sistema Universal Verbotonal da Audição Guberina
TI	Tecnologia da informação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNICEF	Fundo das Nações Unidas Para a Infância

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
1 PERFIL INSTITUCIONAL.....	21
1.1 MISSÃO E VISÃO.....	21
1.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO .	21
1.3 DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS.....	23
1.4 A ESTRATÉGIA E A GOVERNANÇA	28
1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA DA UFPB.....	34
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	34
2.1 INSERÇÃO REGIONAL.....	34
2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO.....	36
2.3 POLÍTICA DE ENSINO	39
2.3.1 Ensino Presencial	39
2.3.2 Ensino a Distância.....	46
2.4 POLÍTICA DE PESQUISA	47
2.5 POLÍTICA DE EXTENSÃO	49
2.6 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	53
2.7 POLÍTICA DE GESTÃO.....	54
2.7.1 Gestão Administrativa	54
2.7.2 Gestão do Planejamento.....	55
2.7.3 Gestão de Pessoal.....	59
2.7.4 Gestão da Informação	63
2.7.5 Gestão da Comunicação.....	70
2.8 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.....	74
2.9 INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-SETOR PRODUTIVO.....	76
3 DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	79

3.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO 2009-2012.....	79
3.1.1 Programação de abertura de novos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo).....	79
3.1.2 Programação de expansão de vagas nos cursos atuais.....	80
3.1.3 Programação de abertura de cursos de ensino médio	81
3.1.4 Programação de abertura de cursos de pós-graduação (<i>lato e stricto sensu</i>).....	82
3.1.5 Programação de abertura de cursos de extensão.....	84
3.1.6 Programação de abertura de cursos a distância.....	85
3.2 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS	86
3.2.1 Perfil de egresso	86
3.2.2 Seleção de conteúdos	88
3.2.3 Princípios metodológicos.....	90
3.2.4 Processo de avaliação	92
3.2.5 Atividade prática profissional, complementares e de estágios	94
3.3 INOVAÇÕES NA ESTRUTURA ACADÊMICA.....	96
3.4 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS...98	98
3.5 AVANÇOS TECNOLÓGICOS.....	100
4 CORPO DOCENTE.....	102
4.1 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO E REQUISITOS DE TITULAÇÃO.....	102
4.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO.....	102
4.3 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS PROFESSORES DO QUADRO	103
4.4 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE	103
5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	103
5.1 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO.....	103
5.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO	104

5.3	CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO..	104
6	CORPO DISCENTE.....	105
6.1	FORMAS DE ACESSO.....	105
6.2	PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO	107
6.3	ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA.....	110
6.4	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	111
6.5	ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	111
7	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	112
7.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO.....	112
7.2	ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL.....	114
7.3	ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO	115
7.4	ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	117
8	AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	118
8.1	METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO	118
8.2	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA.....	119
8.3	FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....	120
9	INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	121
9.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES ACADÊMICAS.....	121
9.2	INFRAESTRUTURA ACADÊMICA	122
9.2.1	Laboratórios	122
9.2.2	Inovações tecnológicas	123
9.2.3	Biblioteca	124
10	ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA	126
11	DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	130
	ANEXOS	136
	ANEXO I – PERFIS ACADÊMICO-ADMINISTRATIVOS DOS CENTROS DA UFPB.	136

ANEXO II – CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM ABRIL/2010	.148
ANEXO III – OS PROGRAMAS ESTRUTURANTES149
ANEXO IV – PROJETOS SISTÊMICOS153
ANEXO V – DESTAQUES ESTRATÉGICOS154
ANEXO VI – ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA DO PDI158
ANEXO VII – INTEGRAÇÃO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E EXECUÇÃO158
ANEXO VIII – ÁREAS ESTRATÉGICAS161
ANEXO IX – CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPB161
ANEXO X – AÇÕES ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (COAPE)164
ANEXO XI – AMBIENTES ORGANIZACIONAIS164
ANEXO XII – ORGANOGRAMAS DAS PRÓ-REITORIAS166
ANEXO XIII – ATRIBUIÇÕES DAS PRÓ-REITORIAS168
ANEXO XIV - ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA174

APRESENTAÇÃO

No atual estágio de complexidade que caracteriza o funcionamento das organizações, a necessidade do planejamento se impõe aos administradores. O problema não é decidir entre planejar ou não planejar e sim entre ter um bom ou um mau planejamento. No âmbito institucional, essa função procura cumprir os objetivos básicos de apoiar o processo decisório, assegurar o primado da racionalidade administrativa e orientar as ações institucionais.

Na sua concepção técnica correta, o plano é o produto final de um processo de planejamento e deve ser feito pela e para a Instituição e não apenas para a Instituição. Caso contrário, o plano torna-se inadequado e tende a ser objeto de descrédito, com elevada resistência à sua implementação. Considerando essa premissa, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ora apresentado caracteriza-se como essencialmente participativo.

Em uma universidade pública federal, a natureza essencial das estratégias não deve se concentrar na mera busca do produtivismo. O desejável é que a Instituição tenha linhas de ação viabilizadoras de uma nova cultura administrativa, assegurando a sua permanente adaptação ou ajustamento a um cenário externo em contínuas e profundas mudanças. Os seus objetivos de expansão – com novas áreas de atuação e liderança acadêmico-científica, tecnológica e organizacional, na região, no país ou no mundo – são, de fato, estratégias voltadas ao aumento da eficiência social e melhoria do desempenho institucional.

O PDI da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) partiu da análise da situação atual de suas Unidades Acadêmico-Administrativas visando à projeção daquilo que a Instituição quer e pode ser no futuro. Isto implicou conceber adequadamente, no âmbito interno e externo, os aspectos fortes ou vantagens, facilitadores do desenvolvimento institucional, e os pontos fracos ou desvantagens a enfrentar. À luz dessa contextualização analítica, situando-a no contexto externo em que atua, foi possível definir a sua Missão e construir a coerente Visão de Futuro que a Universidade tem de si mesma. A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB, entendida como um processo, enfatizou principalmente a concepção qualitativa, no médio e longo prazo. Os seus delineamentos foram discutidos com a comunidade universitária, no decorrer do ano de 2009. Com base nas propostas e nos compromissos assumidos nas reuniões de planejamento, foram definidos os elementos orientadores da vida acadêmico-administrativa institucional: a Missão, a Visão de Futuro, as Diretrizes, os Objetivos e as Metas.

O PDI/UFPB-2009-2012 foi elaborado com uma ampla participação e colaboração de todos os dirigentes de suas unidades acadêmico-administrativas, dos seus quadros profissionais (docentes e servidores técnico-administrativos) e do segmento discente. O processo de discussão

foi focalizado na realidade da UFPB, nos recursos materiais e talentos humanos disponíveis ou mobilizáveis, na concepção da sua evolução em longo prazo, bem como nos caminhos que lhe são possíveis no futuro.

Foram assim decididos os Objetivos e as Metas que estruturam este Plano de Desenvolvimento Institucional, os quais foram discutidos no âmbito da Administração Superior, com vistas à sua adequação formal e consistência operacional integrada às Metas das Pró-Reitorias e órgãos correlatos. Através dele, a Instituição pretende pautar as suas ações administrativas por três princípios básicos: racionalidade, alocação de recursos orçamentários de forma participativa e democrática e transparência na gestão.

O formato e o conteúdo técnico do PDI/UFPB-2009/2012 seguiram o modelo do Ministério da Educação de acordo com o Artigo 16 do Decreto Nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, de tal forma que a sua construção represente também um instrumento que oriente o planejamento estratégico institucional, possibilitando o seu acompanhamento e avaliação.

As Metas que encerram todas as propostas do Plano a implementar são formuladas de forma clara e objetiva, delineando um processo orientador de tomada de decisão, com vistas à avaliação contínua dos resultados alcançados. A avaliação do PDI/UFPB será fundamental para o Sistema de Avaliação Institucional tendo em vista o seu ajustamento ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (Lei Nº. 10.861, de 14.04.2004).

Concluídas as suas fases de elaboração institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UFPB – 2009-2012 será submetido à apreciação dos órgãos de controle e participação social. Nessa etapa semifinal do processo, estará aberto às sugestões do Conselho Consultivo, da Ouvidoria e do Fórum Universitário da UFPB. A fase final do processo de elaboração do PDI UFPB 2009-2012 efetivar-se-á com a sua apreciação deliberativa pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Conselho Universitário (CONSUNI). O primeiro Conselho tratará do conteúdo acadêmico-científico e didático-pedagógico do aludido Documento e, o segundo, deste como um todo.

Considerando o caráter participativo e adaptativo empregado na formulação deste PDI, tanto os programas desenvolvidos em sua execução quanto os meios de avaliação podem sofrer alterações dependendo dos cenários encontrados no período inerente ao processo de planejamento. Assim, a UFPB concretiza o trabalho de toda a comunidade universitária que se envolveu na decisão do seu destino, propondo o presente Plano de Desenvolvimento Institucional.

Rômulo Soares Polari
Reitor

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 MISSÃO E VISÃO

A UFPB, instituição pública de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação, tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. Para tanto, propõe-se, na sua área de competência, a empreender ações visando especificamente aos seguintes resultados:

- formar profissionais nos níveis de ensino fundamental, médio, superior e de pós-graduação;
- realizar atividades de pesquisa e de extensão;
- pautar as suas atividades acadêmicas pela busca do progresso das ciências, letras e artes.

Nesse sentido, a missão da UFPB está definida como se segue:

“Integrada à sociedade, promover o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconômico local, regional e nacional, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, atrelado ao desenvolvimento sustentável e ampliando o exercício da cidadania.”

A Visão da UFPB, para o período 2009-2012, representa um estado futuro desejável e um eixo norteador para o alcance de sua missão institucional. E encontra-se delimitada da seguinte forma:

“Uma universidade líder no processo de desenvolvimento tecnológico, científico, cultural e sócio-econômico no âmbito local, e referência regional e nacional com relevante inserção internacional, caracterizada por avançadas formas de gestão e organização acadêmico-administrativas.”

1.2 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

A criação da UFPB data de 1955, como Universidade da Paraíba, através da Lei estadual nº. 1.366, de 02.12.55. Nessa primeira fase, ganhou existência como resultado da junção de algumas escolas superiores isoladas. Posteriormente, com a sua federalização, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13.12.60 foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias então existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

A instituição passou pelo seu primeiro processo de expansão no decorrer da década de 1960, com a incorporação da Escola de Agronomia do Nordeste, localizada na cidade de Areia, e do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, sediado na cidade de Bananeiras. Nessa ocasião, houve, também, um elevado crescimento da prestação de serviços à comunidade.

A Universidade viveu a sua fase de crescimento mais expressivo nos anos 1970. As atividades de ensino, pesquisa e extensão avançaram de modo muito significativo, o que lhe conferiu um importante papel no desenvolvimento regional.

No início dos anos 1980, foram incorporados mais três *campi* em três cidades paraibanas. A concretização desse fato deu-se através da absorção dos recursos humanos e das instalações físicas da Faculdade de Direito, na cidade de Sousa; Escola de Veterinária e de Engenharia Florestal, na cidade de Patos, e Faculdade de Filosofia, na cidade de Cajazeiras.

A partir de sua federalização, essa Instituição desenvolveu uma crescente estrutura *multicampi*, distinguindo-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país que, em geral, são “*unicampus*”, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade expressou-se por sua atuação em sete *campi* implantados em cidades diferentes (João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras), com distâncias que vão de 120 a 420 km, do campus-sede, em João Pessoa.

As inter-relações, os fluxos de informações e as demandas infraestruturais que se estabeleceram ou que se fizeram necessárias à administração de um sistema *multicampi*, como o da UFPB, diferiram bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacaram-se aí maiores requisitos de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade integrada em um sistema *multicampi*, a Instituição requereu para o seu funcionamento uma estrutura administrativa complexa de grande porte o que, por sua vez, gerou custos operacionais específicos. Essa singularidade sempre deve ser considerada, quando se analisa a sua gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa.

No início de 2002, a UFPB passou pelo desmembramento de quatro, dos seus sete *campi*, localizados nas cidades de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa. A Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002 criou, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede e foro na cidade de Campina Grande. A UFPB ficou composta legalmente, a partir de então, pelos *campi* de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras. A UFCG incorporou os *campi* de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa com seus respectivos patrimônios,

quadros de pessoal, cargos funcionais ocupados e vagos, cargos de direção e funções gratificadas, cursos e corpo discente.

No final de 2005, foi elaborada a proposta de criação de mais um campus, no Litoral Norte do Estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto.

Atualmente esta IFES está estruturada da seguinte forma: *Campus I*, na cidade de João Pessoa, compreendendo os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR); *Campus II*, na cidade de Areia, compreendendo o Centro de Ciências Agrárias (CCA); o *Campus III*, na cidade de Bananeiras, abrangendo o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA) e o *Campus IV*, nas cidades de Mamanguape e Rio Tinto, com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAIE).

A UFPB, com seus quatro *campi*, mantêm-se dentre as 55 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do país, como uma das mais importantes das regiões Norte e Nordeste, em termos de dimensão e desempenho acadêmico.

1.3 DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Os objetivos para o período de execução do PDI foram definidos de acordo com as cinco diretrizes da UFPB (I – Desenvolvimento Acadêmico-científico; II – Integração Universidade-sociedade; III – Modernização Institucional; IV – Melhoria das Condições Básicas de Funcionamento; e V – Aprimoramento da Democracia Interna) as quais representam as finalidades norteadoras do processo.

As diretrizes permitem que o planejamento seja conduzido de forma orientada aos valores, princípios e práticas estabelecidas internamente. Já os objetivos dizem respeito às áreas, gerais e específicas, aonde serão realizadas as atividades indispensáveis ao alcance dos resultados.

Para que as diretrizes e objetivos correspondentes possam ser alcançados no horizonte de tempo deste PDI, faz-se necessária a concepção de características intrínsecas que sirvam de base para fundamentação de indicadores de desempenho. As metas têm a função de formalizar e tornar operacional o caminho proposto, subsidiando o processo de controle e avaliação contínuos. O quadro I apresenta a forma de integração dessas variáveis no plano de desenvolvimento institucional.

QUADRO I – DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS PDI UFPB 2009-2012		
OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS
DIRETRIZ I – DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO-CIENTÍFICO		
Expandir e melhorar o ensino		
Modernização e eficiência do processo ensino-aprendizagem		
<ul style="list-style-type: none"> a. Aumentar o número de vagas ofertadas. b. Expandir as atividades de estágio discente, concebendo-as como essenciais à formação acadêmica e profissional dos alunos de graduação. c. Expandir as atividades de estágio discente não obrigatório, concebendo-as como importantes à formação acadêmica e profissional dos alunos de graduação. d. Aumentar a proporção dos alunos matriculados no total de vinculados. e. Elevar o número de ingressantes no Programa de Intercâmbio Internacional (PIANI). f. Elevar o conceito de ensino de graduação dos cursos da UFPB, no SINAES 		
Conclusão, implantação e acompanhamento dos projetos político-pedagógicos dos cursos		
<ul style="list-style-type: none"> a. Concluir a elaboração e implantar Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de graduação dos Centros. 		
Implantação de novas estratégias de redução das taxas de evasão e retenção de alunos		
<ul style="list-style-type: none"> a. Aumentar o número de alunos de graduação diplomados; b. Aumentar o número de alunos de graduação diplomados bloqueados; c. Diminuir as taxas de evasão de alunos da graduação; d. Diminuir as taxas de trancamento total de matrículas; e. Diminuir as taxas de retenção total de alunos matriculados. 		
Criação de novos cursos e ampliação de vagas		
<ul style="list-style-type: none"> a. Expandir o ensino de graduação, com criação e implantação de cursos e vagas. 		
Desenvolvimento institucional e ampliação da educação a distância, em nível de graduação e pós-graduação		
<ul style="list-style-type: none"> a. Implantar e desenvolver programas de Educação a Distância e vagas. b. Criar e implantar cursos de extensão a distância e vagas. c. Criar e implantar atividades de extensão à distância. d. Ampliar a infraestrutura de tecnologias de informação da UFPB, compatível com as suas atividades de educação a distância. 		
Expansão e melhoria do ensino de Pós-graduação		
<ul style="list-style-type: none"> a. Expandir o ensino de Pós-graduação <i>Stricto Sensu e Lato Sensu</i>, com a criação e implantação de Programas e Cursos. b. Aumentar a oferta de vagas para ingresso de alunos nos Programas de Pós-Graduação e Cursos de Especialização em atividade plena. c. Aumentar o número de alunos titulados nos Programas de Pós-Graduação (Teses e Dissertações aprovadas) e nos Cursos de Especialização. d. Melhorar a qualidade da Pós-Graduação aumentando o Conceito Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) dos Programas de Mestrado e Doutorado. e. Diminuir as taxas de evasão de alunos da pós-graduação f. Aumentar o número de alunos matriculados nos programas de pós-graduação g. Aumentar o número de alunos bolsistas (CAPES e CNPq), por programa de pós-graduação. h. Reduzir o tempo médio de conclusão de curso pelos alunos i. Efetuar a contratação de professores visitantes por Programa de Pós-Graduação. 		
Ampliar as atividades de pesquisa e produção acadêmica		
Melhoria do desempenho quantitativo e qualitativo das atividades de pesquisa		
<ul style="list-style-type: none"> a. Aumentar a base operacional das atividades de pesquisa (número de grupos e projetos de pesquisa). 		
Incentivo e apoio à produção acadêmica		
<ul style="list-style-type: none"> a. Aumentar a produção acadêmico-científica da UFPB, por tipo de Publicação, por docente-pesquisador. b. Aumentar o percentual de professores dos Centros, por Departamentos, e de alunos, por Curso, desenvolvendo atividades de pesquisa. c. Aumentar o percentual de projetos de pesquisa de professores da UFPB, financiados por órgãos do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) e outros. 		
Consolidar e fortalecer academicamente a extensão		
Expansão das atividades de extensão		
<ul style="list-style-type: none"> a. Expandir as atividades de extensão desenvolvidas pela UFPB b. Aumentar o percentual de alunos e professores desenvolvendo atividades de extensão 		
Promoção e Incentivo para fortalecimento da integração ensino, pesquisa e extensão		
<ul style="list-style-type: none"> a. Aumentar o percentual de alunos de graduação e de professores desenvolvendo atividades integradas de extensão, ensino e pesquisa, por Cursos e Departamentos 		
Inserção institucional no cenário universitário, acadêmico e científico nacional e internacional		
<ul style="list-style-type: none"> a. Criação de órgãos acadêmico-administrativos, básicos a atividade de extensão 		
Desenvolver a base organizacional, tecnológica e operacional do Sistema de Bibliotecas		
Melhoria das condições infraestruturais, ambientais e organizacionais e do acervo do Sistema de Bibliotecas e do acesso a redes de bancos de dados disponíveis		

<ul style="list-style-type: none"> a. Criar ilhas digitais nas bibliotecas dos centros b. Aumentar o acervo bibliográfico da UFPB com aquisição de livros c. Manter as atuais assinaturas de periódicos e fazer assinaturas de novos periódicos
Melhorar a Assistência Estudantil
Promoção da inclusão e integração acadêmica e social dos alunos
<ul style="list-style-type: none"> a. Aumentar o número de bolsas para alunos de graduação do Centro. b. Implantar melhorias de condições habitacionais e de vida nas Residências Universitárias dos Campi da UFPB c. Mensurar o número de alunos atendidos pelo Restaurante Universitário (RU), do Centro d. Efetivar melhorias nas instalações e estrutura organizacional do RU e. Implantar o Núcleo de Assistência à Saúde Estudantil, por Campus, voltado ao atendimento de especialidades. f. Aumentar a oferta de moradias nas Residências Universitárias g. Criar a oferta de moradias nas Residências Universitárias do Campus para alunos de pós-graduação
Desenvolver o Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação
Atualização, ampliação e melhoria dos serviços de Tecnologia da Informação às atividades acadêmicas e administrativas
<ul style="list-style-type: none"> a. Integrar o Sistema de Informações Acadêmicas e Administrativas b. Desenvolver o Subsistema de Informações Gerenciais c. Implantar e operacionalizar a adoção de softwares livres d. Ampliar e melhorar a infraestrutura física e lógica da rede da UFPB
Manutenção, segurança e atualização da Rede de Informática da UFPB integrada às Redes Metropolitanas de Alta Velocidade
<ul style="list-style-type: none"> a. Ampliar e melhorar a segurança da rede UFPB b. Implantar melhorias na estrutura de gerência da rede
DIRETRIZ II – INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE
Aprofundar a Integração da Universidade com o Desenvolvimento Socioeconômico e Cultural da Paraíba, do Nordeste e do Brasil
Aprofundamento da integração Universidade-Sociedade através de órgãos públicos, organizações e movimentos sociais e organizações culturais e artísticas.
Criação e Implantação de um Instituto para promoção de Aprofundamento da integração Universidade-Sector Produtivo (Instituto de Desenvolvimento da Paraíba)
Ampliação, intensiva e extensiva, dos impactos da pesquisa no desenvolvimento da sociedade local
<ul style="list-style-type: none"> a. Criação de linha de pesquisa que abarque o desenvolvimento do estado da Paraíba b. Aumentar o percentual de municípios da Paraíba diretamente atendido pelas atividades de extensão da UFPB c. Aumentar o percentual de empresas, cooperativas e associações da Paraíba diretamente atendidas pelas atividades de extensão da UFPB
DIRETRIZ III – MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL
Elaborar, implantar e desenvolver uma Nova Estrutura Organizacional e Acadêmico-Administrativa
Melhorar a comissão de acompanhamento permanente
<ul style="list-style-type: none"> a. Elaborar questionário buscando indicadores para avaliação dos cursos, do quadro docente, do corpo técnico, do RU, da biblioteca e dos laboratórios.
Implantar um novo e mais eficiente Modelo de Gestão Institucional e Informacional
Desenvolvimento de um novo Modelo de Gestão Institucional
<ul style="list-style-type: none"> a. Implantar o Subsistema de Planejamento, Orçamento Participativo e Avaliação das Atividades Acadêmico-administrativas b. Implantar o Subsistema de Informações Acadêmico-Administrativas da UFPB c. Implementar o Projeto do Centro (capacitação) de melhoria de qualidade administrativa
Desenvolver a cultura do Planejamento Institucional em todas as instâncias universitárias
<ul style="list-style-type: none"> a. Implantar o sistema de Gestão sobre as Despesas Básicas da UFPB b. Implantar na Rede UFPB de Informática, o sistema de Alocação, Acompanhamento e Execução dos Recursos Orçamentários do Centro c. Implantar o sistema de Avaliação e Adequação contínua do Conteúdo do PDI/UFPB
Desenvolver a cultura do Planejamento Institucional em todas as instâncias universitárias
<ul style="list-style-type: none"> a. Realizar seminários de PDI e cursos de capacitação
Implantar novas práticas e aprimorar a gestão de conhecimento na UFPB
<ul style="list-style-type: none"> a. Melhorar o compartilhamento de conhecimento entre os servidores b. Melhorar a capacitação dos servidores c. Melhorar a captura de conhecimento organizacional interno d. Melhorar a captura de conhecimento organizacional externo
DIRETRIZ IV – MELHORIA DAS CONDIÇÕES BÁSICAS DE FUNCIONAMENTO
Recuperar, complementar, expandir e modernizar a infraestrutura
Sistematização da administração e uso do espaço físico e das edificações e instalações dos Campi da UFPB
<ul style="list-style-type: none"> a. Implementar Plano Diretor do uso de espaço e expansão física dos Campi e operacionalizá-lo b. Implementar programa de manutenção/recuperação de edificações
Melhoria da infraestrutura das atividades

a. Adquirir equipamentos e móveis para a modernização das atividades de ensino, pesquisa e extensão e melhoria das atividades administrativas
b. Implantar melhorias nas condições de funcionamento e trabalho
Construção de salas de aula, ambientes para professores, laboratórios de ensino, pesquisa e extensão, etc.
a. Construir novos prédios necessários aos programas de expansão e melhoria da vida acadêmico-administrativa dos Centros
Criação, recuperação, melhoria e complementação da infraestrutura em geral
a. Efetivar melhorias nas condições urbanísticas dos centros/Campi
b. Modernização das salas de secretaria em nível de Pró-reitoria e unidades acadêmicas
c. Criação de salas de secretaria em nível de Pró-reitoria e unidades acadêmicas
Melhorar a qualidade dos serviços básicos e racionalizar o seu uso
Sistematização da gestão e uso dos serviços básicos (energia elétrica, água, telefonia, limpeza e segurança) voltada para uma maior eficiência e melhoria da qualidade
a. Efetivar melhorias nas condições de funcionamento dos serviços básicos da UFPB
b. Operacionalizar nos Centros/Campi Setores especializados no atendimento imediato de pedidos de consertos, manutenção e conservação indispensáveis ao funcionamento acadêmico-administrativo
c. Criar política de auto-sustento dos RU's
Aumentar as dotações orçamentárias para custeio e investimento
Melhoria da situação orçamentário-financeira institucional
a. Aumentar o coeficiente na Matriz de Alocação de Recursos OCC-Manutenção da UFPB
b. Aumentar a Receita de recursos oriundos de Convênios, Contratos e Parcerias institucionais
Aumentar os quadros de pessoal docente e técnico-administrativo
Expansão e qualificação do corpo docente priorizando a contratação e formação de doutores
a. Adequar o quadro docente dos Centros
b. Elevar a titulação dos professores dos Centros
Desenvolvimento pessoal, educacional, profissional e motivação dos servidores
a. Aumentar o quadro de servidores técnico-administrativos da UFPB
b. Implementar programa de formação, treinamento e qualificação dos servidores técnico-administrativos
c. Implementar programa de treinamento e qualificação voltado às atividades acadêmicas e para docentes dirigentes de órgãos acadêmico-administrativos.
d. Implantar e/ou ampliar programas de melhoria da qualidade de vida dos servidores.
e. Implantar programas de atividades artístico-culturais, esporte, lazer e formação cidadã.
Adequação quantitativa e qualitativa do quadro técnico-administrativo
a. Providenciar soluções para sanar os seguintes problemas: técnico-administrativos em desvio de função, técnico-administrativos com capacitação superior a função, técnico-administrativos com capacitação inferior a função, necessidade de técnico-administrativos
b. Mensuração do corpo técnico por setor para identificar áreas deficitárias e superavitárias
c. Mensuração da previsão do corpo técnico por setor que está apto a aposentadoria
DIRETRIZ V – APRIMORAMENTO DA DEMOCRACIA INTERNA
Criação/Aprovação do novo Estatuto e Regimento Interno (Estatuinte)
Desenvolver e implantar o Sistema de Comunicação Interna da UFPB
a. Democracia e transparência da gestão administrativa
Aprimorar o Sistema de Comunicação Externo da UFPB
a. Padronização de sites como estímulo à democracia e a transparência da gestão acadêmico-administrativa

Fonte: PROPLAN/UFPB

Ao final do período de execução deste PDI, a UFPB deverá apresentar o perfil acadêmico-administrativo descrito no Quadro II. Os perfis dos Centros desta IFES estão descritos, juntamente com as respectivas missões e visões de futuro, no ANEXO I:

QUADRO II – PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – UFPB		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	105	117
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	6.335	8.159
Número de alunos diplomados	2.362	4.421
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	27%	80%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	70,40%	90%
Relação alunos de graduação/matriculada projetada por professor	12,41	17,33
Número de alunos/matriculadas projetadas nos cursos presenciais de graduação	23.599	38.645

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012⁴
Número de cursos de Mestrado ³	40	55
Número de cursos de Doutorado ³	18	25
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	45%	75%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	26%	60%
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	2.722	4.764
RECURSOS HUMANOS⁵	2009	2012
Número de professores do quadro docente	1.901	2.230
Percentual de doutores no corpo docente	56%	63%
Número de servidores técnico-administrativos	2.507	2.928
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	615	714
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	1.642	1.937
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	250	277
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009/2010⁶	2010⁷/2012
Número de salas de aula	416	628
Número de salas reformadas e modernizadas	-	81
Número de ambientes de professores	577	728
Número de ambientes de professores reformados	-	148
Número de laboratórios	333	499
Número de Laboratórios reformados e modernizados	-	67
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	193	294
Número de salas reformadas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	-	170
Número de exemplares de livros	328.541	413.683
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	2009	2012
Número de alunos atendidos – Restaurantes Universitários	3.138	4.920
Número de alunos atendidos – Residências Universitárias	914	1220
MUDANÇAS QUALITATIVAS		
Elevação geral dos conceitos no ensino da Graduação e da Pós-Graduação.		
Quadro de servidores docentes adequado às necessidades da universidade e substancial melhoria no nível de qualificação.		
Quadro de servidores TA's mais qualificado, com formação e capacitação profissional adequada às funções desempenhadas.		
Forte capacidade de pesquisa acadêmico-científica apoiada especialmente no avanço qualitativo dos programas de pós-graduação, com impacto mensurável nos indicadores de produção científica.		
Forte atuação na atividade de extensão, com impacto perceptível na sociedade paraibana.		
Aumento expressivo nos padrões de qualidade e eficiência da vida acadêmico-administrativa, através de mudanças sistêmicas na gestão administrativa, de pessoal e da informação, bem como no planejamento e na comunicação.		

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (37 Cursos).

² A taxa de sucesso é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

³ No número de mestrados e doutorados encontram-se os interinstitucionais.

⁴ Este total de cursos de mestrados e doutorados inclui os cursos previstos pela PRPG e/ou aprovados no CONSUNI em 2010. Porém, este total poderá elevar-se caso as pretensões de abertura de cursos dos centros se concretizem, podendo chegar a 66 mestrados e 36 doutorados.

⁵ No anexo II, estão detalhados os dados de abril/2010, relativos ao corpo docente e ao corpo técnico-administrativo da UFPB.

⁶ Até maio de 2010.

⁷ A partir de junho de 2010.

1.4 A ESTRATÉGIA E A GOVERNANÇA

Com o estabelecimento da missão e da visão institucional e apresentadas as diretrizes, objetivos e metas que conduzirão ao desenvolvimento da UFPB no período 2009-2012, é preciso descrever as formas de atuação e ter clareza nos papéis e transparência com relação aos entes envolvidos e responsáveis pelas ações de coordenação do PDI. É através da formalização da estratégia e da governança que a instituição explicitará como pretende realizar transformações estruturais, organizacionais e gerenciais no sentido de promover a sustentabilidade do seu atual ciclo de expansão.

Nesse sentido, a estratégia da UFPB para atingir sua visão e firmar a missão como componente essencial, passa pela definição de três objetivos estratégicos do PDI:

- Fortalecer o desempenho acadêmico e administrativo, através do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
- Consolidar e Expandir a posição da UFPB entre as IES líderes na Região Nordeste, no ensino, pesquisa e extensão;
- Promover, de forma integrada às demais instituições, o desenvolvimento do estado da Paraíba.

Esses objetivos indicam o sentido e o alcance deste PDI, quais sejam: consolidar o processo de transformação estrutural e organizacional, em cursos, para ampliar o efetivo impacto da instituição no cumprimento de sua missão. Operam esses objetivos também como elementos tácitos de coordenação das políticas e das expectativas dos gestores e da comunidade universitária, na medida em que identificam claramente a razão de ser dos programas, projetos e ações em desenvolvimento.

O primeiro objetivo estratégico corresponde aos compromissos acadêmicos previstos no Projeto REUNI.

O segundo objetivo estratégico reflete a vocação histórica da UFPB, no âmbito dos Sistemas Nacional, Regional e Local de Ciência, Tecnologia e Inovação, pelos quais a instituição sempre desempenhou um papel de liderança acadêmica em suas diversas áreas de conhecimento. Essa consciência de sua grandeza, e da responsabilidade ética que esta implica junto à sociedade brasileira e paraibana, torna obrigatória a permanente perspectiva de manter a UFPB como referência regional e nacional, com o conjunto de suas áreas acadêmicas na fronteira do conhecimento e buscando liderar os avanços científico-tecnológico-inovativos em vários segmentos.

O último dos objetivos estratégicos é um compromisso público do atual reitorado, que reflete valores e determinação de raízes profundas na consciência do conjunto da comunidade universitária da UFPB, na busca da promoção do Desenvolvimento da Sociedade Paraibana, de forma ampla, equitativa e socialmente justa. Para tal, objetiva-se transformar a maior instituição do Sistema de Inovação no estado da Paraíba, a UFPB, em um novo e destacado instrumento de promoção das transformações estruturais necessárias aos sistemas produtivos e inovativos locais, às atividades culturais, à evolução da organização social e política do estado da Paraíba.

Com engenhosidade, a UFPB desenha inovações institucionais capazes de desempenhar de forma plena e efetiva os desafios propostos, o que, para este último objetivo, se materializará na implantação do Instituto de Desenvolvimento do estado da Paraíba (IDEP), o qual aglutinará e catalisará os múltiplos esforços para a promoção do desenvolvimento estadual já presentes no conjunto da comunidade universitária, bem como canalizará as parcerias interinstitucionais necessárias ao desafio proposto.

A organização da estratégia de implantação de um Plano de Desenvolvimento é elemento crítico para as possibilidades de seu sucesso, seja este voltado a uma universidade ou mesmo tratando-se de um país¹. Para o Plano de Desenvolvimento Institucional foram desenhados três tipos de instrumentos estratégicos que auxiliarão nos processos de execução, controle e avaliação do PDI:

- a) **Programas Estruturantes,**
- b) **Projetos Sistêmicos e**
- c) **Destaques Estratégicos.**

Os primeiros são organizados de forma a contemplar os três objetivos estratégicos do plano e constituem as bases estruturantes das políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPB. Eles são compostos por um ou mais projetos, homogêneos e integrados, sob uma organização e controle previamente definidos, através da formação de comitês-gestores. Outros projetos, decorrentes de inovações ou novos contextos que surjam, deverão vir a ser incorporados ao presente Plano, mantendo-o permanentemente aberto a ajustes e adequações que se mostrarem convenientes.

Os **Programas Estruturantes** (PE's) estão detalhados no ANEXO III e organizados, de acordo com as características da situação-problema a ser enfrentada, nos seguintes focos:

¹ No Brasil, na última década, gradativamente tem sido reconstruída a capacidade de planejamento de longo prazo e em larga escala e escopo. Exemplos dessa retomada são encontrados em várias esferas: A Proposta Produtiva para o Nordeste (BNB/2006) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (MDIC-BNDES/2008) são exemplos dessa tendência que influenciaram a concepção da estratégia do PDI 2009-2012 da UFPB.

- I) *PE para Áreas Estratégicas (PEAE): áreas identificadas como críticas para o posicionamento da UFPB no conjunto das IFES, e particularmente na Região Nordeste, para seu alinhamento estratégico aos principais programas federais em vigor e para o alcance dos seus objetivos estratégicos. São elas: Saúde; TIC's; Energia; Engenharias e Artes e Cultura.*
- II) *PE para Áreas Líderes (PEAL): áreas em que a UFPB possui reconhecimento regional e/ou nacional como formação de excelência. São elas: Direito; Letras, Jornalismo; Agroindústria, Agronomia, Ciências Agrárias, Biologia; Engenharia de Alimentos e Produção; Odontologia e Medicina.*
- III) *PE para Áreas a Fortalecer (PEAF): áreas em que há deficiências estruturais (instalações, docência, PPC's, etc.) a serem corrigidas. São elas: Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.*

Reconhecida a natureza complexa da organização acadêmico-administrativa de uma instituição universitária, particularmente com as especificidades, escalas e escopo da UFPB, bem como, a intensa, sistemática e pervasiva interconexão de subsistemas, de vários níveis e características, permanentemente impactando a vida universitária, seja a partir de processos endógenos/internos, seja de origem exógena/externa, o Planejamento do PDI organizou um conjunto de iniciativas para enfrentamento das restrições, obstáculos e dificuldades que assumiram a forma de **Projetos Sistêmicos**, detalhados no ANEXO IV.

Estes representam as distintas dimensões da estruturação do pleno funcionamento da UFPB, agindo como instrumentos de fortalecimento do atual ciclo de expansão e desenvolvimento da instituição, sendo considerados pervasivos (por estarem presentes nos diversos níveis organizacionais) e sinérgicos (por proporcionarem efeitos catalisadores e de potencialização mútua). Para este PDI os projetos de natureza especificamente sistêmica são:

- a) Difusão da Cultura do Planejamento
- b) Nova Organização da Prefeitura Universitária
- c) Modernização da Gestão Administrativa
- d) Novo Modelo de Comunicação.

Por fim, os Destaques Estratégicos dizem respeito aos instrumentos considerados prioritários para o período 2009-2012, tanto devido a sua importância na sustentabilidade da expansão proposta pela UFPB, quanto ao fato de serem elementos “portadores de futuro” e

integrantes dos compromissos institucionais firmados. Esses destaques estão detalhados no ANEXO V e podem ser classificados em duas categorias:

i) Oportunidades Exógenas: indicam oportunidades de desenvolvimento decorrentes de iniciativas externas à UFPB, para as quais a Administração Central se propõe a construir as condições locais para o aproveitamento dos benefícios identificados. Essas oportunidades estão representadas pelos seguintes projetos institucionais:

I) Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF);

II) Novo Sistema de Informação – Adaptação do Sistema da UFRN.

ii) Diferenciais Endógenos: dizem respeito aos projetos elaborados no âmbito da Administração Central para reformulação organizacional e acadêmica, modernização da Gestão de Pessoal e para sistematização do papel da UFPB na promoção do desenvolvimento local:

I) Fissão da PRAC para criação da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE);

II) Nova Organização Acadêmica;

III) Constituição do *Instituto UFPB para o Desenvolvimento da Paraíba*, órgão diretamente vinculado ao Gabinete do Reitor da UFPB;

IV) Nova Gestão de Recursos Humanos.

As Políticas serão controladas e avaliadas através de indicadores de resultados que permitirão acompanhar os recursos aplicados, os serviços obtidos e as metas alcançadas em cada projeto executado dentro dos programas estruturantes e nos projetos sistêmicos.

QUADRO III – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PDI 2009-2012						
DESEMPENHO ACADÊMICO / REUNI		LIDERANÇA REGIONAL		DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA		
POLÍTICAS PARA O PDI						
PROGRAMAS ESTRUTURANTES			PROJETOS SISTÊMICOS			
<i>Fortalecer Desempenho</i>			<i>Difusão da Cultura do Planejamento</i>			
<i>Consolidar Liderança</i>			<i>Nova Organização Prefeitura Universitária</i>			
<i>Áreas Estratégicas</i>			<i>Modernização da Gestão Administrativa</i>			
<i>Áreas Estratégicas</i>			<i>Novo Modelo de Comunicação</i>			
DESTAQUES ESTRATÉGICOS						
OPORTUNIDADES EXÓGENAS			DIFERENCIAIS ENDÓGENOS			
<i>REHUF</i>	<i>Novo Sistema de Informações NTI/ UFRN</i>		<i>Nova Organização Acadêmica</i>	<i>Nova Extensão e Assistência Estudantil</i>	<i>IDEP</i>	<i>Gestão de Pessoal</i>

Para gerenciar processo de tal dimensão e complexidade, em que não se espera que a principal restrição a ser enfrentada seja, como outrora, por insuficiência de recursos ou de instrumentos de políticas, assume papel fundamental o desempenho da Governança institucional, de natureza *democrática, transparente, descentralizada e focada*, além da eficácia, na eficiência e na efetividade das Políticas, programas, projetos e ações do PDI.

Para tal, o esforço de coordenação necessário para a execução deste PDI articulará as Políticas da Administração Central (Ensino, Extensão, Pesquisa e Gestão) aos Planos elaborados pelos onze Centros que compõem os quatro campi da UFPB. A articulação entre a Reitoria e as Diretorias dos Centros receberá um novo equacionamento a partir da descentralização administrativa prevista neste PDI, a qual permitirá uma maior eficiência na gestão universitária, à medida que um número crescente de Centros assumirem responsabilidades de Unidades Gestoras, a exemplo do CCEN.

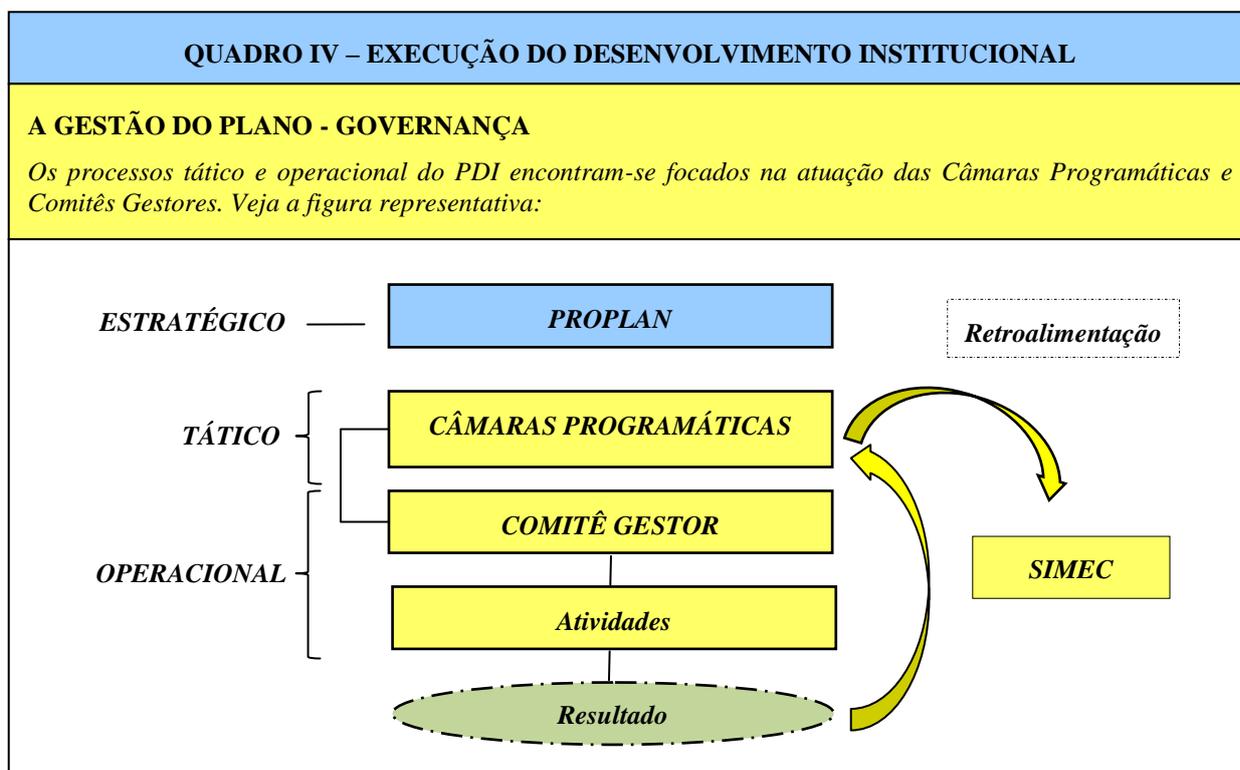
O monitoramento dos Programas e Projetos é parte essencial da governança do PDI, o qual contará com uma estrutura organizacional baseada em **Comitês-Gestores e Câmaras-Programáticas**. Os Comitês serão compostos por representantes identificados das unidades acadêmico-administrativas diretamente vinculados aos objetivos de cada Programa/Projeto e com a tarefa de fortalecer a articulação entre essas unidades, observar o cumprimento dos prazos e propor melhoramentos que acelerem/aperfeiçoem as metas estabelecidas.

As Câmaras-Programáticas são instâncias com a incumbência institucional de acompanhar a evolução dos programas, através do monitoramento dos comitês-gestores, os quais são associados por programa e hierarquia administrativa, dando suporte à Coordenação-Geral da PROPLAN, através de relatórios gerenciais periódicos, validando ou propondo modificações nos Programas, projetos e ações planejadas, frente às avaliações de desempenho e novos fatos surgidos no decorrer da execução do PDI.

Essas Câmaras serão compostas por Pró-Reitores e pelos responsáveis máximos das unidades administrativas diretamente vinculadas à Reitoria, permitindo uma gestão compartilhada, transversal aos vários atores institucionais, e selecionados por critério de responsabilidade na execução dos projetos e programas. Desta forma, cada Pró-Reitoria permanece com sua estrutura organizacional e hierárquica, bem como, é mantida a integridade de suas responsabilidades estatutárias e regimentais. Entretanto, os procedimentos, da alçada de qualquer unidade administrativa central, que forem diretamente vinculados aos projetos e objetivos do PDI, por sua natureza, estarão associados a procedimentos de outras unidades, de forma necessariamente complementar, exigindo articulação, coerência e visão comum,

conformando um processo cooperativo. Os principais mecanismos disponíveis para a gestão do PDI estão definidos e limitados pela natureza administrativa e jurídica das IFES.

A execução do Desenvolvimento Institucional, bem como a estrutura de Governança deste PDI, encontram-se sintetizadas no quadro IV. O detalhamento desta estrutura de governança encontra-se ilustrado no ANEXO VI.



Fonte: PROPLAN/UFPB

O instrumento de acompanhamento, controle e avaliação dos resultados dos programas e projetos será o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do MEC (SIMEC), o qual deverá ser alimentado, com periodicidade mensal, pelas instâncias integrantes das Câmaras-Programáticas e validados pela PROPLAN a cada trimestre. Através do SIMEC, também, se promoverá a integração planejamento-orçamento, através da expansão da organização orçamentária, do atual uso do Plano Interno (PI), em direção à completa configuração da subação orçamentária. Através das subações será possível construir o orçamento a partir dos programas/projetos constantes dos Planos Institucionais, em particular o PDI, e integrá-los às ações e programas que compõem a Lei Orçamentária Anual (LOA) para a UFPB. O ANEXO VII vai expor o funcionamento do SIMEC, esclarecendo como a estrutura de estratégia e governança do PDI está articulada com o sistema de acompanhamento do SIMEC.

A efetiva implantação da estrutura de governança proposta nesse PDI deverá ocorrer de forma progressiva, de modo a não gerar perdas de continuidade, tendo como ponto de partida os programas estruturantes com foco na melhoria do desempenho. De acordo com o Plano aprovado, este processo de migração da articulação organizacional será iniciado com a composição de uma primeira Câmara-Programática, composta pela PRG, Comissão REUNI, PROPLAN e NTI, a qual terá como foco as metas acadêmicas do Projeto REUNI, para, em seguida, expandir esta dimensão horizontal para outros programas e projetos.

1.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA DA UFPB

Para concretizar sua missão, objetivos e metas, a UFPB desenvolve atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, de forma a contribuir com o desenvolvimento da sociedade, através das seguintes áreas de conhecimento:

- Ciências Exatas e da Natureza
- Ciências Biológicas
- Engenharias
- Ciências Médicas e da Saúde
- Ciências Agrárias
- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Humanas
- Linguística, Letras e Artes

Dentre estas, este PDI classificou os cursos da UFPB de acordo com o tipo de Programa estruturante ao qual estão associados, de forma a potencializar a efetividade das Políticas (ANEXO VIII).

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 INSERÇÃO REGIONAL

A participação da Universidade Federal da Paraíba na sociedade sempre esteve relacionada aos processos inovadores e as transformações socioeconômicas principalmente no estado da Paraíba, fato que colabora para a manutenção da posição de destaque que ocupa, sendo reconhecida como uma das principais instituições da Região Nordeste com notória credibilidade perante os entes públicos e privados nacionais.

Na Paraíba, a UFPB se propõe a colocar sua estrutura, capacitação científico-tecnológica e a respeitabilidade acadêmica nacional, a serviço do movimento em prol do desenvolvimento do

estado da Paraíba. Contando em seus quadros com mais de 1300 pesquisadores, dos quais cerca de mil doutores, em diversas áreas, a UFPB mobilizou um conjunto significativo desses docentes, articulados em mais de vinte grupos de pesquisa (todos cadastrados no CNPq), para direcionar, de forma prioritária, seus esforços de pesquisa em favor do desenvolvimento estadual.

Para este esforço propõe-se a atuação em frentes estratégicas que abarquem várias dimensões do problema do desenvolvimento local e conseqüentemente promovam a melhoria da qualidade de vida da população paraibana: Desenvolvimento Integrado dos Municípios (Ação Social), Desenvolvimento dos Sistemas Produtivos Locais (Ação Econômica), Desenvolvimento Cultural do Estado (Ação Cultural), Desenvolvimento Institucional da UFPB (Ação Acadêmico-Administrativa interna).

A UFPB, além dos impactos que já produz através do processo de interiorização de seus *campi* (Mamanguape/Rio Tinto, Bananeiras, Areia, o Ensino à Distância/EAD e um possível futuro campus do Litoral Sul) vem contribuindo para a desaceleração do processo de migração do interior para o litoral, e o conseqüente fenômeno de esvaziamento populacional e empobrecimento dos pequenos municípios e a concentração de população.

Na dimensão produtiva, obviamente a UFPB não possui como missão, nem possui os instrumentos para fomentar investimentos, mas com suas ações pode ampliar as possibilidades de sucesso das atividades produtivas locais. Desta forma, ao se colocar como pilar do apoio ao desenvolvimento econômico e social da Paraíba, as empresas objeto desta iniciativa devem demonstrar capacidade empreendedora já revelada, ou seja, suas atividades produtivas devem ser pré-existentes ao programa e, assim, serão potencializadas e desenvolvidas por meio das capacidades científico-tecnológicas do corpo docente, técnico-administrativo e discente da UFPB. O apoio aos Arranjos e Sistemas Produtivos localizados nos menores municípios, inclusive aqueles de base cultural e os associados aos serviços, especialmente os intensivos em tecnologia, é elemento importante de qualquer estratégia de desenvolvimento para o Estado.

A UFPB coloca-se também como defensora e promotora de um padrão de desenvolvimento equitativo, que valorize a produção e difusão da cultura paraibana, e não simplesmente (e nem prioritariamente) sirva apenas de veículo para o consumo local de culturas exóticas. A cultura como fator estratégico de desenvolvimento, cria os laços que articulam a visão comum de futuro, fundamentam o conteúdo e a forma do que é produzido e criado localmente. Esse reconhecimento institucional manifestar-se-á na construção do Centro de Artes e Cultura, imponente equipamento cultural a ser erguido no campus I da UFPB.

E é, principalmente, através do meio acadêmico que se pretende ressaltar a relevância da UFPB no panorama regional e promover maior visibilidade nacional e internacional. Através da intensificação das pesquisas realizadas no Estado e das associações e parcerias com empresas e centros universitários instalados na Região, pretende-se divulgar o caráter sistêmico envolvido nos processos de inovação e no desenvolvimento produzido academicamente.

As perspectivas de desenvolvimento dos territórios e das populações e atividades produtivas nestes realizadas estão fundamentalmente vinculadas aos dinamismos científico, tecnológico e inovativo de suas universidades de referência, uma vez que vários fatores críticos de sucesso decorrem deste dinamismo: a proximidade espacial entre empresas e instituições, favorecendo a difusão de informações, o conhecimento científico-tecnológico-comercial, a cooperação para o aprendizado inovativo, o desenvolvimento do empreendedorismo como parte da cultura universitária (entre professores e alunos dos cursos universitários) e a existência de uma visão comum de futuro para os agentes do espaço local.

2.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

De acordo com o Estatuto da UFPB, em vigor, são finalidades desta IFES:

- o desenvolvimento das ciências, das tecnologias, das letras e das artes;
- a formação de profissionais nos níveis de educação básica e educação superior;
- a prestação de serviços à comunidade sob a forma de cursos e treinamentos, de consultoria e de outras atividades de extensão;
- o estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- a formação de diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e a colaboração na sua formação contínua;
- o incentivo ao trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e difusão da cultura, para, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do seu meio;
- a promoção da divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade, e da disseminação do saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- a promoção do permanente aperfeiçoamento cultural e profissional de forma a integrar os conhecimentos, que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- o estímulo ao conhecimento e à crítica dos problemas contemporâneos, em particular dos nacionais e regionais, com vistas a suscitar a prestação de serviços especializados à comunidade e a estabelecer, com esta, uma relação de reciprocidade;
- o incremento às atividades de extensão, abertas à participação da população, visando à difusão das conquistas e aos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Assume-se, na perspectiva deste PDI, que a educação não é um produto, no sentido de mercadoria, a qual representaria para seu produtor apenas uma forma de obtenção de valor econômico, como outra qualquer. A educação e a produção do conhecimento possuem valor intrínseco tanto para quem se dedica profissional e institucionalmente, quanto para os diversos grupos sociais que destes se beneficiam. Daí resulta a compreensão que, se a qualificação dos alunos deve ser uma meta constante, sua motivação não deverá ser a busca de outros fins que não a própria formação discente de qualidade.

Continuidade e regularidade são características indispensáveis para que a análise do comportamento possa ser realizada de acordo com princípios científicos. Por outro lado, ações isoladas e desconectadas de trajetórias progressas, radicalmente distintas do que prévia e regularmente era realizado, igualmente, são características observáveis no comportamento humano e das instituições por estes construídas e, portanto, também em sua dimensão acadêmico-administrativa. Entretanto, se a cada momento do tempo este fosse o padrão comportamental, seria impossível explicar, cientificamente, qualquer ação, pois esta seria totalmente aleatória e não-sistemática.

Os momentos de “ruptura” comportamental, portanto, são importantes exatamente por não serem observados continuamente, mas sim por sua capacidade de, a intervalos variados, alterar trajetórias historicamente estabelecidas e, portanto, permitir que ações diferentes possam surgir e, em caso de se mostrarem favorecidas (ou, ao menos, não repelidas) pelo ambiente em que se inseriram, permanecerem e se replicarem.

Com estes dois elementos, continuidade/regularidade e ruptura, analiticamente unidos, apesar de situados em pólos opostos, é possível a operação de processos evolucionários, o qual é constituído por três mecanismos:

- A introdução contínua de novidades ordenadas nas práticas institucionais que reforçam a idéia de que a instituição é um sistema vivo e, portanto, integrado e aberto a novos mecanismos;
- Seleção de variedades de metodologias, as quais tenderão a ser selecionadas de forma a descobrir se a mudança representa um ponto positivo ou negativo, e como parte da escolha surge a adaptação ou recusa na incorporação; e
- A preservação da diversidade também é um princípio que colabora para a evolução organizacional quando a diferença é reconhecida como diferencial formador da identidade e parte da cultura.

Se os indivíduos utilizam de sua produção cultural (filosófica, artística, científica, tecnológica, material e religiosa) para formar seu estilo de vida (o que implica a produção material e imaterial), podemos aplicar esta abordagem evolucionária para analisar a produção de ciência, tecnologia e arte, por comunidades integrantes de instituições universitárias, a partir dos mesmos elementos: princípio da variação, da seleção e da preservação.

A UFPB, desta forma, empreenderá um processo planejado de execução de seus objetivos estratégicos, reconhecendo-se, para a sua construção, a dimensão situacional, ou seja, o contexto histórico, geográfico, cultural, político, social e econômico e os conflitos de perspectivas e projetos que, agregando-se aqueles que se superpõem de forma concorrente e, no limite, ortogonal, e disputando, na prática da “boa política”, regular e saudável, com as visões que se mostrarem diametralmente opostas.

Os elementos característicos do desenvolvimento institucional das comunidades universitárias, descritos anteriormente, permitem classificá-lo como um processo evolucionário. Ao longo desse processo, a comunidade universitária realiza suas funções típicas:

a) as que representam atividades finalísticas, por representarem as funções de descoberta, compreensão, disseminação e aplicação do conhecimento: o ensino-aprendizagem, a pesquisa e a extensão;

b) as que se constituem em atividades-meio, por representarem a função de controle do conhecimento: administração/gestão/planejamento.

As distintas e complementares funções do conhecimento, no interior da organização acadêmica, assumem, assim, papel fundamental na gestão universitária.

2.3 POLÍTICA DE ENSINO

2.3.1 Ensino Presencial

a) Graduação

A política de ensino de graduação da UFPB busca desenvolver uma estratégia articulada de modo a atender prioritariamente às metas acadêmicas do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O Projeto REUNI-UFPB é composto por um amplo conjunto de objetivos, metas e ações voltados para a infraestrutura e para a vida acadêmico-científico-institucional. A implementação do Programa de Investimentos dar-se-á no quadriênio 2008-2011. As propostas de natureza acadêmicas estão projetadas para o quinquênio 2008-2012.

Os principais objetivos e metas do Projeto REUNI-UFPB, para o período de 2009-2012, são de natureza eminentemente acadêmica:

- I) alcançar uma relação alunos de graduação por docente igual a 18;
- II) elevar a taxa de conclusão de graduação (TCG) para 90%;
- III) reduzir as taxas de evasão;
- IV) preencher sistematicamente as vagas ociosas;
- V) implantar renovações pedagógicas;
- VI) promover a mobilidade estudantil intra e interinstitucional; e
- VII) aumentar a integração da pós-graduação com a graduação.

Entre as ações orientadas no sentido da obtenção dos resultados esperados, destaca-se a melhoria da gestão acadêmica institucional que envolve três aspectos basilares, os quais são objeto de atenção especial, na implementação do REUNI-UFPB: a) recuperação, expansão e modernização das condições técnico-materiais das atividades de ensino, pesquisa e extensão; b) adequação da estrutura organizacional acadêmico-administrativa; e c) inovações no plano da vida acadêmico institucional.

Na busca da efetiva integração e indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa, no âmbito das pró-reitorias de graduação, de pós-graduação e pesquisa e de assuntos comunitários a criação das Câmaras-Programáticas, previstas na estratégia de Governança deste PDI, constituir-se-ão nos veículos para o fomento e desenvolvimento integrado ou inter-relacionado de atividades de ensino, pesquisa e extensão, cujas tarefas estarão definidas a partir da perspectiva sistêmica adotada neste PDI, a qual inexoravelmente exige a articulação orgânica entre as atividades-fim para o cumprimento da Missão Institucional. Funcionário integradas a

estas Câmaras-Programáticas os Comitês-gestores dos projetos integrantes deste PDI, bem como, as coordenações setoriais criadas no âmbito dos Centros, com suas ramificações por departamentos, coordenações de cursos de graduação e pós-graduação e núcleos de pesquisa.

Deste modo, a UFPB vai estruturar sua política institucional para a expansão e a melhoria do ensino de graduação a partir de projetos sistêmicos, definindo destaques estratégicos e programas estruturantes. A constituição de uma estratégia global atende aos objetivos e compromissos do REUNI ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento acadêmico-científico, uma das cinco diretrizes estratégicas norteadoras do PDI desta Instituição. A expansão e a melhoria do ensino passam pelo alcance das seguintes metas:

- Aumento do número de vagas ofertadas e criação de novos cursos de graduação:

As estratégias pensadas para esta meta incluem um levantamento dos cursos existentes que podem ampliar suas vagas, em função das demandas no vestibular e do mercado de trabalho, em articulação com as coordenações de curso e as chefias departamentais. Já no que diz respeito à criação de novos cursos, está prevista a realização de uma pesquisa de mercado e demanda potencial por cursos com perfil ainda não contemplado. No ANEXO IX, estão listados os cursos de graduação da UFPB, organizados por Campus/Centro.

Como ação inovadora complementar propõe-se a criação do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional com dois Cursos de Tecnologia (Tecnologia Sucroalcooleira e Tecnologia de Produtos de Origem Animal) e um curso de Graduação multi e interdisciplinar em Gestão, Planejamento e Finanças do Setor Público. Aí também será implantado um Centro de Línguas e Matemática com oferta regular e contínua de cursos de línguas inglesa, portuguesa, francesa, espanhola, alemão, italiana, etc. e de matemática para os alunos da educação básica da rede pública. O funcionamento desse Centro será objeto de Convênio entre a UFPB, Governo do Estado e as Prefeituras Municipais das cidades da grande João Pessoa;

- Expansão das atividades de estágio discente:

Para expandir o estágio discente, pretende-se, inicialmente, normatizar o Estágio Curricular Supervisionado, obrigatório e não obrigatório, à luz das normas atuais. Além disto, estão previstas ações para favorecer a celebração de convênios entre a UFPB com instituições públicas e empresas privadas bem como promover a divulgação da relação dos convênios firmados. Por fim, serão criados mecanismos de seleção e de estímulo para uma maior participação de estudantes nos estágios, tendo em vista a importância destes na formação acadêmico-profissional.

- Elevação do conceito dos cursos de graduação no ENADE e SINAES: 60% dos cursos de graduação presencial deverão exibir conceito 4, e os demais 40% deverão apresentar distribuição igual entre os conceitos 3 e 5.

Os meios para a elevação dos conceitos dos cursos de graduação da UFPB devem necessariamente contar com oficinas sobre o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), para chamar a atenção para a importância da avaliação para o curso e para a Instituição. E a divulgação entre os alunos acerca da importância do ENADE, para o curso e para a Instituição.

- Conclusão e Implantação dos PPC's:

O estabelecimento de prazos para que sejam concluídos e implantados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) é uma das estratégias de expansão e melhoria do ensino de graduação. A realização de seminários de avaliação sobre os PPC's em implantação, com vistas à implementação e correções que se fizerem necessárias representa uma ação estratégica nesse processo.

- Aumento da taxa de sucesso, diminuição das taxas de evasão, retenção e trancamento total:

Para uma efetiva redução das taxas de evasão, retenção e trancamento total, antes de tudo é imprescindível alterar as Resoluções acerca de trancamento, jubramento, provas de reposição, formas de reingresso e transferência. Concomitantemente, devem-se realizar diagnósticos buscando identificar as causas da evasão, retenção e trancamento adotando-se mecanismos de controle e medidas adequadas para combatê-las.

O combate à evasão/retenção inclui também o acompanhamento da trajetória formativa do aluno, a implantação de um programa de tutoria baseado em grupos de estudos, supervisionados por professores, e o aperfeiçoamento dos programas de bolsas acadêmicas (monitoria, PIBIC, PIBIT etc.) para apoio aos alunos, com destaque para as bolsas Reuni (dentro do Programa de Estágio Docência que prevê a utilização de alunos da pós-graduação em aulas de reforço para os alunos de graduação, nas disciplinas previamente identificadas com problemas de evasão/retenção) e para os cursos de férias e de nivelamento.

Têm-se, ainda, algumas ações específicas para manter os alunos na blocagem, como oferta de disciplinas, observando a compatibilidade de horários das disciplinas da blocagem. Além disto, pretende-se identificar os estudantes que saíram da blocagem, mas com possibilidade de retorno, e oferecer as condições para que retornem à blocagem, de modo que possam terminar no tempo mínimo.

Para que todas as ações acima propostas sejam eficazes é fundamental que o foco da estratégia esteja voltado para: a capacitação docente, através da promoção de seminários de atualização pedagógica e metodológica para os professores; da criação de normas internas capazes de legalmente proporcionar o preenchimento contínuo e eficaz das vagas ociosas dos cursos de graduação e ao mesmo tempo uma maior flexibilidade, no sentido da mobilidade intra e interinstitucional de alunos de graduação; e da constituição de um Código de Ética para o Servidor Docente, com vistas à melhoria do relacionamento docente-discente.

Além dos itens acima descritos, a política de ensino de graduação vai destacar o PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DE SALAS DE AULAS E DOS LABORATÓRIOS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, cujos objetivos são:

1. Dotar os laboratórios de ensino de graduação de equipamentos modernos, com melhores níveis de sensibilidade, com maior velocidade de processamento, etc, de modo a tornar mais eficiente o ambiente de ensino-aprendizagem, no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades práticas.
2. Dotar as salas de aula de equipamentos e condições necessárias à apresentação de aulas com maior eficiência e conforto para professores e estudantes, mediante a disponibilização de espaço físico apropriado, com boa iluminação e ventilação, conforto termo-acústico e de equipamentos necessários à apresentação de aulas usando recursos tais como conexão à internet, “data show”, telas de projeção, bons quadros-negros, mobiliário adequado e outros instrumentos.
3. Criar Salas de Aprendizagem Eletrônica, destinadas exclusivamente, aos alunos dos cursos de graduação, equipadas com computadores, impressoras e outros acessórios necessários à aprendizagem eletrônica de modo a permitir que professores e estudantes façam uso de um conjunto de ferramentas, tais como softwares e plataformas de aprendizagem, em um ambiente eletrônico que permita o pleno desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem.

A Universidade Federal da Paraíba, através da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), em parceria com os Centros, implementará os projetos para a modernização dos laboratórios e das salas de aula de ensino de graduação, mediante projetos que contemplem a aquisição de móveis e equipamentos, bem como recuperações, reformas e adaptações que visem diretamente melhorar a qualidade dos cursos de graduação.

b) Pós-Graduação

As estratégias para a expansão e melhoria do ensino de Pós-Graduação integram-se às atividades realizadas na graduação da UFPB, com vistas a garantir o desenvolvimento acadêmico-científico holístico em âmbito organizacional. Assim, as metas e ações que fazem parte desta política no plano de desenvolvimento institucional para o período de 2009-2012 estão dispostas da seguinte forma:

- Expansão do ensino de Pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* com a criação e implantação de programas e cursos: A UFPB deverá contar com 32 mestrados e 25 doutorados em 2012

A expansão quantitativa no ensino da pós-graduação deve ser precedida pela identificação de grupos de pesquisa com condições de ofertar programas de pós-graduação, bem como a definição de programas de pós-graduação com potencialidades para oferecer doutorado, orientando-os nos trâmites pertinentes.

Além de facilitar a implantação de novos programas e cursos, está previsto o aumento de vagas para ingresso nos programas existentes e a articulação com instituições nacionais visando o estabelecimento de parcerias para oferta de cursos de doutorado na modalidade DINTER, financiados ou não pela CAPES.

- Elevação do conceito CAPES dos programas de mestrado e doutorado: pelo menos 01 doutorado com conceito 7 e outros quatro com conceito 6, os sete novos cursos com conceito 4 e os demais com conceito 5.

Essa meta específica requer ações que possam garantir a reestruturação do Regulamento Geral das Pós-Graduações *Stricto Sensu* da UFPB, adequando-o às demandas atuais, e acompanhar a adaptação das Resoluções Internas dos Programas ao novo Regimento. Torna-se necessária também a revisão das normas internas para capacitação docente, adequando-as ao Programa Pró-Doutoral e a estruturação do sistema de controle/acompanhamento dos processos de capacitação docente. A construção de uma Política de capacitação deve propiciar, primordialmente, a formação de um docente doutor efetivamente produtivo pelos critérios estabelecidos nas áreas do conhecimento respectivas. Desta forma, em 2012, a UFPB deve alcançar a formalização de 200 grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq, com uma produção de 500 artigos em periódicos Qualis.

Adicionalmente pretende-se realizar o serviço de tradução de artigos, como parte da política de fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação, incentivando o aumento do uso do serviço pelas Coordenações de Curso e acompanhando a qualidade da prestação do serviço. A

promoção de uma política de uso do Portal de Periódicos CAPES em parceria com a Biblioteca Central, oferecendo cursos a professores, alunos e servidores técnico-administrativos da UFPB, especialmente aos integrantes dos programas e cursos de pós-graduação.

- Redução das taxas de evasão e tempo médio de conclusão dos alunos de pós-graduação:

Têm-se como estratégias principais para a redução das taxas de evasão e tempo médio de conclusão a implantação do Sistema Integrado de Controle Acadêmico das Pós-Graduações da UFPB (POSGRAD) e do Programa de apoio à melhoria da infraestrutura dos Programas de Pós-Graduação.

- Aumentar o número de alunos bolsistas (CAPES e CNPq):

Como variável que influencia nas demais metas, a implantação e o acompanhamento do Programa Integrado de Bolsas de Pós-Graduação (bolsas REUNI) e Graduação (Monitoria e PROLICEN), tem importância fundamental na melhoria do ensino na instituição. Através do REUNI, a UFPB ofertará 300 bolsas de mestrado e doutorado até o ano de 2012.

c) Ensino Médio, técnico e profissional

A UFPB desenvolve atividades de ensino médio, técnico e profissional em dois de seus *campi*: no Campus I – João Pessoa, através da Escola Técnica de Saúde (ETS), vinculada ao Centro de Ciências da Saúde (CCS); e no campus III, por meio do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA).

A ETS oferece os cursos de Técnico em Enfermagem (com saída intermediária para o Curso de Auxiliar de Enfermagem), Técnico em Prótese Dentária, Técnico em Biodiagnóstico e o Técnico em Agente Comunitário de Saúde (atualmente desativado). Os cursos têm como finalidade a formação de recursos humanos de nível técnico em saúde, proporcionando conhecimentos contextualizados com fundamentação ética-técnico-científica e humanizados, necessários para o desenvolvimento de competências e habilidades, voltado para a prática do cuidado ao indivíduo, família e comunidade. Além desses, oferece ainda cursos de extensão em saúde nas áreas de: cirúrgica, clínica médica, doenças infecto-contagiosas, saúde da mulher, saúde do idoso, saúde da criança e do adolescente, processamento de tecidos moles, microscopia óptica I e II e prótese dentária.

A Escola Técnica de Saúde tem buscado, mediante diversas ações, promover a expansão da educação técnica e tecnológica pública no Brasil e uma dessas ações constitui-se, através da ampliação e reforma de estrutura física, criação de novos cursos de nível técnico, tecnológico e

pós-graduação (DINTER em Gerontologia Biomédica, UFPB/PUCRS), adesão a programas do governo federal, com novas vagas, ampliação do quadro docente e técnico-administrativo visando a inserção social e a equidade de acesso à educação profissional pública e o atendimento as especificidades das demandas regionais. O compromisso social da ETS está presente na sua missão de proporcionar a formação técnico-profissional para fortalecimento de uma cultura de transformação social com ênfase na promoção da saúde, na educação em saúde, no processo de trabalho em saúde, na ética, na responsabilidade social através de ações de inserção e equidade de acesso ao ensino e no atendimento à reivindicação de acesso à universidade pública aos alunos trabalhadores.

O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros oferece a educação profissional técnica, de nível médio, e formação inicial e continuada de trabalhadores das áreas de Agropecuária e Engenharia de Pesca. Seu objetivo é proporcionar a compreensão dos fundamentos sócio-culturais, científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna; o desenvolvimento de uma postura crítica, criativa e responsável; a preparação básica para o trabalho e prosseguimento de estudos posteriores como também propiciar a compreensão dos fundamentos técnico-científicos dos processos produtivos necessários ao empreendedorismo; o desenvolvimento de uma postura crítica e cidadã, objetivando a inserção no desenvolvimento regional e a formação por competência para o exercício de atividades produtivas e sociais.

d) Educação Infantil e Ensino Fundamental

A Creche-Escola da UFPB, através da Resolução 10/2010 CONSEPE, foi transformada na Escola de Educação Básica da UFPB, vinculada, administrativa e financeiramente, e academicamente ao Centro de Educação do Campus I desta IFES.

Com essa medida, a UFPB vai passar a atuar de forma sistemática na Educação Infantil (Creche e Pré-Escola) e no Ensino Fundamental, tendo uma unidade específica – A Escola de Educação Básica – que representa um espaço de Ensino, Pesquisa e Extensão, aberto à comunidade interna e externa, contribuindo também para a Responsabilidade Social da instituição, uma vez que se pretende que esta Escola se constitua em referência estadual no que diz respeito à educação infantil e ao ensino fundamental.

Desta forma, essa política de ensino vai priorizar atividades de ensino, pesquisa e extensão que estejam articuladas com outras unidades e departamentos da UFPB, no sentido de favorecer o processo de formação de profissionais de diversas áreas do conhecimento no campo

da educação infantil e do ensino fundamental, constituindo-se, ainda, em campo de estágio, pesquisa e extensão para os cursos de graduação e de pós-graduação da UFPB.

2.3.2 Ensino a Distância

Os novos processos de comunicação e a supressão de barreiras políticas associada à composição de novos blocos econômicos vêm promovendo profundas alterações nos mais diversos segmentos da sociedade. Nesse contexto, torna-se evidente o avanço dos meios de transferência de informações como produto de interações que se processam em virtude de um sistema de vida globalizado. A Educação a Distância (EaD), por meio de linguagens mediadas por essas novas tecnologias transmissivas, representa, nos tempos atuais, uma estratégia efetiva e eficaz para enfrentar o desafio do acesso ao conhecimento em qualquer nível.

Com essa visão, o Ministério da Educação e Cultura criou, no ano de 2005, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), rede nacional de instituições públicas de ensino superior que, a partir de ampla articulação com estados e municípios, promovem, através da metodologia do ensino a distância, o acesso a cursos superiores para camadas da população normalmente excluídas do processo educacional.

Em 2007, a UFPB, através do seu Núcleo de Educação a Distância – UFPBVirtu@1, passou a integrar o sistema UAB e, desde então, a EaD tem alcançado um desenvolvimento rápido e vultoso no âmbito da instituição. Tomando-se por referência o segundo período letivo de 2009, são seis cursos de graduação em oferta, todos em nível de licenciatura, voltados, portanto, para a formação de professores da Educação Básica, além do aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola, o que confere ao corpo discente da instituição, nessa modalidade de ensino, um total de 5.720 (cinco mil setecentos e vinte) alunos.

A UFPB, por meio da educação a distância, já atua em quatro estados nordestinos, possuindo 17 pólos de apoio presencial na Paraíba, seis na Bahia, dois em Pernambuco e um no Ceará. Na implementação de todo esse trabalho, registra-se a participação de 218 (duzentos e dezoito) membros do seu corpo docente, auxiliados por 219 (duzentos e dezenove) tutores presenciais e 344 (trezentos e quarenta e quatro) tutores a distância.

Para o ano de 2010, encontram-se definidas as ofertas de mais um curso de graduação, a Licenciatura em Letras/Libras, dos aperfeiçoamentos em Educação de Jovens e Adultos, Educação em Direitos Humanos e Educação para a Diversidade, das especializações em Gestão Pública Municipal, Educação do Campo e Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, além

do curso de extensão destinado ao treinamento de pessoal vinculado à Ouvidoria do Sistema Único de Saúde.

Ainda durante o ano de 2010, a UFPBVirtu@1 deverá analisar a viabilidade da oferta de novos cursos de graduação para os anos de 2011 e 2012, bem como de projetos relacionados a programas de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, e extensão, na modalidade de ensino a distância, a partir dos planejamentos e das perspectivas apresentadas pelos diversos centros de ensino da universidade.

2.4 POLÍTICA DE PESQUISA

A ciência, a tecnologia e a inovação, aliados ao sistema educacional formador são instrumentos para o desenvolvimento, o crescimento socioeconômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades. O trabalho de cientistas, pesquisadores e acadêmicos, são fatores determinantes para a construção da soberania nacional e a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de atender às justas demandas sociais da maioria dos brasileiros e representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos qualificados e ao fortalecimento do potencial científico/tecnológico nacional/regional/local.

A Política de Pesquisa da UFPB contempla algumas propostas institucionais de melhoria das atividades de pós-graduação e pesquisa da instituição para o período 2009-2012. São propostas competitivas que darão suporte aos pesquisadores e aos programas de pós-graduação (*lato e stricto sensu*). De maneira sucinta, essas estratégias têm como objetivos: melhoria do desempenho quantitativo e qualitativo das atividades de pesquisa; ampliação da produção científica global da UFPB; e estimular a inclusão e o desenvolvimento social, sobretudo em áreas consideradas estratégicas para o estado da Paraíba. Desta forma, faz-se necessário o alcance das seguintes metas:

- Aumento da base operacional das atividades de pesquisa e da produção acadêmica:

Estão previstas quatro ações direcionadas a ampliação dos grupos e projetos de pesquisa:

- a) aperfeiçoar a dinâmica de divulgação e de participação de grupos de pesquisa/Pós-Graduações em chamadas/editais de órgãos de fomento à pesquisa;
- b) manter administração e acompanhamento de Grupos de Pesquisas certificados pela instituição, seguindo a expectativa de crescimento do número atual, segundo PDI dos Centros;
- c) realizar Seminários de integração e discussão sobre a ação dos Grupos de Pesquisa, considerando suas relações com o ensino e a

extensão; d) criar espaço para hospedagem das páginas de Grupos de Pesquisa da UFPB, visando a divulgação de informações sobre projetos e equipamentos adquiridos em projetos financiados, possibilitando a socialização de uso desses equipamentos, em uma perspectiva colaborativa de ação.

No tocante a promoção da iniciação científica propõe-se: a) manter a política de incentivo para bolsas PIBIC/PIBIT com financiamento da UFPB, na proporção de 25% de aumento anual; b) aperfeiçoar o desenvolvimento dos Programas de Iniciação Científica em níveis que proporcionem o aumento de bolsas com financiamento do CNPq (garantindo um crescimento de cerca de 3% ao ano no número de bolsas); c) organizar e realizar Encontros de Iniciação Científica (ENIC) na UFPB.

Com relação ao pesquisador, será criado o programa de apoio emergencial individual, programa Enxoval, de incentivo aos recém-doutores e/ou professores doutores recém-contratados pela UFPB que têm por finalidades: a) permitir aos novos pesquisadores (doutores) da UFPB um bom andamento no início de suas atividades de pesquisa; b) dar suporte à ampliação da produção científica global da UFPB, c) promover o atendimento às necessidades previstas para o bom andamento das atividades de pesquisa desenvolvidas por docentes recém-doutores (isto é, que obtiveram título nos últimos cinco anos) e doutores recém-contratados (também nos últimos cinco anos) pela UFPB, bem como dos técnicos de nível superior que se titularam com o nível de doutorado.

No que se refere à melhoria da infraestrutura dos cursos de pós-graduação da UFPB, propõe-se ampliar e modernizar laboratórios de pesquisa, equipamentos de informática, aquisição de softwares, material de consumo, oferecendo condições para melhoria dos indicadores de desempenho dos programas, mediante incentivos localizados, para solucionar dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades de pesquisa e de pós-graduação.

Outra estratégia relacionada ao aumento da base operacional das atividades de pesquisa e produção acadêmica diz respeito ao incentivo à editoração de livros e periódicos científicos, que inclui também o apoio complementar as publicações existentes, em qualquer área do conhecimento, que tenham periodicidade regular e atendam aos critérios de corpo editorial compatível com as exigências de classificação no sistema Qualis da CAPES.

- Contribuição através da pesquisa para o desenvolvimento da Paraíba:

Essa contribuição dar-se-á primordialmente através do financiamento de projetos de pesquisa que tenham como tema, assuntos que possam impactar no desenvolvimento do estado da Paraíba. Em paralelo serão realizados seminários de integração e discussão sobre ação dos Grupos de Pesquisa, nos anos de 2010, 2011 e 2012, considerando as relações da pesquisa com o

ensino e a extensão e a possibilidade de intervenção em problemas identificados na Paraíba (em todas as áreas de conhecimento).

Além disso, será estimulada a transferência de tecnologia gerada por pesquisas realizadas na UFPB - e que possam promover o desenvolvimento da Paraíba, do Nordeste e do país – através da elaboração de um projeto de extensão inovadora, com a instituição de bolsas para alunos da Graduação e Pós-Graduação.

Por fim, está programada uma série de ações voltadas à constituição de uma política de propriedade intelectual na UFPB: a) oferecer cursos preparatórios de redação de patentes, visando agilizar o processo de registro; b) implantar o Conselho de Propriedade Intelectual, constituindo sua Comissão, visando aperfeiçoar e ampliar o sistema de registro de patentes; c) garantir a alocação de recursos para o atendimento de novas solicitações/manutenção de registro de patentes, com o objetivo de ampliar o número de processos na UFPB; e d) constituir comissão para elaboração de resoluções pertinentes à proposta de criação de uma política de propriedade intelectual para UFPB, para posterior apreciação e aprovação.

Além do alcance das metas acima discutidas, a política de pesquisa da UFPB inclui avanços no âmbito da comunicação através de: a) criação de espaços para hospedagem de todas as páginas eletrônicas dos programas de pós-graduação da UFPB, objetivando melhorar a socialização de dados e informações e dar visibilidade regional, nacional e internacional; e b) alimentação permanente e sistemática da página da Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (www.prpg.ufpb.br) com dados de suas Coordenações, promovendo uma política de acompanhamento das ações da Pró-Reitoria pela comunidade interna e externa.

2.5 POLÍTICA DE EXTENSÃO

Tendo como referência normativa a Política Nacional de Extensão cujas diretrizes foram definidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX (indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, interdisciplinaridade, interação dialógica, impacto e transformação) e considerando que a extensão contribui, efetivamente, para a formação teórico-prática dos estudantes, na relação com a realidade, e para integrar a Universidade com os demais setores da sociedade, na perspectiva do desenvolvimento social, a UFPB apresenta três dimensões para a política de extensão. A partir da integração destas dimensões pretende-se atingir o objetivo de consolidar e fortalecer academicamente a extensão, equilibrando o seu status universitário. Para tanto, a política de extensão contempla as seguintes metas e ações:

Dimensão Acadêmica:

- Implementação de uma política de valorização acadêmica da extensão, com a busca de mecanismos para o reconhecimento da extensão como componente curricular essencial na formação do futuro profissional cidadão:

A valorização da extensão será alcançada através do incentivo à expansão das atividades de extensão desenvolvidas pelos Centros e Departamentos; do aumento do percentual de alunos e professores, envolvidos em atividades de extensão; do aumento do percentual das atividades de extensão desenvolvidas de forma integrada ao ensino e à pesquisa; da discussão com os colegiados de cursos para aumentar a inclusão da extensão como componente curricular nos Projetos Políticos Pedagógicos; do estímulo aos alunos para o aproveitamento de créditos pela participação em projetos de extensão; da criação de uma chamada de bolsas específicas para incentivar o oferecimento de disciplinas de extensão, de acordo com a Resolução do Bloco de Componentes Curriculares Flexíveis (BCCF), até atingir todos os cursos de graduação; do incentivo ao aumento da produção acadêmica resultantes de projetos de extensão e sua divulgação; e da equiparação gradativa do PROBEX ao PIBIC, em termos de remuneração e carga horária.

- Contribuição para o desenvolvimento regional, com ações integradas de extensão, ensino e pesquisa especialmente voltadas para os problemas socioeconômicos mais prementes:

Estão previstas ações de apoio aos projetos de extensão articulados com a pesquisa aplicada, ou de possível aplicação a curto e médio prazo, bem como aos articulados com o ensino de graduação e pós-graduação, com impacto na sociedade a curto e médio prazo. Além disso, pretende-se incentivar o desenvolvimento de tecnologias sociais focadas nos problemas regionais e locais; ampliar as ações de extensão que estimulem e subsidiem a organização produtiva de grupos de maior risco social; apoiar os termos de cooperação com organizações públicas e privadas existentes, incentivando a efetivação de novos; e estimular a utilização da educação semipresencial para cursos e outras atividades de extensão à distância.

- Ampliação do acesso de alunos de origem popular e da rede pública de ensino a Universidade:

Para atingir essa meta a política de extensão da UFPB vai apoiar os projetos voltados para a melhoria do ensino fundamental e médio das escolas públicas (capacitação de professores, ações diretas com os alunos, etc.); os cursinhos preparatórios existentes nos campi da UFPB, para alunos de origem popular e da rede pública de ensino; e criar e implantar espaços alternativos de formação continuada com objetivo de oferecer atividades complementares à

escola formal, com cursos de extensão nas áreas de línguas, de artes, de informática, entre outros.

- Implantação de um sistema de acompanhamento e avaliação das ações de extensão, integrando a PRAC, os Centros e a comunidades externa:

A promoção de debates para sensibilizar a comunidade universitária sobre a importância dos processos de acompanhamento e avaliação das ações de extensão e o incentivo a criação de comissões de avaliação da extensão nos centros, representam a estratégia para facilitar a estruturação de um sistema eficaz de acompanhamento e avaliação da extensão na UFPB.

A infraestrutura necessária para o funcionamento desse sistema dar-se-á através da aquisição de equipamentos (máquina fotográfica, filmadora, gravador), que serão utilizados no registro das ações de extensão, e de um transporte (automóvel) para possibilitar a visita aos locais de desenvolvimento da extensão.

- Fomento da utilização, pelos extensionistas, do Sistema de Informação e Gestão da Extensão – SIGProj, da SESU/MEC, para que todos os extensionistas cadastrem suas atividades, por centro:

Fazem parte dessa meta atividades que envolvem a promoção de oficinas de capacitação dos extensionistas para o uso do SIGProj, anualmente, em cada centro, bem como o estímulo para o desenvolvimento de equipes de apoio para a orientação sobre o SIGProj.

- Contribuição para a inserção dos indicadores da extensão como vetor nas matrizes gerenciais da universidade, especialmente alocação de recursos financeiros e vagas docentes:

Para tanto, é importante definir e pactuar indicadores da extensão, aplicáveis aos modelos gerenciais da universidade, o que vai colaborar para a implementação gradual do novo modelo.

- Consolidação do Fórum Permanente de Extensão:

Para cada sessão do Fórum Permanente de Extensão, serão definidos anualmente seus temas e convidados. Além disso, a instituição pretende articular junto aos centros a realização de pelo menos uma sessão em cada campi.

Dimensão Social e Cultural:

As metas abaixo visam criar condições para que a comunidade universitária e a sociedade em geral tenham acesso e participem da produção das mais diversas formas de expressão cultural.

- Revitalização dos núcleos de pesquisa e extensão cultural vinculados à PRAC, dotando-os de infraestrutura adequada à ampliação de suas atividades relacionadas aos cursos de graduação afins e à comunidade em geral:

Essa revitalização inclui reformas na infraestrutura predial do NUPPO e NTU, elaboração de projeto e captação de recursos para a restauração do prédio do Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB (NAC) e aquisição de equipamentos apropriados às necessidades dos núcleos, proporcionando maior interação com os departamentos e coordenações de cursos de graduação. A instalação do Museu de Cultura Popular, do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Cultura Popular (NUPPO) no Centro de Arte e Cultura da UFPB também indica uma estratégia de ampliação das atividades da política de extensão nos centros.

- Preservação e ampliação do acesso ao patrimônio cultural material existente nos acervos dos núcleos:

O acesso será ampliado a partir da organização, das medidas de conservação, do registro, da mudança de suporte (quando for o caso) e da divulgação do acervo de cultura popular do NUPPO e em especial da coleção de litogravuras do NAC.

- Fortalecimento dos grupos artísticos da UFPB, especialmente do Coral Universitário Gazzi de Sá, e incentivo à criação de novos:

Será incentivada a participação dos grupos artísticos em eventos acadêmicos e culturais internos e externos à UFPB nos diversos campi e a utilização do Centro de Arte e Cultura da UFPB para exposições, espetáculos e apresentações culturais em geral.

- Consolidação dos meios de divulgação da Extensão e ampliação do acesso à produção da cultura em parceria com a Editora Universitária:

A colaboração na implementação de uma política editorial que contemple as mais diversas expressões e mídias, mantendo a publicação da Série Extensão e Revista Eletrônica de Extensão.

- Ampliação das parcerias com organizações governamentais e não-governamentais ligadas à cultura e ação comunitária.

Compõem a estratégia de ampliação o acompanhamento da participação dos representantes da UFPB nos encontros coletivos (fóruns, conselhos, etc.) de políticas e ações culturais, bem como o apoio aos termos de cooperação existentes e incentivo para a efetivação de novos.

Dimensão Transversal:

Nesta dimensão a política de extensão está voltada para a ampliação da atuação e produção da extensão comunitária, nas mais diversas áreas temáticas.

- Revitalização dos núcleos de pesquisa e extensão comunitária vinculados à PRAC, dotando-os de infraestrutura adequada à ampliação de suas atividades relacionadas aos cursos de graduação afins e à comunidade em geral:

Será reformada a infraestrutura predial do Núcleo Integrado de Estudos e Pesquisas da Terceira Idade (NIETI) e ampliadas as instalações do Núcleo de Estudos e Ações em Urgências e Desastres (NEUD), bem como, a aquisição de equipamentos necessários às necessidades dos respectivos núcleos. O funcionamento pleno desses núcleos resultará em uma maior interação entre os departamentos e coordenações de cursos de graduação, levando a uma ampliação dos projetos e ações voltados para a comunidade em geral.

- Fortalecimento das estruturas existentes, e apoio à criação de novas, de incubadora de empresas de base tecnológica, de empreendimentos solidários e cooperativas populares:

Esta meta contempla o apoio aos projetos de extensão pertinentes, a definição de procedimentos administrativos para a participação e execução de projetos com recursos captados por editais e o apoio aos termos de cooperação existentes e incentivo para a efetivação de novos.

- Expandir o processo de colaboração com a rede pública de ensino fundamental e médio, com temáticas relacionadas à promoção dos direitos humanos de grupos populacionais de maior risco social:

Para tanto, a instituição apoiará os projetos de extensão voltados para a melhoria do ensino fundamental e médio das escolas públicas (capacitação de professores, ações diretas com os alunos, etc.) e os eventos e campanhas nas áreas temáticas pertinentes.

2.6 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Considerando que a assistência estudantil é uma das prioridades atuais da instituição – fato que estimulou a discussão sobre a criação de uma Pró-Reitoria responsável apenas pela assistência estudantil, desvinculada, administrativamente, da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários/PRAC – e diante da implantação de uma política sistêmica de valorização acadêmica e do surgimento de mecanismos capazes de promover a manutenção do estudante nos diversos Campi, a vida acadêmica do estudante da UFPB registra ganhos significativos com a expansão de novos cursos, melhoria da infraestrutura de laboratórios, salas de aulas, bibliotecas,

residências universitárias, restaurantes universitários, áreas de lazer, aumento do número de bolsas dos programas acadêmicos.

No ANEXO X, encontram-se ações necessárias à melhoria e ampliação da infraestrutura das Residências Universitárias, Restaurantes Universitários, bem como ações direcionadas à saúde e ao desempenho acadêmico dos estudantes que devem ser implementadas no período de execução do PDI.

2.7 POLÍTICA DE GESTÃO

2.7.1 Gestão Administrativa

A política para a gestão administrativa da UFPB, observando o intervalo de tempo entre os anos de 2009 e 2012, representará um processo de evolução nas práticas fomentadas institucionalmente que ensejam direta ou indiretamente na realização de suas atividades. Além disso, pretende colaborar para a disseminação do conhecimento organizacional e como consequência garantir a aprendizagem sinérgica nas diversas áreas administrativas.

Um dos focos do processo de aperfeiçoamento das relações existentes entre os entes que compõem a estrutura organizacional (Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, Núcleos, etc.) diz respeito à descentralização de competências e responsabilidades, que tem por objetivos ampliar a autonomia financeira das unidades acadêmico-administrativas, incentivando aquelas com potencial a se tornarem unidades gestoras (executoras dos próprios orçamentos) e também estimular a criação de novos centros a partir de departamentos e/ou coordenações que tenham características para esta mudança.

A descentralização de competências e responsabilidades contribui para reduzir os níveis de demandas dos órgãos da Administração Central e de Unidades Acadêmicas com grande volume de solicitações, proporcionando maior agilidade na resolução de eventuais entraves. Além disso, a descentralização através do aumento da participação das unidades nos processos decisórios eleva os níveis de comprometimento e envolvimento dos agentes responsáveis.

A modernização administrativa representa o outro foco da política de gestão administrativa deste PDI e inclui os seguintes elementos:

- Reestruturação Organizacional e Funcional: a resultante deverá ser uma administração mais integrada, com unidades alinhadas estrategicamente para a mesma finalidade.

- Re-Normalização dos Procedimentos e Rotinas: uma característica permanente da dinâmica acadêmica e social é tornar anacrônicos e disfuncionais vários dos regulamentos, procedimentos e rotinas de trabalho, bem como ritos e peças processuais que, em outro contexto,

permitiam segurança, velocidade e eficiência da Gestão Administrativa. Um novo conjunto de ritos, procedimentos e rotinas deve resultar das transformações vivenciadas, e a vivenciar, pela UFPB neste ciclo de expansão. Essa re-normalização deverá ser estudada e planejada a partir de um processo rigoroso e sistemático de avaliação da eficácia, eficiência e efetividade da administração universitária.

- Redistribuição de Incentivos e Responsabilidades: a nova estrutura organizacional e funcional, e os novos procedimentos e rotinas de trabalho, promoverão uma redistribuição de responsabilidades entre os componentes do corpo de servidores da UFPB, docentes, técnicos e administrativos. Desta forma, se fará necessária uma correspondente redistribuição dos incentivos, particularmente os financeiros e materiais, para que a nova organização opere adequadamente.

2.7.2 Gestão do Planejamento

Para que seja possível estabelecer objetivos de desenvolvimento institucional para as universidades faz-se necessário o uso de parâmetros de referência, que permitam à instituição avaliar sua posição atual, tendo referências internacionais e para o conjunto nacional das IFES, e no subconjunto regional, uma vez que a variável território é um fator estrutural relevante na configuração do perfil, comportamento e desempenho de qualquer instituição, seja esta acadêmica ou não.

Também se faz necessária uma análise comparativa temporal, para verificação da evolução recente, referente a um momento anterior que sirva de base comparativa segura, ou seja, que permita minimizar efeitos exógenos ou outros que distorçam as comparações temporais.

A lógica das avaliações, com a construção de indicadores para acompanhamento do cumprimento de metas, está em induzir as IFES a guiarem seus Planos de Desenvolvimento e seus Planos de Gestão para a busca de um padrão de desempenho coerente com o modelo de universidade proposto pela sociedade, através de seus representantes legítimos.

O conjunto destes atores (sociedade e Governo) constrói uma teia de mecanismos que, simultaneamente:

- a) introduz novas características e novas funções para a universidade, bem como, incorpora, ao sistema de Ciência, tecnologia e Inovação, novos atores com atribuições concorrentes, complementares e suplementares àquelas definidas para as IFES;

- b) cria e desenvolve novos espaços e mecanismos de seleção, ampliando a escala e o nível em que as IFES devem evoluir e apresentar progressos satisfatórios para obterem aprovação.

Desta forma, a evolução das universidades é caracterizada por múltiplos processos dinâmicos de aprendizado inovativo e seletivo:

- a) mecanismos de seleção, que avaliam, aprovam ou desaprovam as ações das unidades do sistema acadêmico;
- b) através de processos de aprendizado interno e externo, estabelecem-se regras de conduta geral, que se desdobram em rotinas comportamentais específicas a cada uma das subunidades que compõem a instituição universitária;
- c) estes processos de aprendizado são adaptativos, isto é, parcialmente planejados, mas por sua natureza complexa, não-linear, marcada por retroalimentações e inexoravelmente submetida a incertezas, as rotinas que demonstram desempenho “satisfatório” são preservadas e aperfeiçoadas, enquanto aquelas que se mostraram “ineficientes” tendem a ser modificadas ou substituídas;
- d) A universidade, para além dos elementos básicos de eficiência e produtividade, será avaliada em seu desempenho de acordo com o que se considere que seja sua função, seus objetivos, seus valores.

Esse processo conflituoso de transformação caracteriza a dinâmica das universidades e se manifesta em mudanças em seus indicadores de desempenho. Esse fenômeno produz, inevitavelmente, instabilidade na dinâmica interna da comunidade acadêmica e, em ordem hierárquica mais elevada, no próprio sistema nacional de ensino superior e no sistema nacional de inovação.

Estas inovações institucionais e comportamentais provocam, em prazo mais longo, mudanças estruturais no sistema de educação, ciência e tecnologia, de tal forma que, não bastasse a dinâmica interna para adaptar-se, no curto prazo, a uma dada estrutura e seus mecanismos seletivos, as universidades devem enfrentar, também, a *mudança estrutural em longo prazo*. As regras e rotinas construídas pelos processos adaptativos de aprendizado são afetadas por três condicionantes importantes: a criatividade, o mimetismo e a trajetória histórica.

Para que os processos de aprendizado adaptativo se desenvolvam satisfatoriamente é crucial que a estrutura da universitária, bem como do sistema nacional, demonstre resistência, ou seja, não deve haver *fragilidade* estrutural para que o processo dinâmico de evolução interna ocorra satisfatoriamente.

Para o segundo fenômeno de instabilidade, vinculado a transformações no próprio sistema de Ciência e Tecnologia e da rede de instituições acadêmicas (de pesquisa e ensino) é fundamental que a estrutura demonstre flexibilidade suficiente para permitir sua própria transformação, evitando-se que, diante de fluxos de pressão externa e interna, um ponto crítico seja alcançado e provoque uma abrupta e violenta ruptura estrutural, capaz de provocar grande desorganização sistêmica.

Desta forma, as universidades, no Brasil e no mundo, encontram-se vivenciando um atípico processo de instabilidade, decorrente da conjunção entre a instabilidade dinâmica e estrutural. A universidade, portanto, está imersa em um macro-ambiente nacional/internacional em permanente transformação e, adicionalmente, vivenciando um grave momento de crise econômica e política em escala global.

As diversas dimensões e distintas interpretações quanto à natureza deste processo e os caminhos possíveis, esperados e desejados para a evolução desta instituição, quase milenar, passam a ser recontextualizados com o advento da Sociedade do Conhecimento e da Economia do Conhecimento. Dois elementos que permeiam este debate, sobre o futuro da universidade no século XXI, assumindo o papel de visão hegemônica (se não-consensual) entre os distintos posicionamentos, podem ser sumarizados em:

- a) a crise de identidade quanto ao papel da universidade, enquanto comunidade baseada em, e produtora, de conhecimento, em uma sociedade que se desenha como integralmente baseada em conhecimento. Qual, então, o caráter distintivo da universidade?
- b) As pressões da sociedade e de seus distintos grupos de interesse, sobre as ações e funções da universidade.

Partindo-se desta compreensão quanto à natureza intrínseca e duplamente instável do processo de desenvolvimento institucional, a evolução das universidades deve conter orientações que, simultaneamente, permitam: a superação dos obstáculos internos à melhoria do desempenho presente, e a adaptação das instituições às novas estruturas. Uma vez que os impactos destes grandes projetos não podem ser absorvidos com meros ajustes incrementais na atual organização institucional das universidades, pois se trata de descontinuidades de larga escala, esta nova estrutura exigirá, em grande medida, a construção de novas formas de relacionamento institucional, a fusão, fissão e extinção de órgãos previamente existentes ou mesmo a criação de novos, a preparação das universidades para as tendências de longo prazo da transformação do sistema de Ciência, Tecnologia e Informação nacional e internacional, no contexto da chamada “nova sociedade do conhecimento”.

O maior desafio refere-se, precisamente, à construção da universidade do século XXI, a qual requer, previamente, a elaboração, pela comunidade universitária, da “visão de futuro”, tanto da sociedade, quanto de si própria. Este processo de elaboração da visão e de construção de uma nova universidade necessariamente será conflituoso, mas seus resultados deverão ser consensuais, para que haja uma noção de progresso associada à evolução da universidade.

Para este desafio, que define, de fato, a missão que justifica a existência da universidade, o conceito-chave é “flexibilidade”: *a capacidade que a estrutura possui em se transformar, a partir de fatores endógenos e exógenos, preservando, no processo, sua organicidade.*

O risco inescapável, associado ao processo de construção do novo, a ser enfrentado pela comunidade acadêmica (e seus gestores), tanto em sua elaboração, quanto, principalmente, em sua execução, está na possibilidade da flexibilidade ser confundida ou transformada em “fragilidade”, entendida como: *a possibilidade da estrutura ser transformada, mas de forma abrupta e drástica, com rupturas que inviabilizam a continuidade, sem substituição, de suas funções originais.*

O Desenvolvimento Institucional das universidades, com seu foco no longo prazo estará submetido a condicionantes que limitam sua ação e eficácia. Como consequência, o planejamento, a regulação e o acompanhamento permanente das trajetórias evolutivas impõem-se como necessidade social, uma vez que evolução das instituições, por suas “livres forças” não significa necessariamente que esteja havendo ‘progresso’, podendo, ao contrário, produzir resultados ineficientes e mesmo ser degenerativa do sistema.

A política de gestão do planejamento tem como objetivo central a implantação da cultura do planejamento em todas as instâncias da UFPB como forma de, através de uma melhor concentração de esforços e recursos, garantir o cumprimento dos objetivos institucionais em termos acadêmicos e administrativos. Para tanto, o primeiro passo para o enraizamento da cultura do planejamento dar-se-á através da capacitação de assessorias de planejamento nos Centros e Unidades da Administração Central. Essas assessorias serão responsáveis pela disseminação da cultura do planejamento e pela coordenação e acompanhamento das atividades de planejamento a serem realizadas nas unidades.

Consolidadas essas assessorias a Administração Central, por meio da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAN), deve atuar para que os planos estratégicos elaborados pelas diversas unidades estejam articulados ao PDI da UFPB, que por sua vez será acompanhado e atualizado anualmente, finalizando com a construção do próximo PDI, ao longo do ano de 2012 e ampliado para cinco anos (2013-2017).

Este acompanhamento será reforçado pela recriação da Coordenação de Gestão de Informação (CODEINF), pertencente à PROPLAN. Será atribuição desta Coordenação a gerência dos planos, programas e projetos onde serão analisados o tempo de execução, o custo e riscos envolvidos, os recursos aplicados, a qualidade a ser atingida, a forma de integração e os respectivos escopos. As atividades de acompanhamento, controle e avaliação serão fortalecidas pela integração da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e do Pesquisador Institucional (PI) à CODEINF.

2.7.3 Gestão de Pessoal

A UFPB é órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil do Poder Executivo Federal – SIPEC, cujo gestor central é o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, que, obedecida a legislação específica e respeitada a autonomia universitária, traça as diretrizes relativas a administração da folha de pagamentos e emite orientações normativas envolvendo questões de pessoal.

Com uma folha de pagamentos que gira em torno do montante de R\$ 60 milhões/mês, na administração de seu quadro de pessoal (Docentes e Técnico-Administrativos), a UFPB vem desenvolvendo ações permanentes de admissão, desenvolvimento, controle e avaliação de desempenho, que visam dar suporte humano qualificados à resolução dos impasses e consecução das metas estabelecidas por sua Administração Superior. Neste sentido e considerando o processo de expansão ao qual a UFPB vem passando, esta Administração decidiu transformar a Superintendência de Recursos Humanos (SRH) em Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). A proposta de criação desta nova Pró-Reitoria já foi encaminhada para apreciação dos Conselhos Superiores da UFPB.

Com a criação do banco de professores-equivalente, através da Portaria Normativa interministerial nº 22, de 30 de abril de 2007, D.O.U. de 02 de maio de 2007, foram definidos os quadros de pessoal docentes para cada Departamento, focalizando sua permanente vigilância e obediência quanto às novas contratações e movimentações (internas e externas), bem como critérios de contratações de professores substitutos.

O processo de admissão, para pessoal docente do quadro permanente, obedece aos ditames do Decreto nº 6.944/2009 e aos critérios da Resolução CONSEPE Nº 50/2007, obedecidos os requisitos estabelecidos em edital, priorizando-se a qualificação mínima de Doutor ou Mestre em cada área, esta última definida pelos colegiados departamentais.

A expansão de pessoal docente do quadro permanente de pessoal da UFPB está alinhavada em duas vertentes: a) Substituição dos professores contratados temporariamente (substitutos) por docentes efetivos, em atenção às disposições da Portaria Normativa interministerial nº 22, de 30 de abril de 2007, D.O.U. de 02 de maio de 2007; b) Admissão de novos professores para atender aos objetivos e metas do Projeto REUNI.

Para o exercício pleno de suas atividades, a capacitação docente é meta prioritária na UFPB e está normatizada pela Resolução CONSEPE nº 07/2004, obedecidas às disposições do Decreto nº 5.707/2005. Tal atividade é desenvolvida de maneira direta pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PRPG com a consolidação do Plano Geral de Capacitação Docente da Instituição e, de maneira suplementar, pela Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, Pró-Reitoria de Graduação - PRG e Superintendência de Recursos Humanos – SRH, com as atividades de controle de carga horária letiva, controle de afastamento de pessoal docente para qualificação, controle orçamentário de substituição da força de trabalho efetiva por temporária, entre outras.

No plano de capacitação, a SRH dispõe de cursos de reciclagem para docentes nas áreas de gestão (administrativa, orçamentária e financeira e patrimonial), atendimento ao público e elaboração de projetos, que formam um conjunto teórico de conhecimentos importantes ao bom desenvolvimento das atividades docentes, dentro de seu plano de carreira definido pelo Decreto nº 94.664/87 e alterações posteriores.

O controle do pessoal docente é realizado pelos departamentos e a avaliação de desempenho é desempenhada pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA e Comissão Permanente de Melhoria do Ensino – CPME, com articulação com a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, vinculada à SRH.

A SRH estabeleceu como meta para o PDI/2009-2012 a formulação de disciplinamento do acompanhamento do estágio probatório docente, em conjunto com a PRG e PROPLAN, através da criação das tutorias para servidores em estágio probatório.

Tratando-se de pessoal técnico-administrativo, a UFPB, através da SRH, obedecendo às disposições da Lei nº 11.091/2005 e dos Decretos nº 5.824 e 5.825/2005, vem estruturando políticas permanentes de capacitação, dimensionamento, avaliação e controle, objetivando dar suporte qualificado às atividades de ensino, pesquisa e extensão e de continuidade administrativa.

No dimensionamento de pessoal, foram elaborados relatórios situacionais para os diversos Centros, Administração Central e Hospital Universitário Lauro Wanderley – HULW,

que estão servidor de discussão no âmbito interno da UFPB, com o fim de elaboração de matriz ideal de dimensionamento de pessoal técnico-administrativo, estabelecer diretrizes de capacitação, formular indicadores de avaliação de desempenho e elaborar política de sucessão para os diversos cargos ocupados. É meta prioritária na atual gestão da SRH/UFPB.

A finalização dos trabalhos será de suma importância, por exemplo, para elaboração do REHUF/UFPB, pois é um dos requisitos estipulados no Decreto nº 7.082/2010, que instituiu o programa.

As ações de admissão de pessoal técnico-administrativo na UFPB, atualmente estão adstritas às novas contratações definidas no Projeto REUNI. Novas contratações serão deflagradas apenas com a devida autorização do Órgão Central do SIPEC, depois de ouvido o Ministério da Educação – MEC.

Os concursos públicos para admissão de pessoal técnico-administrativo na UFPB têm sem procedimentos operados pela Comissão Permanente do Concurso Vestibular – COPERVE, ficando a SRH encarregada da supervisão e apoio aos trabalhos, obedecendo-se às regras definidas pelo Decreto nº 6.944/2009.

O desenvolvimento de pessoal técnico-administrativo, envolvendo qualificação e capacitação tem como objetivo a compatibilização do progresso do servidor na carreira definida legalmente e os interesses institucionais de qualidade no atendimento ao público (externo e interno), redução dos custos operacionais de manutenção, melhoria nos processos e procedimentos, aplicação de recursos tecnológicos e saúde ocupacional.

Para que as futuras ações de treinamento sejam implementadas, serão realizadas pesquisas que apontem as necessidades pessoais e funcionais dos servidores através da ausculta prévia dos Centros e Administração Central.

A SRH também incentivará os servidores da Universidade a utilização das escolas virtuais como ferramenta de capacitação à distância.

Os afastamentos de servidores para participarem de cursos oferecidos pela SRH (qualificação e capacitação) têm necessariamente que ser autorizados pelas chefias imediatas, desde que as atividades de cada unidade não sofram solução de continuidade e tratando-se de afastamentos de média e longa duração, devem ser obedecidas as normas regulamentares da Resolução CONSEPE nº 69/97.

A UFPB dispõe de plano de avaliação anual de seus servidores técnico-administrativos, definido na Resolução CONSEPE nº 17/2007, cujo processo tem como finalidades:

- Avaliar o desempenho dos servidores reconhecendo o seu potencial e buscando melhores resultados;
- Facilitar o processo de planejamento organizacional e o alcance de metas institucionais;
- Incentivar o comprometimento dos servidores com o alcance dos objetivos da instituição;
- Fornecer informações que proporcionem melhoria de desempenho;
- Estimular o fluxo de informação entre os diversos níveis hierárquicos para a melhoria das relações interpessoais e a qualidade dos serviços prestados;
- Subsidiar o redimensionamento da força de trabalho em função das competências individuais e institucionais;
- Identificar a necessidade de capacitação e qualificação para melhoria de desempenho individual e coletivo;
- Fornecer informações que possibilitem ao servidor avaliado conhecer o que a instituição espera do seu desempenho;
- Possibilitar a concessão da progressão por mérito profissional.

A SRH pretende consolidar o sistema de avaliação, aperfeiçoando-o continuamente, inclusive com a elaboração de novos critérios e indicadores mais específicos de desempenho a serem avaliados.

Como elemento essencial à política geral de Recursos Humanos da UFPB, a SRH está desenvolvendo ações direcionadas à atenção a saúde de seus servidores, através da Divisão de Atenção à Saúde Ocupacional dos Servidores da UFPB – DASOS, que tem executado atividades de diagnóstico, controle e acompanhamento de informações concernentes à saúde dos servidores da UFPB.

Tais procedimentos estão em fase de projeto, porém algumas ações já estão implementadas como é o caso da implantação do Auxílio-Saúde de que trata a Portaria Normativa nº 3, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

Está em fase de discussão interna o projeto para realização dos exames médicos periódicos dos servidores da UFPB, em atenção ao Decreto nº 6.856/2009, com previsão de implementação para maio de 2010.

Foram formadas comissões para avaliação ambiental nos diversos campi da UFPB para diagnóstico dos ambientes organizacionais com vistas à elaboração de ações de promoção e assistência à saúde e perícia oficial.

Afora todas as ações, está em fase de estudos, projeto que visem a desenvolvimento artístico, cultural e esportivo para servidores, visando a integração de todos em benefício da saúde coletiva.

No gerenciamento da folha de pagamento de pessoal, a SRH está em articulação constante do Núcleo de Tecnologia da Informação para a implementação de Sistema Informatizado de Gestão de Pessoal, que trará possibilidade de evolução nos procedimentos correspondentes a controle de pessoal (frequência, férias, adicionais, afastamentos, movimentações, etc.), atendimento remoto aos clientes da SRH (internos e externos), elaboração de relatórios gerenciais específicos e aumento de precisão dos lançamentos na folha de pagamentos.

Melhor gerenciamento da folha de pagamentos de pessoal, seleção de pessoal definida, capacitação de servidores (docentes e técnico-administrativos), dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho e atenção à saúde do servidor formam o eixo estruturante da política de recursos humanos da UFPB para os anos de 2009 a 2012.

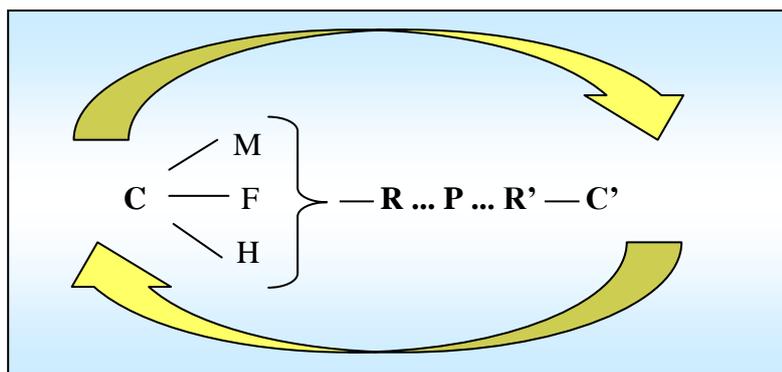
2.7.4 Gestão da Informação

Coerente com o contexto de emergência da Sociedade da Informação e do Conhecimento, a *Gestão e o Sistema de Informação* (GSI) serão tratados como um dos destaques estratégicos do Desenvolvimento da UFPB nos próximos anos. Isto significa não apenas o reconhecimento institucional de sua importância em todas as áreas de atuação da universidade, uma vez que seus efeitos são sistêmicos e com potencialidades de gerar sinergias entre as várias unidades acadêmicas e administrativas desta instituição, mas fundamentalmente trata-se da institucionalização de uma Política estratégica para a sustentabilidade do atual processo de expansão em larga escala, associado ao projeto REUNI.

Neste sentido, todos os projetos pensados para este Plano de Desenvolvimento, no que dizem respeito a avanços na área de *Tecnologias da Informação e Comunicação* (TICs), devem estar aderentes à lógica da gestão da informação, qual seja, a modelagem e construção de mecanismos, rotinas e instrumentos capazes de permitir:

- a) A identificação de quais informações são estratégicas para a tomada de decisão institucional e para o circuito de produção de conhecimento acadêmico e administrativo;
- b) A seleção das fontes adequadas de informação, considerando-se sua capacidade de gerar os dados primários e controlar sua precisão;
- c) A formalização dos procedimentos e rotinas de extração, manipulação, guarda e difusão das informações;
- d) O controle sobre a autorização e formas de uso, os perfis dos usuários, os veículos e formas textuais de difusão, bem como, o significado institucional para as informações produzidas.

Representando o comportamento da universidade de forma esquemática, tem-se um conjunto de procedimentos:



- a) Planejam suas ações acadêmicas: a partir de sua história pregressa e condições presentes, as quais são representadas por indicadores e transformadas em informações (C), as instituições produzem conhecimento na esfera administrativa;
- b) Mobilizam, organizam e gerem seus recursos (humanos/H, materiais/M e financeiros/F) para a produção acadêmica (R);
- c) Geram conhecimento (ensino, pesquisa e extensão); (P)
- d) Transformam e ampliam seus recursos (R'), através do exercício de suas competências, cujo desempenho é representado por indicadores;
- e) Alteram suas condições prévias (C'), a partir das avaliações dos indicadores, recebendo informações na forma de premiação/punição pelos avaliadores;
- f) Com sua história acrescida e novas condições presentes, reinicia-se o planejamento.

Percebe-se que o mecanismo seletivo avalia algo (competências) que é apenas a manifestação daquilo que a instituição, de fato, produz (conhecimento) e o faz de forma indireta (por indicadores). Desta forma, a universidade, enquanto unidade, sob avaliação, enfrenta as dificuldades conhecidas do uso de indicadores:

- a) Indicadores são construídos a partir da manipulação de uma base de dados, que, em si, não possui conteúdo informacional, mas possibilita a construção de informação, a depender do seu usuário/avaliador;
- b) A impossibilidade dos indicadores em refletir as múltiplas dimensões do objeto de análise;
- c) A necessidade de capacitação (conhecimento) pregressa dos usuários/avaliadores pertinente ao objeto sob análise, para que as informações produzidas possuam coerência tanto para os que geram os dados/indicadores, quanto os que dele fazem uso.

Estas dificuldades usualmente transformam-se em grandes obstáculos ao processo de análise/avaliação em decorrência da má compreensão da distinção entre os conceitos relevantes. Dados, informação, conhecimento e competência referem-se a fenômenos distintos, embora relacionados².

Verifica-se que os indicadores produzidos pela administração universitária, de acordo com as exigências dos mecanismos avaliatórios, são constituídos por uma base de dados, cuja informação que se pretende ser produzida entre os gestores universitários e os receptores (os avaliadores) deve representar a competência da instituição na produção do conhecimento, bem como, sua competência na produção da base de dados e em seu uso como fonte de informações.

Assumindo-se que a comunidade universitária, de fato, produza conhecimento relevante, em quantidade e qualidade, deve-se garantir que este seja adequadamente demonstrado, ou seja, que a competência acadêmica possa manifestar este conhecimento. Os veículos de demonstração de competências são institucionalizados através de um conjunto de práticas acadêmicas: produção de textos científicos, orientação de trabalhos acadêmicos, aulas e cursos ministrados, práticas laboratoriais ou extensionistas, etc.

As instituições transformam estas competências em dados, na forma de indicadores: número de artigos publicados em periódicos, número de dissertações de mestrado concluídas, número de alunos matriculados por professor, proporção de alunos diplomados entre os

² Dado, Informação, Conhecimento e Competência, Valdemar W. Setzer Depto. de Ciência da Computação, Universidade de São Paulo vwsetzer@ime.usp.br - www.ime.usp.br/~vwsetzer

matriculados, etc. A qualidade das competências são aferidas, pelas instituições avaliadoras, por critérios que hierarquizam a produção acadêmica, e representam-na quantitativamente: escala de pontuação por ranking dos periódicos, número de trabalhos premiados, escala de pontuação por importância dos eventos científicos, etc.

Os avaliadores são co-autores do significado das informações geradas a partir destes indicadores, construídos a partir de uma base de dados brutos, e devem produzir conhecimento a partir destes, julgando as competências da instituição universitária. Os indicadores originarão distintas informações a depender do fato de os avaliadores pertencerem, ou não, à mesma comunidade dos avaliados.

Qualquer empreendimento que se proponha pensar um modelo eficiente de gestão da informação deve considerar como meta de extrema relevância a disseminação e o apoio às atividades relacionadas à implantação e utilização das tecnologias de informação.

As TICs representam, no mundo contemporâneo, o instrumento primordial para a conformação de uma eficiente e eficaz GSI, o que torna a modernização da estrutura física e lógica do Sistema de Informação da UFPB um pré-requisito para o Desenvolvimento Institucional da Gestão da Informação.

Foi a partir deste referencial e da necessidade de superar os entraves presentes no atual modelo, que a política de gestão da informação da UFPB, para o período 2009-2012, estabeleceu como foco de suas ações a implementação de novos sistemas de informação por meio da formalização de parceria de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Estes sistemas representam um destaque estratégico neste PDI e estão detalhados no ANEXO V.

É importante destacar que a implantação destes sistemas vai exigir da UFPB ações específicas no que diz respeito à ampliação da capacidade de processamento e de armazenamento de dados (para no mínimo 40 Tb) do NTI e à realização de treinamentos da equipe de desenvolvimento nos três grandes sistemas, desde o suporte ao usuário até os clientes do serviço final (usuários do sistema na IFES).

Além dessa cooperação técnica com a UFRN, a gestão da informação na UFPB vai ser favorecida pela participação desta IFES nos Projetos ICPEDU e CAFe da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). O serviço de Infraestrutura de Chaves Públicas para Ensino e Pesquisa (ICPEDU) consiste na implantação de uma infraestrutura de criação de certificados digitais e chaves de segurança dentro do ambiente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Unidades de pesquisa (UPs). Nesta estrutura, a RNP será a Autoridade Certificadora Raiz (AC

Raiz), responsável por credenciar as Autoridades Certificadoras Intermediárias, no caso, IFES e UPs, que estarão então autorizadas a emitir certificados para seus membros. Vale ressaltar que a ICPEDU é utilizada apenas para transações em aplicações acadêmicas e de pesquisa, e não possui validade legal. Ela, portanto, complementa, mas não substitui os certificados emitidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

A Federação CAFe (Comunidade Acadêmica Federada) encontra-se em operação piloto desde 2008 e reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras em uma rede de confiança, na qual cada instituição é responsável por autenticar e prover informações de seus usuários para provedores de serviços autorizados. Esta rede é construída sobre uma infraestrutura de autenticação e autorização que permite a um usuário autenticado em sua instituição de origem acessar, através de um único *login*, recursos oferecidos via *web* tanto por sua própria instituição como pelos demais membros da federação. As instituições de ensino e pesquisa podem integrar-se à Federação como Provedores de Identidade e/ou Provedores de Serviços.

De um modo geral, a UFPB pretende melhorar o desempenho e a qualidade de todos os projetos firmados em parceria com a RNP, através da criação das condições necessárias de infraestrutura e de um comitê-gestor de informática para gerenciamento e acompanhamento dos projetos, atuando também, de forma integrada com o Pólo Multimídia, para garantir uma maior visibilidade aos mesmos.

Do ponto de vista de ações sistêmicas, a UFPB pretende também, até 2012, criar as condições necessárias para dar acesso ao Portal CAPES, inclusive a partir de máquinas fora da Rede UFPB, o que tende a propiciar uma atualização científica e tecnológica, dinamizando o processo do ensino e da pesquisa na UFPB. A meta é expandir o serviço atual de acesso ao Portal da CAPES (SapoCapes) a todos os usuários da UFPB, atualizando o servidor que atende ao serviço e concentrando todos os serviços existentes de acesso ao Portal Capes nos setores no NTI, que vai atualizar a página com instruções de como ter acesso ao Portal da CAPES de fora da rede da UFPB.

Além disso, vai atualizar e ampliar a capacidade do servidor que atende o serviço de e-mail da administração central e concentrar todos os serviços/servidores existentes de e-mail dos setores no NTI, de modo a expandir o serviço de e-mail institucional atual a todos os usuários da UFPB. Vale lembrar que o uso do e-mail institucional é uma das formas de manter o vínculo da UFPB com os egressos, bem como de fortalecer a marca UFPB.

No que diz respeito à normatização, a política de gestão da informação vai propor algumas diretrizes gerais que enfatizam o uso de softwares livres e de normas de documentos eletrônicos e de padronização das páginas da UFPB na rede mundial de computadores.

O Governo Federal Brasileiro define, entre as diretrizes e princípios para gestão de Tecnologia da Informação, a utilização de software livre como opção estratégica. Tal iniciativa reflete o interesse na promoção da eficiência da Administração Pública, decorrente da independência tecnológica e de fornecedor, além da racionalização dos recursos aplicados, sem perda da qualidade dos serviços. Para tanto, torna-se fundamental o planejamento cuidadoso da transição para esse novo ambiente, considerando custos e riscos inerentes ao processo, de forma a permitir a realização de migrações gerencialmente estáveis, com garantia de interoperabilidade e salvaguarda das informações.

Assim, a UFPB vai elaborar uma proposta de migração de softwares e sistemas proprietários por softwares e sistemas livres que inclua também a realização, junto à Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento da SRH, de treinamento em softwares livres, com destaque para o Mozilla Firefox (um navegador livre e multiplataforma) e o BrOffice/OpenOffice (editor de texto, planilha eletrônica, apresentações multimídia etc.).

O uso de documentos eletrônicos no âmbito da UFPB bem como os disponibilizados para a comunidade em geral deve atender as normas dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING) que define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) no governo federal, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral. A idéia é a de propor o uso obrigatório das normas contidas no e-PING, considerando também as diretrizes do Governo Eletrônico (e-Gov) em todos os documentos eletrônicos gerados pelos sistemas da UFPB.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são instrumentos cada vez mais importantes no desenvolvimento de ferramentas que melhorem a prestação de serviços e informações para os cidadãos. A adoção dessas tecnologias permite o aumento da eficácia, da eficiência e da transparência. A adoção de meios eletrônicos para a prestação de serviços públicos exige que os sítios e portais desenvolvidos e mantidos pela Administração Pública sejam fáceis de usar, relevantes e efetivos. Assim a UFPB estabelece como meta criar um padrão para as páginas dentro do domínio ufpb.br., baseado nos Padrões Brasil e-Gov.

Por fim, resta comentar as propostas de melhorias na estrutura física da UFPB para que esta instituição possa atender todas às demandas atualmente exigidas e as demandas futuras que serão implementadas pelos novos sistemas e novos serviços de rede para a UFPB. Estas melhorias buscam atingir os seguintes objetivos:

- **Melhorar as Conexões de Rede entre os *Campi* e as Unidades Externas**

A melhoria das conexões de rede tanto entre os campi da UFPB quanto entre os mesmos e as unidades externas dar-se-á através do aumento da disponibilidade da rede dos Campi II e III, da COPERVE, da Garagem e do prédio do antigo CCJ, de modo que a mesma permaneça em atividade 99,7% do tempo. No campus IV, a melhoria ocorrerá através da instalação de um backbone. Para o CTDR (que funcionará em Mangabeira), a Casa dos Estudantes e a parte do CCJ que funcionará em Santa Rita, está prevista a instalação de conexões de rede.

O alcance destas melhorias depende do estabelecimento de estratégias que articulem diferentes unidades da UFPB, tais como NTI, Prefeitura Universitária, Hospital Universitário e Pró-Reitoria Administrativa. Deste modo, será possível: melhorar as condições de infraestrutura no ponto de acesso via HU (PAHU); substituir os equipamentos que dão o acesso da Coperve, Garagem e antigo CCJ; e instalar equipamentos para acessos do CTDR, da Casa das Estudantes e do CCJ da cidade de Santa Rita à rede da UFPB.

- **Melhorar a Qualidade da Conexão dos Usuários à Rede Lógica da UFPB**

Esta melhoria será obtida através da instalação de um novo *backbone* do Campus I com a velocidade de 10Gbps, aumentando sua conexão com os setores para 1Gbps e propondo aos Centros e aos setores da Administração Central a atualização das redes lógicas. Neste sentido, estão previstas: a instalação de novas fibras óticas do tipo monomodo entre os pontos de concentração; a compra de equipamentos com capacidade de conexão de 10Gbps para os pontos de concentração do *backbone* do Campus I; a troca dos conversores de mídias de 100Mbps por 1Gbps dos setores da UFPB Campus I.; a atualização dos no-breaks existentes nos pontos de concentração; e a compra de um sistema de proteção (firewall) a ataques a rede da UFPB.

- **Aumentar a Segurança da Rede de Computadores da UFPB**

A melhoria na segurança da rede de computadores da UFPB dar-se-á através da instalação de um sistema de proteção na rede, centralizando no NTI os serviços/servidores de e-mail instalados nos setores da UFPB e utilizando certificados digitais nos serviços que requerem algum tipo de autenticação. Desta forma, pretende-se: reduzir o número de *SPAMS* recebidos nos e-mails dos usuários; reduzir o número de vírus nos computadores, *notebooks* e *netbooks* dos usuários; reduzir o número de ataques à rede e aos sistemas da UFPB; e limitar o acesso físico às dependências internas do NTI.

- **Disponibilizar a todos os Usuários o Acesso à Rede Sem Fio da UFPB**

Com a tecnologia do acesso a uma rede sem fio se tornando mais acessível/popular e mais eficiente através de *notebooks*, *netbooks*, celulares e outros dispositivos, o NTI/UFPB deverá, seguindo esta tendência, disponibilizar em toda a UFPB o Acesso Livre à Internet

(ALIUFPB), porém com garantia e segurança de quem está acessando, evitando o mau uso da rede desta instituição.

Este acesso deverá ser feito em uma VLAN própria da UFPB com uma senha, para evitar os possíveis ataques e congestionamentos na rede principal do *backbone*. Esta senha deve ser gerenciada em um único portal de serviços e ser disponibilizada a todas as pessoas ligadas à UFPB, como alunos, professores, funcionários, estagiários, terceirizados etc. A instalação de vários pontos de acessos (AP) deve englobar toda a UFPB, dando cobertura ao maior número possível de áreas de acesso comum aos usuários, como salas de aula, bibliotecas, reitoria, etc.

2.7.5 Gestão da Comunicação

Tornar a comunicação uma área estratégica de gestão representa, sem dúvida, uma das questões importantes a serem equacionadas pela UFPB. Todas as atividades e serviços de comunicação se destinarão a tornar transparente para os públicos interno e externo a gestão administrativa e acadêmica da UFPB, sua promoção e valorização institucional, mediante a difusão de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, de sua história, de sua memória, enfim, da vida acadêmica, política e social da Universidade.

Nessa perspectiva, a comunicação vai além da mera transmissão de mensagens, cujo modelo é caracterizado por manter de um lado o emissor e de outro o receptor, que codificam e decodificam mensagens com o menor ruído possível.

Na realidade, a concepção de que a comunicação forma a cultura deve prevalecer na gestão da comunicação da Universidade, considerando que a cultura organizacional é mediada e se realiza através da comunicação. Afinal, ela dá sentido às ações organizacionais e, mais do que isso, promove o desenvolvimento da instituição.

O foco da política de gestão da comunicação está em fortalecer a imagem positiva da UFPB, através da capacidade que a comunicação tem de estabelecer significados, criar/reproduzir valores, conectar as pessoas etc.

De um modo geral, pode-se dizer que a concepção de que a comunicação forma cultura e gera significados deve prevalecer, no caso da UFPB, seja na comunicação administrativa, interna ou institucional.

Esta é uma concepção que tem respaldo junto aos estudos da comunicação organizacional, aos autores da era digital e das transformações sociais, que têm se reportado à comunicação sempre ligada à cultura. Visão essa que abre caminho para a comunicação se tornar estratégica em qualquer sistema organizacional.

Nessa perspectiva, a comunicação deve ser pensada de forma integrada, onde as suas várias especialidades - Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda – devem atuar de forma articulada, resultando no conjunto de ações, estratégias, esforços, planejados e desenvolvidos com o objetivo de agregar valor ou de consolidar a imagem da instituição.

Esta abordagem também inclui a sinergia com o sistema de informação, no qual estão agregadas as informações armazenadas em bancos de dados. Afinal de contas, onde quer que uma informação seja transmitida de um emissor para um receptor, tem-se aí um ato de comunicação. Não há, portanto, comunicação sem informação.

Essa base de dados, automatizada, permitirá intercambiar informações com os públicos da UFPB, internos (professores, técnico-administrativos, estudantes) e externos (imprensa, poderes públicos etc.).

- **Comunicação digital**

A fim de possibilitar uma maior interação da UFPB com a comunidade interna e a comunidade em geral, a comunicação na Universidade deve reunir mídias e serviços que têm como objetivo o oferecimento de informações sobre a instituição de uma forma ágil e eficiente, utilizando-se, para isso, das novas possibilidades decorrentes do desenvolvimento tecnológico.

A comunicação digital é um importante instrumento para o estreitamento dos relacionamentos das organizações com seus públicos. Com base no poder desta nova ferramenta se buscará estabelecer o espaço institucional da UFPB na internet, constituindo desse modo a sua interface de comunicação, de disseminação do conhecimento científico e de difusão cultural on-line.

Para isso, deve se reforçar o uso da internet na divulgação das atividades e projetos da UFPB, através de seu Portal, mas também das mídias sociais interativas que passam a servir como meio de interação com a comunidade e de exposição da organização, funcionando como uma espécie de vitrine virtual, como um mecanismo de apresentação e comunicação da produção técnico-científica, cultural e artística, bem como das informações acadêmicas e administrativas das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB.

Sendo assim, a UFPB necessita reformular a sua página na internet, bem como padronizar a sua linguagem visual e o conteúdo, estendendo-se tais normatizações para as demais páginas da instituição, pró-reitorias, órgãos suplementares e centros de ensino.

Como ocorre em outras universidades, a exemplo da Universidade de São Paulo, a política de gestão da comunicação propõe a criação de um Grupo ou Comitê Gestor para o Portal da UFPB, ao qual compete propor e deliberar sobre as políticas e as diretrizes gerais do Portal e

de todos os domínios e subdomínios associados a ele, assegurando e definindo a participação das pró-reitorias, dos órgãos suplementares, dos centros de informática, das unidades e demais órgãos nos assuntos a ele relativos.

O Grupo ou Comitê Gestor deve ser criado através de portaria do Gabinete do Reitor. Caberá ao Pólo Multimídia assegurar o funcionamento regular do Portal da UFPB, nos seus aspectos operacionais, em estreita parceria com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), o Sistema Integrado de Bibliotecas e segundo as diretrizes estabelecidas pelo Grupo ou Comitê Gestor.

No âmbito nacional, a UFPB deve aderir à implantação definitiva do sistema da Rede IFES, que propõe a troca de programação de rádio e televisão via internet entre as universidades públicas, estimulando a produção acadêmica e, segundo os seus idealizadores, com baixo custo para as instituições. As universidades poderão disponibilizar para download toda a produção audiovisual, assim como também ter acesso ao que é produzido pelas outras universidades participantes.

- **Mídias Audiovisuais/Multimídia**

O fortalecimento da imagem da UFPB, a principal diretriz dessa política, implica também no aproveitamento das mídias audiovisuais/multimídia, que podem se manifestar através da produção da programação apresentada pela TV UFPB, produção de documentários, especiais e vídeos institucionais para unidades, departamentos, núcleos de pesquisa e outras instâncias da Universidade, além da formatação de materiais didáticos multimídia – vídeoaula, DVD, CD-ROM – a serem disponibilizados para o ensino da educação à distância.

A TV UFPB deve apontar para uma nova realidade que é o seu funcionamento em canal aberto (Canal 43) a partir de julho/agosto de 2010, em parceria com a EBC (Empresa Brasil de Comunicação), acompanhada e fiscalizada pelo seu Conselho de Programação.

Outra realidade que a TV UFPB precisa se voltar é para a convergência tecnológica, com destaque para a TV digital interativa, tendo em vista que a UFPB, através do LAVID (Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital), é uma das responsáveis pelo Ginga, o software que possibilitará a interatividade na televisão. Nesse caso, faz-se necessário que a sua TV, antes mesmo da entrada definitiva no sistema de transmissão digital, antecipe a sua produção de conteúdos interativos, uma vez que, em parceria com o LAVID, poderá realizar seus testes e experimentações.

A TV também poderá funcionar como um setor estratégico e dinâmico para o fortalecimento e a consolidação da cadeia produtiva do audiovisual na Paraíba. Através do seu

Núcleo de Produção Digital (NPD), a UFPB poderá capacitar estudantes e jovens produtores independentes, propiciando oportunidades de inclusão social, em particular para jovens e minorias, que poderão realizar suas atividades e contribuir para o desenvolvimento de conteúdo audiovisual e a sua veiculação na grade de programação da TV Universitária e demais televisões públicas.

- **Rádio**

Aliada a essa experiência de televisão, a UFPB poderá investir no sistema de rádio, devendo, para isso, realizar tentativas junto à EBC para a aquisição da concessão de rádio e a conseqüente operacionalização desse serviço.

A sua estrutura poderá proporcionar um conjunto de práticas e iniciativas na consolidação de um espaço laboratorial para os estudantes do curso de Comunicação Social e de outros cursos que tenham afinidades com a radiodifusão. A Rádio Universitária poderá ser uma das principais e importantes arenas para a divulgação, a socialização e a popularização da ciência no Estado da Paraíba. Com uma programação voltada para a área educativa, sendo, ao mesmo tempo, um canal de comunicação entre a UFPB e a sociedade, a Rádio Universitária deverá oferecer uma programação musical do melhor de todos os ritmos da música, como também difundir gêneros que não encontram espaço em outras emissoras com a preocupação de formar novos ouvintes, levando informações e contextos das tendências artísticas.

- **Mídias Impressas**

O fortalecimento da imagem da UFPB também se concretizará através das mídias impressas, com a continuidade da publicação do Informativo UFPB, que tem por objetivo a divulgação das atividades de pesquisa, ensino e extensão cultural na Universidade para o público interno. Além do informativo, faz-se importante a criação da Revista UFPB, dirigida à produção intelectual e artística, configurando-se também como importante meio de informação e de análise para a comunidade interna e externa à Universidade.

- **Editoração e serviços gráficos**

O que distingue uma boa editora universitária de uma editora de mercado é que o argumento decisivo para a publicação de uma obra não é o retorno financeiro, mas sim o acadêmico. Interessa o impacto da obra na expansão ou no aprimoramento de um determinado campo do saber. Sua missão editorial vai além da mera busca de lucro, pois o seu foco prioritário deve ser a disseminação do conhecimento. A editora deve priorizar a qualidade das suas edições, em vários sentidos, em termos de conteúdo e também de apelos estéticos, com projetos gráficos atrativos e bem elaborados.

A Editora da UFPB precisa aumentar a sua qualificação pelo Conceito Qualis, um conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção das editoras que publicam regularmente e que pertencem a universidades que possuem programas de pós-graduação. Em 2009, a Editora apresenta Qualis A na área de educação, no que se faz importante e necessária a ampliação dessa qualificação para as demais áreas.

Para atingir esse objetivo, o Conselho Editorial deve ter papel fundamental, como instância responsável pela elaboração e divulgação da política e das linhas editoriais, cabendo-lhe, ainda, como representante da comunidade acadêmica, estimular as publicações de resultados de pesquisa, assim como viabilizar e encaminhar, aos pareceristas *ad-hoc*, os originais de obra para serem avaliados.

Entre as suas prioridades, a Editora da UFPB deve ter como meta o cumprimento dos editais de auxílio à editoração, lançado pela Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa e outros que a Universidade venha a lançar. No campo da pesquisa e da pós-graduação, outra prioridade diz respeito à publicação de periódicos científicos da instituição. A graduação e a extensão precisam também se refletir nas publicações de livros e de serviços gráficos prestados pela editora, tais como folders, cartazes, cartilhas, manuais etc., bem como nas produções dos Centros dentro da disponibilidade financeira dessas unidades.

Cabe ainda à editora executar serviços gráficos da Administração Central da Universidade e, havendo disponibilidade, elaborar publicações em parcerias e co-edição.

- **Centro de Artes e Cultura**

Na área da cultura e artes, esta IFES firmou parcerias com instituições financeiras que operam no Campus I (bancos públicos e privados) para promover o incentivo à arte e cultura através da construção do Centro de Culturas e Artes. Para isso, o recurso disponível é de aproximadamente R\$ 7 milhões distribuídos entre infraestrutura e aparelhamento, elevando o futuro Centro a um dos mais modernos do Estado.

2.8 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

O conjunto de mudanças ocorridas, sobretudo pelos avanços no campo da tecnologia da informação e da comunicação, assinala uma nova relação com o conhecimento apreendido e com aquilo que é incorporado ao senso comum nas relações entre os indivíduos. As mudanças em curso envolvem a compreensão dos processos de formação e capacitação, da extrema captação e da ruptura de barreiras entre as diferentes áreas do conhecimento, de novas formas de sua utilização, da valorização das diferenças, das múltiplas formas de sentir e aperceber-se da

realidade e, sobretudo, da necessidade de um maior estreitamento do vínculo entre pesquisa-ensino-extensão que dá sentido a educação superior.

Os impactos dessas transformações colaboram para a elevação do nível de exigência de um mercado de trabalho altamente flexibilizado e culturalmente excludente, obrigando que os processos de formação profissional sejam aperfeiçoados a fim de garantir o acesso igualitário aos serviços públicos pelos diversos grupos sociais. É comprovada a tendência da redução das desigualdades e a ampliação das lutas pelos direitos sociais, permanecendo como desafios no panorama nacional a redução da concentração da riqueza e a manutenção de uma estabilidade econômica baseada na diminuição do desemprego. Nesse sentido, é importante considerar a perspectiva de ampliação dos espaços institucionais, e de investimentos e fortalecimento de projetos que impliquem na produção e distribuição dos conhecimentos socialmente relevantes, numa perspectiva de universalização da educação de qualidade para todos.

Atualmente a busca pela redução das desigualdades socioeconômicas envolve também o processo de democratização interno das IFES, o qual não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades socioeconômicas concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso. Dificuldades estas, que representam uma das causas da evasão e da retenção onde questões como moradia, alimentação, manutenção, meios de transporte e saúde aparecem como demandas primordiais na garantia de permanência desses estudantes.

Para que o estudante carente possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é fundamental a articulação de ações assistenciais para a permanência e a conclusão do curso, associando a qualidade do ensino ministrado a uma política efetiva de investimento em assistência, na perspectiva de atender às necessidades básicas de moradia, de alimentação, de saúde, de esporte, de cultura, de lazer, de inclusão digital, de transporte, de apoio acadêmico, de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida.

O compromisso social da UFPB esteve presente também nos últimos anos, a exemplo do significativo número de cursos de graduação noturnos, de ampliação das formas de acesso para segmentos específicos da sociedade (professores da rede pública, jovens trabalhadores rurais), dos projetos de pesquisa voltados para buscar soluções para os problemas e entraves ao desenvolvimento local e melhoria da qualidade de vida da população; dos projetos de extensão voltados para segmentos sociais historicamente relegados, como idosos, crianças e adolescentes

em risco, portadores de necessidades especiais, remanescentes indígenas, presidiários, assentados, entre outros.

Os resultados dos projetos de pesquisa e extensão voltados para a comunidade mostram que a UFPB tem atingido mais de 50% da abrangência no Estado da Paraíba, que possui atualmente 223 municípios. São desenvolvidas ações educativas e preventivas, de organização social e difusão de direitos, para grupos de baixa renda, contribuindo para melhoramentos nos sistemas habitacionais, na preservação do meio ambiente, nas técnicas de produção e circulação, desenvolvimento de profissional, na geração de renda; com inovação de processos e técnicas, para ampliação da produtividade nas diversas áreas do trabalho, propiciando em última instância a melhoria da qualidade de vida da população.

A responsabilidade social tem se concretizado por meio da participação de docentes e técnicos da Instituição em fóruns, conselhos e comissões que definem e buscam o controle social das políticas públicas. Embora se tenha a convicção de que a universidade não pode substituir o Estado, sem dúvida, a sua contribuição pode ser fundamental para o salto de qualidade necessário, passando-se das políticas fragmentadas e passageiras para políticas de Estado, com fins emancipatórios.

A partir da criação do Programa de Responsabilidade Social em 2005, a Secretaria Especial de Integração da Universidade com o Setor Produtivo – SIUSP, responsável pelo campo da responsabilidade social na instituição, vem desenvolvendo ações integradas com diversos segmentos da sociedade paraibana, fato que colabora para a manutenção da posição de destaque da UFPB e sua importância no processo de desenvolvimento estadual, contribuindo para a projeção da Paraíba tanto em âmbito nacional quanto internacional.

2.9 INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-SETOR PRODUTIVO

Olhando para frente, é perceptível a necessidade de incrementar a realização de parcerias com o setor produtivo – rural e urbano, nos diversos setores, a fim de que a contribuição dessa Universidade possa realmente atingir todos os setores da sociedade de forma mais intensa. É imprescindível também que a UFPB se mantenha parceira no pensar e no realizar as políticas públicas para o Estado, imprimindo sua marca de criticidade, colaboração e atenção à negação de processos excludentes e segregativos, tendo como foco a promoção de mudanças sociais que venham a imprimir melhor qualidade de vida ao povo paraibano. A criação do IDEP, conforme detalhado no ANEXO V, é um dos destaques estratégicos deste Plano de Desenvolvimento Institucional e representa a principal iniciativa da UFPB no apoio ao desenvolvimento produtivo e municipal da Paraíba.

Neste sentido, é importante identificar alguns elementos centrais necessários à formulação de uma **estratégia de desenvolvimento** para a Paraíba, a partir da **cooperação Universidade-Sector Produtivo**.

Um primeiro elemento que é fundamental para uma estratégia de desenvolvimento local, baseada no incremento da inovatividade, é a Construção de Capacidades Tecnológicas Locais e Endógenas. Justifica-se, portanto, a importância de se desenvolver capacidades tecnológicas localmente.

Outro aspecto que merece destaque é a configuração de uma Base Científico-Tecnológica Regional, para ampliar a magnitude absoluta do corpo de pesquisadores e dos recursos materiais e financeiros.

Neste aspecto, a Paraíba destaca-se regionalmente, e nacionalmente em termos relativos, em vista da baixa densidade da comunidade científica nacional e, principalmente, regional. Em termos absolutos, a comunidade acadêmica paraibana e, particularmente, aquela integrante da UFPB, devido à pequena dimensão da economia estadual, mostra-se suficiente para sustentar, simultaneamente, os objetivos de pesquisa na fronteira da ciência e os esforços cooperativos de desenvolvimento tecnológico. No caso da economia paraibana, sua pequena dimensão não pressiona as capacidades técnico-científicas locais, o que cria espaço para uma ação mais efetiva do corpo de pesquisadores da UFPB.

Assim, qualquer estratégia de cooperação universidade-setor produtivo, voltada ao desenvolvimento e inovação, para ser implementada com possibilidades de sucesso, irá requerer um volume de recursos (materiais, financeiros e humanos) que não afetará fração majoritária do estoque e dos fluxos atualmente destinados aos grupos de pesquisa local, preservando a continuidade de suas linhas de pesquisa atual, evitando conflitos na alocação de recursos.

Na Paraíba, as oportunidades vislumbradas a partir dos investimentos estruturadores no estado e na Região servirão para reduzir algumas das desvantagens locais, aproximando o mercado potencial, bem como, potenciais rivais.

A estratégia de ação da universidade resultará em vários impactos positivos para a economia e a sociedade paraibana, na medida em que:

- a) facilitará a identificação de oportunidades de investimento, com estímulo ao empreendedorismo, oferta de serviços tecnológicos, criando condições mais propícias para que os beneficiados (produtores e municípios) demandem e obtenham suporte financeiro de instituições de fomento;

- b) impulsionará a cooperação na pesquisa e desenvolvimento (a partir dos grupos de pesquisa da universidade), sustentando projetos de aperfeiçoamento e diferenciação de produtos para atendimento de demandas específicas ou redução de custos.

Tem-se, portanto, que esta estratégia permitirá às empresas locais moverem suas capacidades tecnológicas para estágios superiores, evitando, em um primeiro momento, que se amplie o distanciamento em relação à da fronteira, e propiciando uma trajetória sustentada de redução gradual dos *gaps* tecnológicos. A existência de capacidades científicas que (historicamente) evoluíram à frente das necessidades empresariais locais (embora desconectadas destas), indica que o esforço de adaptação das linhas de pesquisa acadêmica para atender às demandas empresariais é significativamente menor do que o esforço de criação de uma capacidade de pesquisa previamente inexistente.

Por fim, como último elemento a ser considerado está o papel das Políticas Públicas e Estratégias Empresariais Mutuamente Aderentes e Factíveis, de modo a evitar a dispersão de esforços e recursos, comportamento *rentista* e oportunista e incompatibilidade de objetivos. Para tanto, as empresas devem ancorar suas estratégias inovativas de forma coerente com os vetores dinâmicos mobilizados pelas Políticas Públicas, sendo desincentivadas a buscar a mera captura de recursos públicos disponibilizados. Do outro lado, as Políticas Públicas devem basear-se no que as empresas podem e teriam interesse em aplicar de recursos próprios, caso o estado de confiança em suas expectativas de longo prazo seja suficientemente fortalecido pelas perspectivas abertas por esta iniciativa da UFPB.

As Políticas e as estratégias empresariais devem, ainda, partir do reconhecimento do estágio atual em que se encontram as empresas e a Base Científica e Tecnológica local. Assim, a execução de um processo de transição tecnológica e inovativa para a base produtiva paraibana requer capacidade de mudar sistemas produtivos e não apenas operá-los eficientemente. A capacitação empresarial em níveis suficientemente elevados, portanto, será um componente crítico, sem o qual toda a estratégia poderá se fragilizar.

Esta aderência e factibilidade não dependem, isoladamente, das ações ou deste projeto específico da UFPB, mas resultam de um conjunto de ações e intervenções estratégicas, formuladas por todas as instituições comprometidas com este projeto.

É necessário, finalmente, que os representantes da UFPB nos diversos Fóruns, Conselhos Profissionais, Projetos, Programas, e outras ações dos Órgãos Públicos estejam em permanente comunicação visando a manutenção de permanente troca de experiências.

É imprescindível que a UFPB se mantenha parceira no pensar e no realizar as políticas públicas para o Estado, imprimindo sua marca de criticidade, colaboração e atenção à negação de processos excludentes e segregativos, tendo como foco a promoção de mudanças sociais que venham a imprimir melhor qualidade de vida ao povo paraibano.

3 DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO 2009-2012

3.1.1 Programação de abertura de novos cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo)

QUADRO IV – PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE NOVOS CURSOS DE GRADUAÇÃO										
NOVOS CURSOS CRIADOS PELO REUNI	Turno	Habilitação	Vagas							
			2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2
Medicina Veterinária – AR	M/T	Bacharel	30	30	35	35	35	35	45	45
Agroecologia – BN	M/T	Bacharel	0	0	0	50	50	0	50	0
Educação Física (Bach.) – JP	M	Bacharel	30	30	35	35	35	35	35	35
Fonoaudiologia – JP	M/T	Bacharel	0	30	35	35	35	35	35	35
Terapia Ocupacional – JP	M/T	Bacharel	0	0	0	30	30	30	30	30
Engenharia Ambiental – JP	M/T	Bacharel	35	35	35	35	35	35	45	45
Engenharia de Materiais - JP	M/T	Bacharel	35	35	35	35	35	35	45	45
Engenharia de Produção - JP	N	Bacharel	0	20	15	15	15	15	20	20
Engenharia Elétrica – JP	M/T	Bacharel	35	35	35	35	35	35	45	45
Engenharia Química	M/T	Bacharel	35	35	35	35	35	35	45	45
Arquivologia (Bach.) - JP	N	Bacharel	40	40	40	40	40	40	40	40
Ciências Atuariais	T	Bacharel	0	0	0	55	55	0	55	0
Ciências Atuariais	N	Bacharel	0	0	0	55	55	0	55	0
Ciências Sociais (Lic.) – JP	N	Licenciatura	50	0	55	0	60	0	60	0
Ciências das Religiões – JP	N	Licenciatura	50	50	50	0	50	0	50	0
Ciências das Religiões – JP	T	Licenciatura	0	0	0	50	0	50	0	50
Ciências das Religiões – JP	T	Bacharel	0	0	0	40	40	0	40	0
Ciências das Religiões – JP	N	Bacharel	0	0	0	40	0	40	0	40
Comunicação em Mídias Digitais (Bach) – JP	T	Bacharel	0	0	0	60	0	60	0	60
Direito – Sta. Rita	M	Bacharel	0	50	50	50	50	50	50	50
Direito – Sta. Rita	N	Bacharel	0	50	50	50	50	50	50	50

Ensino de Ciências Naturais (Lic.) – JP	T	Licenciatura	0	0	0	45	45	45	45	45
Letras – L. Clássicas (Grego e Latim) – JP	N	Licenciatura	30	30	30	30	30	30	30	30
Língua Estrang. Aplic. Neg. Intern. (Bach)-JP	T	Bacharel	0	35	35	0	50	0	50	0
Pedagogia –Educação do Campo (Lic.) – JP	N	Licenciatura	0	50	50	50	50	50	50	50
Pedagogia (Lic.) – BN	M/T	Licenciatura	50	0	0	40	0	40	0	40
Psicopedagogia (Bach) - JP	M	Bacharel	0	50	50	50	50	50	50	50
Relações Internacionais – JP	M	Bacharel	0	0	40	0	60	0	60	0
Relações Internacionais – JP	N	Bacharel	0	0	40	0	60	0	60	0
Tecnólogo em Gestão Pública	M	Tecnólogo	0	0	0	50	50	0	50	0
Tecnólogo em Gestão Pública	N	Tecnólogo	0	0	0	50	50	0	50	0
Tecnólogo em Produtos Sucroalcooleiros	M	Tecnólogo	0	0	0	50	50	0	50	0
Tecnólogo em Produtos Sucroalcooleiros	N	Tecnólogo	0	0	0	50	50	0	50	0
Tecnólogo em Produtos de Origem Animal	M	Tecnólogo	0	0	0	50	50	0	50	0
Tecnólogo em Produtos de Origem Animal	N	Tecnólogo	0	0	0	50	50	0	50	0
Tradução (Bach.) – JP	M	Bacharel	0	50	50	0	50	0	50	0
Música Prát.Int/Regência e Harpa (Bach) – JP	M/T	Bacharel	0	15	0	0	0	0	0	0
Música Popular (Sequencial) – JP	N	Licenciatura	0	20	0	20	0	25	0	25
Bandas e Fanfarras (Sequencial) – JP	N	Licenciatura	0	10	0	10	0	15	0	15
TOTAL			420	700	800	1.325	1.435	835	1.490	890
TOTAL GERAL			1.120		2.125		2.270		2.380	

Fonte: Comissão do REUNI UFPB

3.1.2 Programação de expansão de vagas nos cursos atuais

QUADRO V – PROGRAMAÇÃO DE EXPANSÃO DE VAGAS NOS CURSOS ATUAIS										
EXPANSÃO DOS CURSOS ATUAIS	Turno	Habilitação	Vagas							
			2009.1	2009.2	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2
Agronomia –AR	M/T	Bacharel	45	45	45	45	45	45	50	50
Ciências Biológicas (Bach.) – JP	M/T	Bacharel	20	20	20	20	25	25	30	25
Ciências Biológicas (Lic.) – JP	M/T	Licenc	20	20	20	20	25	25	30	25
Ciências Biológicas– AR	M/T/N	Lic e Bac	50	0	60	0	60	0	60	0
Educação Física (Lic.) – JP	T	Licenc	30	30	35	35	35	35	35	35
Medicina – JP	M/T	Bacharel	53	52	55	55	60	60	65	65
Nutrição – JP	M/T	Bacharel	35	35	40	40	40	40	40	40
Arquitetura – JP	M/T	Bacharel	30	30	30	30	35	35	35	35
Engenharia Civil – JP	M/T	Bacharel	45	45	50	50	50	50	50	50
Engenharia de Alimentos – JP	M/T	Bacharel	35	35	35	35	40	40	40	40
Engenharia Mecânica – JP	M/T	Bacharel	45	45	50	50	50	50	50	50

Estatística – JP	M	Bacharel	35	0	40	0	45	0	45	0
Física (Lic. E Bach) – JP	M/T	Lic e Bac	50	0	50	0	55	0	60	0
Física (Lic.) – JP	N	Licenciatura	50	0	55	0	60	0	65	0
Matemática (Lic. e Bach.) – JP	M/T	Lic e Bac	45	0	65	0	65	0	65	0
Matemática (Lic.) – JP	N	Licenciatura	45	0	65	0	65	0	65	0
Química (Lic.) – JP	M/T	Licenciatura	20	0	20	0	22	0	22	0
Administração – JP	M	Bacharel	55	55	60	60	60	60	60	60
Ciências Contábeis – JP	M	Bacharel	45	45	50	50	50	50	50	50
Ciências Contábeis – JP	N	Bacharel	45	45	50	50	50	50	50	50
Ciências Econômicas – JP	M/T	Bacharel	45	45	45	45	48	47	48	47
Ciências Sociais (Bach.) – JP	M	Bacharel	40	0	45	0	55	0	55	0
Comunicação Social - Jornalismo – JP	M	Bacharel	30	30	30	30	35	35	35	35
Comunicação Social – Rel. Públicas – JP	N	Bacharel	35	35	35	35	40	35	40	40
Filosofia (Lic. e Bach.) – JP	N	Lic e Bac	40	0	30	30	35	30	35	30
Geografia (Lic. e Bach.) – JP	M	Lic e Bac	50	0	40	0	55	0	65	0
Geografia (Lic. e Bach.) – JP	N	Lic e Bac	0	50	0	40	0	55	0	65
História (Lic.) – JP	T	Licenciatura	40	0	45	0	45	0	45	0
Letras – Francês (Lic.) – JP	M	Licenciatura	15	15	30	0	30	0	30	0
Letras – Francês (Lic.) – JP	N	Licenciatura	15	15	0	30	0	30	0	30
Pedagogia (Lic.) – JP	M	Licenciatura	45	45	50	50	50	50	50	50
Pedagogia (Lic.) – JP	N	Licenciatura	45	45	50	50	50	50	50	50
Psicologia – JP	M/T	Bacharel	50	50	55	55	55	55	55	55
Música (Bach) – JP	M/T	Bacharel	25	25	30	30	35	35	35	35
Música (Lic.) – JP	M/T	Licenciatura	20	15	25	25	35	35	35	35
Teatro (Lic. e Bach) – JP	T	Lic. e Bach.	30	0	30	0	40	0	40	0
TOTAL			1.323	872	1.435	960	1.545	1.022	1.585	1.047
TOTAL GERAL			2.195		2.395		2.567		2.632	

Fonte: Comissão do REUNI UFPB

3.1.3 Programação de abertura de cursos de ensino médio

O Colégio Agrícola Vidal de Negreiros (CAVN) oferece atualmente três cursos técnicos de nível médio nas modalidades de ensino integrado, técnico subsequente e Proeja.

Os cursos técnicos oferecidos são em Agropecuária, em Agroindústria e em Aquicultura e Pesca. O curso técnico em Agropecuária é oferecido nos turnos manhã e tarde, nas modalidades integrada, subsequente e Proeja; o curso técnico em Agroindústria é oferecido nos turnos manhã e tarde, de forma integrada e subsequente; e o curso técnico em Aquicultura é oferecido nos turnos manhã e tarde, apenas na modalidade subsequente.

A programação para a abertura de novos cursos técnicos é a seguinte:

- Em 2011, o CAVN pretende abrir o curso técnico de nível médio em Informática, na modalidade subsequente;
- Está em estudo a proposta de abertura de mais dois cursos técnicos de nível médio, ambos na modalidade subsequente: o curso técnico em Nutrição, previsto para 2012; e em Gestão Ambiental, para 2013.
- Para o ano de 2012, de um curso técnico de nível médio em Nutrição, na modalidade subsequente;
- Para 2013, estuda-se também a proposta de abertura, de um curso técnico de nível médio subsequente em Gestão Ambiental.

No que diz respeito à ampliação de vagas nos cursos já existentes, planeja-se a ampliação das turmas dos cursos técnicos subsequentes em Agropecuária e em Agroindústria já para o ano de 2011, dobrando-se o número de vagas oferecidas.

Há, ainda, estudos para avaliar a possibilidade de implantação, em 2012, da modalidade Proeja para o curso técnico em Agroindústria, bem como a modalidade integrada para o curso técnico em Aqüicultura e Pesca.

3.1.4 Programação de abertura de cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*)

O processo de criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* na UFPB tem início nas coordenações e departamentos que elaboram os projetos, encaminhando-os para análise e avaliação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG). Após a avaliação das solicitações dos Centros, a PRPG seleciona os cursos que passarão pela avaliação do CONSEPE, órgão responsável pela criação dos mesmos através de Resolução.

O quadro abaixo mostra os cursos que já foram criados em 2009 e 2010:

QUADRO VI – CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO CRIADOS EM 2009 E PREVISÃO PARA 2010	
2009	2010
Curso de Residência Multiprofissional e Saúde da Família e Comunidade	Curso de Especialização em Arte Terapia em Saúde Mental
Curso de Especialização em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde para equipes de Gestores do SUS do Estado da Paraíba	Curso de Especialização em Língua Portuguesa
Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica de nível médio integrado a educação básica na modalidade de jovens e adultos.	Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Fonte: PRPG/UFPB

Vale ressaltar, ainda, que, como o processo de aprovação dos cursos de especialização pode acontecer durante todo o ano, os cursos listados acima para 2010 são os aprovados até maio/2010.

Os cursos que se encontram em fase de elaboração de projeto e/ou apreciação do CONSEPE e que deverão iniciar suas atividades durante a vigência deste PDI, são os seguintes: Gestão Educacional para Servidores da UFPB; Gestão em Organizações Aprendentes; Ensino de Ciências; Gestão em Política Universitária; Gestão de Pessoas; Medicina de Família e Comunidade; Residência Multiprofissional em Saúde Hospitalar; Estatuto da Criança e do Adolescente.

No que diz respeito à abertura de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* os projetos de criação, após aprovação nos respectivos conselhos de centro, deverão tramitar inicialmente no CONSUNI, que os recomenda para a apreciação do CONSEPE que, por sua vez, autoriza a criação do programa, bem como aprova o seu regulamento e a sua estrutura acadêmica. Os programas aprovados no CONSEPE serão submetidos à avaliação da CAPES e só então poderão entrar em funcionamento.

Em 2009 foram criados dois mestrados (Artes Visuais e Biologia Molecular e Celular) e um doutorado em Matemática. Em 2010, a CAPES aprovou a criação do Mestrado Profissional, *stricto sensu*, em Gestão de Organizações Aprendentes.

A seguir, tem-se um quadro com os mestrados e doutorados que a instituição pretende criar até 2012.

QUADRO VII – MESTRADOS E DOUTORADOS PREVISTOS ATÉ 2012		
MESTRADOS		
PREVISTOS PELA PRPG	APROVADOS NO CONSUNI	PREVISTOS PELOS CENTROS
Biodiversidade e Desen. Sustentável	Antropologia	Ciências Veterinárias
Cidadania e Direitos Humanos	Artes do Espetáculo (cênicas)	Programa de Residência Médico Veterinária
Engenharia e Ciência dos Materiais	Ciência Animal	Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável
Fisioterapia	Ciências Ambientais	Antropologia
Medicina Veterinária	Ciências do Solo	Ecologia Vegetal
	Ecologia e Monitoramento Ambiental	Conservação da Biodiversidade
	Engenharia Elétrica	Medicina
	Saúde da Criança, do Adolescente e da Mulher	Gerontologia Social (fluxo contínuo)
	Saúde Pública	Educação Física UFPB/UPE
		Saúde Pública
		Profissional em Política e Gestão do Cuidado
		Profissional em Saúde Pública
		Fisioterapia
		Profissional em Ciência da Informação
		Engenharia Elétrica
		Engenharia de Materiais
		Engenharia de Alimentos
		Engenharia Química
		Profissional em Engenharia de Produção
		Produtos Aquáticos
		Tecnologias Sucroalcooleira
		Tradução
		Artes Visuais
		Antropologia
		Ed. Musical
		Flauta

DOUTORADOS		
PREVISTOS PELA PRPG	APROVADOS NO CONSUNI	PREVISTOS PELOS CENTROS
Administração	Ciências do Solo	Ciência do Solo
Engenharia e Ciência dos Materiais	Ciências Jurídicas	Matemática
Engenharia Urbana	Economia	Estatística
	Enfermagem	Geografia
		Informática
		Tecnologia Agroalimentar
		Ciências Jurídicas
		Medicina - DINTER
		Ciências da Nutrição
		Gerontologia Biomédica - DINTER
		Enfermagem
		Economia
		Engenharia de Produção
		Ergonomia
		Engenharia Urbana e Ambiental
		Tradução(UFPB/UFSC)
		Serviço Social(com a PUC/SP)
		História

Fonte: PRPG/UFPB

Deste modo, a UFPB estima para o ano de 2012 um total de pelo menos 55 (cinquenta e cinco) mestrados e 26 (vinte e seis) doutorados. Vale ressaltar que, além de garantir o encaminhamento dos programas supracitados, a Administração Central, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG), analisará a viabilidade das futuras solicitações dos Centros para a criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*, conforme estes informaram em seus respectivos PDIs.

3.1.5 Programação de abertura de cursos de extensão

Os cursos de extensão da UFPB em geral estão vinculados aos projetos de extensão elaborados pelos departamentos e registrados na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC), havendo necessidade de aprovação no CONSEPE apenas para os cursos com carga horária acima de 60 horas. Os cursos de extensão podem ser permanentes – oferecidos de forma periódica e, normalmente, abordam a área de letras – ou não permanentes, o que significa que a sua continuidade não está a priori assegurada, sendo que o mais usual é que o curso não seja ofertado novamente. O quadro VIII detalha a oferta desses cursos ocorrida no ano de 2009.

QUADRO VIII - CURSOS DO PROBEX E FLUEX OFERTADOS EM 2009
Cursos do PROBEX 2009
Projeto de Gestão da Satisfação do Cliente
Oficina de Criatividade Científica no Campo da Informação
Curso Livre de Teatro
I Curso de Metodologia de Estudos em Ciências Biológicas
Curso de Capacitação em Marketing para Empreendedores de Meios de Hospedagem do Litoral Norte
Curso de Assistente Administrativo
Curso de Iniciação à Pesquisa Científica

Cultura Brasileira
Cursos do FLUEX 2009
Matemática Financeira
Custos dos Serviços
Piscicultura e Beneficiamento do Pescado, como Forma de Desenvolvimento Sustentável e Conscientização Ecológica
Democracia e Direito ao Reconhecimento
Curso de Recepcionista de Hotel
Manipulador de Alimentos: Noções das Boas Práticas de Fabricação para o Setor de A e B da Rede Hoteleira
Curso de Noções de Administração para Gestores e Funcionários dos Meios de Hospedagens e Estabelecimentos de Alimentos e Bebidas do Litoral Norte
Aspectos Contábeis e Fiscais nas Mudanças da Lei 11.638/2007 E MP 449/2008 Em Direção à Convergência Contábil Internacional – IFRS
Curso de Introdução ao Zen Shiatsu
Ciclo Temático de Cinema: Ciências Sociais em Tela
Teoria Feminista do Direito: Uma breve introdução.
Introdução ao Sânscrito
A Utilização da Contabilidade de Custos no Processo de Tomada de Decisão
Ciclo Intermediário do Curso de Mídias Integradas na Educação
Capacitação de Educadores da Rede Básica em Educação em Direitos Humanos
Espanhol Instrumental Aplicado às Finanças I
Curso: Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente
Capacitação Comissão Gestora do Projeto escola que Protege
Capacitação em Gerontologia
Aulas de Conversação
As Línguas Estrangeiras para a Comunidade: um espaço para a formação docente inicial Pré-Intermediário
As Línguas Estrangeiras para a Comunidade: um espaço para a formação docente inicial Intermediário
Conversação em Língua Inglesa para Iniciantes
Inglês Instrumental
Capacitação Clínico Laboratorial em Prótese Total e Parcial no Centro de Especialidades Odontológicas (CEO – Centro)
Projeto de Extensão: Língua Alemã para a Comunidade: Direitos Lingüísticos
As línguas estrangeiras para a comunidade: um espaço para a formação docente inicial
Ciclo Temático de Cinema: Visões Interdisciplinares
Curso Pré-Universitário Litoral Norte

Fonte: PRAC/UFPB

3.1.6 Programação de abertura de cursos a distância

A Universidade Federal da Paraíba, através do seu Núcleo de Educação a Distância – UFPBVirtu@1, integra o sistema UAB desde 2007, chegando ao final de 2009 com 06 (seis) cursos de graduação, todos em nível de licenciatura, voltados, portanto, para a formação de professores da Educação Básica, além do aperfeiçoamento em Gênero e Diversidade na Escola.

Para 2010, tem-se a seguinte programação de abertura de cursos à distância:

QUADRO IX – PROGRAMAÇÃO DE ABERTURA DE CURSOS À DISTÂNCIA PARA 2010		
GRADUAÇÃO	APERFEIÇOAMENTO	ESPECIALIZAÇÃO
Licenciatura em Letras/Libras	Educação de Jovens e Adultos	Educação do Campo
	Educação em Direitos Humanos	Gestão Pública Municipal
	Educação para a Diversidade	Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

Fonte: UFPB Virtual

Para 2011, planeja-se a criação da graduação "Licenciatura em Física" e da especialização "Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente". A UFPBVirtu@l permanecerá avaliando a viabilidade da oferta de novos cursos de graduação, bem como de projetos relacionados a programas de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, e extensão, na modalidade de ensino a distância, a partir dos planejamentos e das perspectivas apresentadas pelos diversos centros de ensino da universidade.

3.2 PLANO PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

3.2.1 Perfil de egresso

a) Graduação

Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, o perfil do egresso é definido a partir das diretrizes curriculares nacionais que ressaltam o compromisso de articular o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo uma concepção de formação profissional, que busca os seguintes objetivos:

- a sólida formação teórica;
- o trabalho coletivo interdisciplinar;
- a unidade entre teoria/prática;
- o compromisso social e ético do profissional, na superação das injustiças sociais, da exclusão e da discriminação social, na busca de uma sociedade mais humana e solidária.

No mundo contemporâneo, torna-se necessária a articulação da formação com a competência científica e técnica, com a inserção política e com a postura ética.

b) Pós-graduação

Os programas de pós-graduação da UFPB buscam preparar profissionais que possuam interesse no desenvolvimento da carreira acadêmica, voltada para as pesquisas científicas nas mais diversas áreas de atuação da instituição.

A Pós-Graduação *Stricto Sensu*, na UFPB, compreendendo os níveis de Mestrado e de Doutorado, destina-se à formação ampla e aprofundada de profissionais para atuarem na elaboração e difusão do saber filosófico, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e na produção e difusão do conhecimento sócio-cultural.

c) Ensino a distância

Pelo fato de os cursos à distância ministrados pela UFPB, em nível de graduação, terem como objetivo primordial a formação de professores para a atuação no ensino Fundamental e Médio, espera-se que o egresso de qualquer desses cursos tenha adquirido:

- domínio dos assuntos a serem abordados na(s) matéria(s) que irá lecionar nos referidos níveis de ensino, com conhecimentos que devam ir além desses conteúdos;
- conhecimentos sobre conteúdos de outras áreas e matérias, de modo a viabilizar procedimentos de interdisciplinaridade e contextualização;
- conhecimentos gerais sobre história das ciências e sobre as Ciências da Educação.

Além disso, espera-se que o licenciado pela conclusão de curso à distância da UFPB deva ter desenvolvido habilidades e competências que o tornem apto a:

- assimilar, articular e sistematizar conhecimentos necessários ao exercício da profissão;
- expressar o pensamento de forma lógica e organizada;
- mobilizar e integrar métodos e técnicas que intervenham positivamente nos processos de ensino e aprendizagem;
- participar da elaboração de projetos pedagógicos e educativos que contemplem a diversidade entre indivíduos e níveis da sociedade;
- produzir e analisar de forma crítica materiais didáticos e instrucionais.

d) Ensino Médio

O profissional técnico de nível médio em saúde deverá ao final do curso exercer a sua profissão com senso de responsabilidade e postura ética, o que exige conhecimento e o cumprimento do código de ética profissional e da legislação específica do exercício profissional de sua categoria. Para tanto, é importante possuir conhecimentos básicos de saúde que fortaleçam a fundamentação teórica e prática da sua profissão visando atender de forma eficiente, através de suas competências e habilidades, as demandas do mercado de trabalho e prerrogativas da sociedade de um modo geral, contribuindo, assim, para a elevação da qualidade de vida da população.

O profissional dos Cursos Técnicos de Nível Médio do CAVN deve ser capaz de desempenhar atividades ligadas às áreas específicas de cada curso. Na área de agropecuária, o profissional deve estar habilitado a atuar nas atividades ligadas à agricultura, pecuária e

administração rural nas áreas de culturas anuais perenes, fruticultura, controle fitossanitário, produção de mudas, topografia e irrigação. O Curso Técnico em Agroindústria prepara seu alunado para ser capaz de desempenhar atividades ligadas ao beneficiamento, armazenamento, processamento e controle de qualidade de matérias primas e/ou produtos agroindustriais, estimulando os profissionais a buscarem campo de trabalho em indústrias nos setores de produção, controle de qualidade, desenvolvimento de novos produtos e, ainda, em órgãos públicos que estejam ligados com setores de alimentos. Por fim, na área de Aqüicultura e Pesca, o profissional deve ser capaz de implantar e gerenciar os sistemas de controle de qualidade na produção aquícola que apresentem potencialidades indicadas a provocar mudanças e inovações tecnológicas na região, preservando a sustentabilidade ambiental. Os cursos técnicos do CAVN também potencializam as habilidades profissionais dos alunos, estimulando-os ao desenvolvimento dos negócios próprios.

3.2.2 Seleção de conteúdos

a) Graduação

Os conteúdos curriculares dos cursos de graduação serão definidos pelas diretrizes curriculares nacionais, pelas normas internas da instituição, tendo em vista, ainda, as demandas locais, de modo a formar o profissional nos diferentes campos do saber, para atuar na sociedade contemporânea.

Assim, seguindo o que impera o regimento interno da instituição nos seus artigos 51 e 52, onde está disposta a sua organização curricular, tem-se que os currículos plenos dos cursos de graduação compreendem:

I - disciplinas do currículo mínimo: As disciplinas do currículo mínimo são as correspondentes às matérias fixadas pelo Conselho Federal de Educação para as várias modalidades de curso e terão caráter obrigatório

II - disciplinas complementares, que são acrescidas ao currículo mínimo, e poderão ser: Obrigatórias e optativas.

Onde são complementares obrigatórias as disciplinas que forem consideradas indispensáveis à formação básica e profissional. Enquanto que as disciplinas complementares optativas são aquelas que se destinam a proporcionar cultura geral ou ampliar conhecimentos específicos.

Por sua vez na organização curricular serão observadas as seguintes normas:

I - não poderá ser omitida do currículo pleno qualquer disciplina resultante do mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação;

II - será preservada a nomenclatura oficial do currículo mínimo, admitindo-se, no entanto, que a denominação geral de uma matéria venha a ser explicitada em disciplinas;

III - o ensino das disciplinas do currículo mínimo não poderá ocupar menos de 50% (cinquenta por cento) do tempo útil determinado para a duração do curso;

IV - a estrutura curricular distinguirá as disciplinas do currículo mínimo, as complementares obrigatórias e optativas;

V - do elenco de disciplinas complementares optativas deverá ser destacada uma quota, a ser integralizada pelo aluno, correspondente, no mínimo, a 8% (oito por cento) do tempo útil determinado para a duração do curso;

VI - a duração dos cursos de graduação será expressa em horas-aula, indicando-se os limites mínimo e máximo de sua integralização na forma fixada pelo Conselho Federal de Educação, ou pelo CONSEPE, com relação aos cursos que não tenham os mínimos de conteúdo e duração estabelecidos por aquele Conselho;

VII - no desdobramento em disciplinas, levar-se-á em conta a amplitude da matéria, seus objetivos e necessidade de compatibilização com o regime de divisão do ano letivo;

VIII - serão considerados nos currículos os pré-requisitos, que se definem como o estudo prévio indispensável, de uma ou mais disciplinas;

IX - para o fim de controle acadêmico, as disciplinas serão codificadas com sigla e número que as identifiquem.

b) Pós-graduação

Os conteúdos da Pós-Graduação refletem o desafio e a tecnologia da instituição, focados na pesquisa, e nas especificidades regionais da sociedade em geral. Portanto, visam estimular a inovação, impulsionando o rompimento com velhas práticas para instigar a edificação de novas, permitindo, desta forma, a plena discussão, o estudo aprofundado e a produção de conhecimento inovador por meio da sistemática atividade de Pesquisa.

c) Ensino a distância

Os conteúdos das licenciaturas oferecidas na modalidade de ensino à distância pela UFPB são, sem exceção, fruto de análise e discussão aprofundadas, tendo em vista o compromisso da instituição com a formação de um profissional do ensino consciente, de elevado nível crítico e

habilitado a desenvolver e aplicar seus atributos intelectuais em uma sociedade globalizada, regida pelo conhecimento e pela informação.

Dessa forma, observa-se que esses conteúdos guardam aspectos gerais comuns, sendo distribuídos entre disciplinas pedagógicas, específicas e articuladoras, caracterizadas, primordialmente, pelo objetivo de proporcionar ao estudante, de acordo com sua evolução no curso,

- adequada construção de conhecimentos científicos na área de estudo específica do curso, aliada a sólidas formações pedagógicas e humanas;
- estímulo ao desenvolvimento de uma metodologia de estudo ativa, participativa e colaborativa;
- o exercício de atividades voltadas à prática investigativa;
- a utilização de tecnologias da informação e da comunicação;
- a aplicação de novos procedimentos de aprendizagem, fundados em materiais de apoio cuja forma de apresentação e de absorção esteja adequada à modalidade de ensino a distância.

d) Ensino Médio

A ETS vem embasando os seus currículos na pedagogia problematizadora, preparando o aluno, futuro profissional, como ser social, ativo, reflexivo, criativo e solidário. Este passa a ser visto não apenas como mero receptor de informações ou reproduzidor de técnicas, mas sim como um ser potencial na construção de seu próprio conhecimento, através da reflexão e da intervenção da sua prática na realidade onde vive.

Os conteúdos do ensino médio profissionalizante do CAVN são selecionados de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação, estabelecida pela SETEC/MEC, e com o perfil profissional de cada curso técnico oferecido, priorizando a contextualização dos conteúdos, com foco no desenvolvimento regional.

3.2.3 Princípios metodológicos

a) Graduação

Os cursos de graduação visando a formação para o mundo do trabalho e para a cidadania contemplam na sua composição curricular a interdisciplinaridade; a integração das atividades de ensino/pesquisa/extensão; a articulação teoria/prática; promove a formação teórica de qualidade, a realização do trabalho coletivo e o desenvolvimento da consciência crítica.

b) Pós-graduação

Os princípios metodológicos estão focados no estímulo ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades que contribuam com a efetiva inserção e participação do aluno e do ex-aluno na Universidade, propiciando vivências que favoreçam a consolidação de sua formação pessoal, profissional e cidadã, desenvolvendo o crescimento pessoal e o comprometimento social junto à sociedade civil e à comunidade acadêmica.

c) Ensino a distância

Os princípios metodológicos nos quais se encontra fundamentado o ensino à distância na UFPB não apresentam diferenças relevantes em relação aqueles seguidos pela maioria das instituições de ensino superior do país. Esses elementos assumem o papel de parâmetros norteadores para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem em cada curso, permitindo, na prática, a concretização de metas e objetivos previstos nos respectivos projetos pedagógicos.

Destacam-se, no caso particular das licenciaturas a distância da UFPB:

- a utilização de tecnologias da informação e da comunicação;
- a substituição da comunicação verbal pela textual;
- a ênfase no suporte fornecido pela atividade tutorial presencial e a distância;
- a consideração do estudante como protagonista do seu processo de aprendizagem;
- o estímulo à gestão autônoma de procedimentos de compreensão e assimilação de conteúdos;
- a promoção de espaços e momentos para troca de experiências e ajuda mútua.

d) Ensino Médio

Todos os projetos pedagógicos dos cursos da ETS estão sendo reestruturados, com base no princípio da flexibilidade, contemplando práticas inovadoras, visando a constante elevação da qualidade. Os cursos técnicos oferecidos pela Escola têm um modelo organizacional e administrativo eficiente e eficaz voltados à integração do ensino, pesquisa e extensão. Possuem coordenações, uso de tecnologia de ponta, laboratórios bem equipados para aulas práticas e estágio supervisionado favorecendo a utilização das novas tecnologias da educação.

O princípio de organização metodológica do CAVN prevê a articulação do ensino com a pesquisa e a extensão. Prevê ainda o trabalho com eixos transversais e com disciplinas, que articulam conteúdos teóricos e práticas investigativas, já a partir do primeiro ano. Neste sentido,

as aulas serão alternadas entre aulas expositivas, dialogadas e ilustradas com recursos audiovisuais, dramatizações, debates, exercícios e trabalhos teóricos e/ou práticos. O CAVN busca utilizar estratégias voltadas para facilitar a aprendizagem dos alunos, ou seja, para conduzi-los em direção aos objetivos de cada disciplina com atividades de leitura e discussões de textos, pesquisas, trabalhos individuais e em grupos, atividades em laboratórios e vivências de problematização.

3.2.4 Processo de avaliação

a) Graduação

O processo de avaliação dos alunos de graduação é feito por meio da verificação do rendimento escolar, onde esta pode ser feita por ano ou período letivo, em cada disciplina, compreendendo: a apuração de frequência às atividades didáticas; e avaliação do aproveitamento escolar.

Entende-se por frequência às atividades didáticas, o comparecimento do aluno às aulas teóricas e práticas, aos estágios supervisionados, aos exercícios de aplicação e de trabalhos escolares supervisionados, previstos e realizados na programação da disciplina.

A avaliação do aproveitamento escolar deve ser realizada com o acompanhamento contínuo de desempenho das atividades escolares do aluno, e como resultado final do processo ensino-aprendizagem. O aproveitamento escolar deverá refletir o acompanhamento contínuo do desempenho do aluno em todas as atividades didáticas, avaliado através de exercícios de verificação.

Consideram-se exercícios de verificação os exercícios escolares e o exame final, onde são considerados exercícios escolares as atividades didáticas devidamente individualizadas que permitam avaliação contínua do aluno, ao longo do período letivo, conforme as peculiaridades das disciplinas.

b) Pós-graduação

O processo de avaliação está voltado para a promoção de avaliações contínuas das atividades da Pós-Graduação, visando adequá-las ao contexto científico, tecnológico, profissional e de demanda específica para cada área de atuação.

Em cada disciplina, o rendimento acadêmico será avaliado pelos meios previstos na sua programação e expressos mediante conceitos, de acordo com a seguinte classificação:

- A - Excelente, com direito a crédito (9,0 – 10,0)

- B - Bom, com direito a crédito (7,0 a 8,9)
- C - Regular, com direito a crédito (6,0 – 6,9)
- D - Reprovado, sem direito a crédito (0,0 a 5,9)

c) Ensino a Distância

Nos cursos de graduação à distância em oferta pela Universidade Federal da Paraíba, cada componente curricular pode apresentar critérios próprios de avaliação da aprendizagem, a qual deverá se processar de forma continuada, com base no desempenho dos estudantes nas atividades propostas ao longo do período letivo. Normalmente, a maioria dessas atividades diz respeito a tarefas disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem, apresentando prazos fixos para cumprimento por parte do estudante.

Uma regra, contudo, deverá ser respeitada: será aplicado pelo menos um exame presencial durante o período letivo, tendo o aluno direito a um exame de reposição, também presencial, em caso de falta à referida avaliação. O estudante que não obtiver aprovação por média se submeterá ao Exame Final da disciplina, este igualmente aplicado na forma presencial.

d) Ensino Médio

Na ETS, o processo de avaliação será desenvolvido segundo a Metodologia da Pedagogia Problematizadora avaliando-se duas dimensões do progresso do aprendiz: a institucional e o crescimento integral como pessoa, isto é, em suas três dimensões: cognitiva, afetiva e psicomotora.

A avaliação é parte integrante do currículo, estando presente em todos os estágios de seu desenvolvimento e não apenas restrito aos resultados finais. É o acompanhamento sistemático da evolução do aluno na construção de seu conhecimento. Assim, a avaliação é vista como mais uma oportunidade de aprendizagem, na qual o aluno (agente ativo) participa, acompanha e contribui de maneira efetiva. Na avaliação levamos em conta o perfil projetado (conclusão) para profissionais da saúde, propiciando o desenvolvimento de competências e habilidades, as atitudes e o comportamento ao longo do processo de formação, considerando sempre o SABER, o SABER SER e o SABER FAZER.

A avaliação da aprendizagem do CAVN ocorrerá por meios de instrumentos próprios, buscando detectar o grau de progresso do aluno em cada conteúdo e o levantamento de suas atividades. Entendem-se como instrumentos de verificação de aprendizagem as fichas de acompanhamento individual, os relatórios, os seminários, os testes, trabalhos e/ou exercícios

escritos/orais, realizados no período letivo, abrangendo o conteúdo programático desenvolvido em sala de aula ou extraclasse. Considera-se aprovado em cada módulo o aluno que obtiver média aritmética igual ou superior a sete (7,0). Ao aluno que não alcançar o padrão mínimo de desempenho, poderão ser oferecidos estudos de recuperação das habilidades específicas, de acordo com a natureza do conteúdo das competências exigidas na organização do módulo. Para efeito de verificação do rendimento escolar do aluno, o ano letivo será dividido em quatro bimestres escolares para os componentes curriculares referentes à Base Nacional Comum dos Cursos Técnicos de Nível Médio; e nas modalidades integrado e subsequente, a verificação do rendimento escolar será compatível com cada Módulo.

3.2.5 Atividade prática profissional, complementares e de estágios

a) Graduação

A política de estágio na UFPB atualmente passa por uma necessária atualização normativa, tendo em vista que a resolução disciplinadora da matéria no âmbito desta Instituição data de 1976, e que a concepção de estágio dada pelo PPI e pelos PPC's dos cursos assim o exigem.

Nesse sentido, a esta atualização normativa – conceitual interna, soma-se a adequação à legislação federal e, nessa acepção, os procedimentos abaixo mencionados deverão ser continuamente aperfeiçoados e/ou monitorados no período 2009-2012.

- Celebração de Convênios entre a UFPB e as Unidades Concedentes de Estágio;
- Assegurar que o aluno vá a campo somente após a formalização do Convênio;
- Assegurar a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio
- Expansão do Seguro de acidentes pessoais;
- Intensificação das ações de acompanhamento e fiscalização da legislação vigente junto as Coordenações dos Cursos, Coordenação do Estágio Rural Integrado, Laboratórios e coordenações de Estágios dos Departamentos/Centros.

b) Pós-Graduação

No tocante à pós-graduação, as principais atividades de estágio concentram-se no Estágio-docência. Como atividades complementares têm-se as visitas supervisionadas, os mini-cursos e os seminários extracurriculares.

c) Ensino a Distância

Em razão dos cursos de graduação a distância em oferta pela Universidade Federal da Paraíba serem, todos, em nível de licenciatura, Estágios Curriculares Supervisionados encontram-se programados como componentes obrigatórias que, normalmente, se desenvolvem em escolas públicas das redes estadual e municipais de ensino. No caso das escolas municipais, a prioridade recai sobre estabelecimento situado no município sede de pólo de apoio presencial do sistema UAB. Não sendo possível, ou viável, a implementação do estágio nessa forma, escola estadual ou municipal localizada em cidade próxima àquela onde funciona o pólo deverá, então, receber o estudante de licenciatura da UFPB, objetivando a consecução do aprendizado prático.

d) Ensino Médio

Os discentes da ETS estão envolvidos com atividades de ensino, pesquisa e extensão e participam de cursos de capacitação, atualização e aperfeiçoamento em caráter eventual para atender a demandas diversificadas e locais, bem como preencher importante lacuna na assistência terciária. Os três cursos possuem laboratórios para realização das atividades práticas e de estágio supervisionado.

O Hospital Universitário Lauro Wanderley – principal campo de estágio para todos os cursos na área da saúde da UFPB – serve como base no atendimento primário, secundário e terciário, e é referencia pelos tratamentos de alta complexidade, servindo de treinamento também a todos os alunos de cursos técnicos. O HULW se constitui em centro de ensino e pesquisa no âmbito das Ciências da Saúde, com ações voltadas à saúde das comunidades local e regional, devidamente integrado à rede regional de saúde. Presta serviços assistenciais em todas as especialidades médicas.

As atividades práticas profissionais do CAVN são desenvolvidas pelo corpo docente, de acordo com o planejamento didático-pedagógico que cada disciplina e/ou módulo necessita.

Durante o desenvolvimento dos conteúdos relativos à matriz curricular da habilitação em Agropecuária, Agroindústria ou Aquicultura, o aluno deverá fazer um estágio curricular na Escola ou, preferencialmente, em empresas da mesma finalidade, correspondente a 240 horas em um ou vários projetos que tenham pertinência com a habilitação. Cada aluno terá um orientador, que terá a função de acompanhar e orientar o discente, desde a escolha e execução do estágio até a sua conclusão que culminará com um relatório de estágio e defesa do mesmo pelo aluno junto a professores que lecionam conteúdos relativos aos do estágio.

Após a conclusão do estágio, o aluno deverá escrever e defender um Relatório, mediante uma banca composta do seu orientador e dois professores do curso. Para efeito de orientação e esclarecimento do aluno durante o Estágio, este receberá um Manual do estagiário, no qual constarão as Normas de Estágio, bem como a forma metodológica para este escrever e defender o Relatório de Estágio. O Diploma na Habilitação só será emitido após a defesa e aprovação do Relatório de Estágio.

3.3 INOVAÇÕES NA ESTRUTURA ACADÊMICA

O Projeto REUNI prevê a revisão da estrutura acadêmica buscando uma constante elevação da qualidade de seus cursos, tendo em vista que o diagnóstico realizado destaca que a atual estrutura organizacional da UFPB – resultante, em grande parte, da reforma da educação superior da década de 1960 – necessita de adequações e inovações.

Nos últimos anos, a UFPB vem promovendo uma vigorosa reformulação da sua estrutura acadêmica através do processo de reformulação e construção de novos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's). Os Projetos Pedagógicos têm como referência as normas emanadas do Ministério da Educação e as concepções filosóficas que orientam e consolidam este Plano de Desenvolvimento de Institucional.

Sobre o aspecto da prática pedagógica, tem-se como princípio básico a flexibilidade curricular que deve estar em sintonia com os demais princípios norteadores dos PPC's, tais como: a ética, a autonomia e a gestão democrática, a criticidade, a interdisciplinaridade e a diversidade, o trabalho coletivo, a garantia do padrão de qualidade e a integração da graduação com a pós-graduação. A atualização sistemática desses projetos é um objetivo a ser alcançado no horizonte temporal deste PDI e deve contemplar as práticas inovadoras com base no princípio da flexibilidade.

Estas práticas podem ser agrupadas de modo a se alcançar os seguintes objetivos:

- Revisão, atualização e aperfeiçoamento das normas institucionais que regem o ensino de graduação, envolvendo a comunidade acadêmica;
- Aperfeiçoamento do Sistema de Controle Acadêmico, ampliando a sua capacidade de acompanhamento, divulgação e avaliação permanente e de oferta de meios e melhores serviços de interesse acadêmico-pedagógico.

- Fomento e incentivo às atividades acadêmicas voltadas à integração ensino, pesquisa e extensão;
- Diversificação das modalidades de graduação, criando cursos interdisciplinares, seqüenciais e de tecnólogos;

A Implantação de um novo órgão na estrutura da Universidade com funções de coordenação e sistematização do funcionamento das atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, bem como a implantação de Unidades Acadêmicas que incorporem as funções hoje delegadas aos Departamentos e Coordenações de cursos contribuirão para o alcance dos objetivos mencionados acima.

Em concordância com a necessidade de reorganização acadêmica dos cursos, a grande maioria dos cursos de graduação implantados passaram ou estão passando por processo de reorganização dos seus projetos políticos pedagógicos com ênfase para a flexibilização curricular, incluindo a organização de aulas-campo com características multidisciplinares, utilizando os recursos e as possibilidades das disciplinas oferecidas nos cursos das áreas de conteúdo curricular.

Neste sentido, a UFPB vai atuar na promoção de estudos para uma maior flexibilização dos currículos de modo a garantir ao estudante a escolha de percursos alternativos de formação. Além disto, vai-se estimular o aprofundamento das discussões a respeito dos novos regimes curriculares, bem como regulamentar as estruturas curriculares recentemente reformuladas no sentido de garantir mais mobilidade estudantil e possibilidade de ampliação nos processos formativos, incluindo o dos créditos pela participação em projetos institucionais, em grupos de pesquisa, em eventos artístico-científicos e em publicação de trabalhos, com equivalência a um número determinado de horas, com caráter cumulativo, até o máximo de oito créditos.

Considerando que o cenário atual impõe um repensar permanente acerca da estrutura curricular dos cursos de graduação, de modo a atender as novas demandas da sociedade, que exigem capacidade de pensar, estruturar e contextualizar problemas, e criar respostas alternativas àquelas propostas já conhecidas, a Pró-Reitoria de Graduação entende que é necessário trabalhar estas habilidades de uma forma mais ampla (e não apenas no escopo das atividades de iniciação científica), alcançando todos os alunos de graduação.

A flexibilização curricular deve, portanto, incluir os seguintes eixos:

- a) Ao invés de grade curricular rígida, deve ser proposto um formato que possibilite que o aluno trace o seu roteiro formativo (percurso);
- b) Formação específica e formação complementar;

- c) Currículo deve ser um meio para a aquisição do conhecimento, de forma articulada;
- d) Formação complementar aberta (aluno de química/formação em química forense);
- e) Formação livre (liberdade para ampliar a formação em qualquer campo do conhecimento).

Como a flexibilização curricular amplia o direito de escolha dos alunos na medida em que enseja reflexões contínuas sobre os cursos e ainda possibilita uma maior participação dos docentes nos processos de inovações e mudanças do perfil profissional, a instituição precisa pensar também, quando for o caso, na previsão de modelos alternativos de transição, que possibilitem a flexibilidade acadêmica do itinerário formativo discente.

Convém enfatizar que essas inovações buscam, ainda, atingir uma renovação pedagógica da Educação Superior, com vistas a sua maior articulação com a educação básica, profissional e tecnológica, ou seja, as mudanças propostas para o ensino superior na UFPB devem também impactar a formação dos profissionais que atuam ou irão atuar na educação básica, profissional e tecnológica. Neste sentido, a UFPB, com sua política de expansão do ensino de graduação, vem realizando esforços visando implantar novos cursos de licenciatura, técnico-profissionais e de tecnólogos, a fim de atender também essas demandas sociais. Com este propósito, o REUNI prevê a criação de um Centro de Línguas e Matemática, em convênio com prefeituras da área metropolitana de João Pessoa, para atender às redes públicas municipais e estadual de educação básica, e a oferta de cursos de formação continuada para professores da Educação Básica da rede de ensino local, nas áreas de Matemática, Física, Química, Biologia, Informática e Geografia.

3.4 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

Em relação às oportunidades às oportunidades diferenciadas de integralização curricular, a Resolução N° 28/96, do CONSEPE, autoriza a Pró-Reitoria de Graduação a **prorrogar** os prazos de integralização de alunos incursos **em casos de força maior**. Visando uma maior clareza na análise dos pedidos de Prorrogação, a PRG, através da Portaria G/PRG/N°. 001/97, identifica as situações que *não* se enquadram no termo “em casos de força maior”:

- I) Por motivos pessoais e/ou familiares, que não levem, rigorosamente, à constatação e à comprovação, por autoridade pública, de acontecimentos estranhos à ação ou à vontade humana;
- II) Por motivo de trabalho;
- III) Por motivo de baixo desempenho acadêmico;

- IV) Por motivo de doença, de qualquer natureza, desacompanhadas de avaliação ou atestado médico;
- V) Por motivo de doença, de qualquer natureza, acompanhadas de avaliação ou atestado médico cujas informações, a critério da Pró-Reitoria de Graduação, ouvido o Colegiado do Curso, indiquem claramente a não limitação da capacidade de aprendizagem.

A outra oportunidade diferenciada de integralização curricular é a **abreviação** da duração do curso. Também neste caso, cabe à Pró-Reitoria de Graduação, de acordo com a Resolução Nº. 21/1998 do CONSEPE, autorizar os pedidos de abreviação da duração dos cursos de graduação, cujas opções são as seguintes: a) dispensa de disciplina; b) matrícula nos períodos letivos regulares em um número de créditos ou horas-aula superior ao número máximo estabelecido pela legislação de seu curso; e c) outros mecanismos, justificados e aprovados pelo Colegiado do curso.

No entanto, a abreviação só poderá ser concedida ao **aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos**, desde que: seja garantido um processo de ensino-aprendizagem de alto padrão de qualidade; a abreviação não seja superior a um terço do número de dias letivos correspondentes aos períodos letivos que integram o termo médio estabelecido para o respectivo curso; se garanta procedimentos de avaliação de todo o conjunto dos conteúdos curriculares para complementar a integralização do curso e com, no mínimo, o mesmo grau de qualidade acadêmica que os do curso objeto da solicitação; e a carga horária semanal de atividades curriculares não ultrapasse 30% do máximo estabelecido para o curso.

Para que o aluno seja considerado como tendo extraordinário aproveitamento nos estudos, ele precisa satisfazer o seguinte conjunto de exigências:

- I) Estar regularmente matriculado no curso objeto da solicitação, no ato da entrega do requerimento;
- II) Possuir um Coeficiente de Rendimento Escolar (CRE) igual ou superior à média aritmética dos CRE's de todos os alunos matriculados no curso e que ingressaram no mesmo período letivo do interessado, adicionada de 01 (um) desvio-padrão dessas médias;
- III) Tiver concluído, pelo menos, 50% da carga horária total estabelecida para a conclusão do curso;
- IV) Não apresentar em seu histórico escolar devidamente atualizado: matrícula institucional; reprovação por falta, em qualquer das disciplinas integrantes do

histórico; e ausência de matrícula em disciplinas em qualquer um dos períodos letivos.

O aluno interessado em abreviar a duração de seu curso deve instruir processo na Coordenação do Curso, incluindo a documentação exigida no art. 6º da Resolução Nº. 21/1998 do CONSEPE. Na sequência, é constituída uma Banca Examinadora Especial que deverá divulgar edital do processo de avaliação, no quadro de avisos da Coordenação, contendo as datas, local e horário das provas, bem como os conteúdos programáticos, as referências bibliográficas e os critérios de aprovação. Concluída a avaliação, a referida Banca deve encaminhar seu Relatório Conclusivo, para homologação do Colegiado do Curso. Após a homologação, cabe à Pró-Reitoria de Graduação fazer a divulgação imediata do resultado.

3.5 AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Atendendo as especificidades inerentes à realidade local e ao mundo do trabalho, se faz necessário a utilização de práticas inovadoras, subsidiadas pelas novas tecnologias e por outras experiências pedagógicas. Como exemplo, tem-se a ampliação de espaços pedagógicos informatizados e a oferta de educação à distância e de cursos semipresenciais na graduação.

Como avanços tecnológicos, este Plano de Desenvolvimento Institucional destaca alguns pontos – previstos no projeto REUNI – relacionados à utilização e à disseminação das novas tecnologias da educação e que são considerados de grande relevância do ponto de vista da melhoria do ensino e de sua articulação com a educação básica, profissional e tecnológica:

- Construção/reestruturação de laboratórios de instrumentação para o ensino;
- Modernização das salas de aula para atender o desenvolvimento dos novos conteúdos curriculares;
- Ampliação e modernização de laboratórios computacionais experimentais e de pesquisa;
- Construção de novos prédios para a pós-graduação;
- Construção e modernização de salas multimeios com acesso à internet e à vídeo-conferência;
- Utilização, no ensino presencial, de módulos didáticos produzidos pela Educação à Distância (EAD), tais como mapas conceituais do desenho curricular apontando caminhos para essa articulação e desenvolvimento de materiais de ensino para utilização na Plataforma Moodle, no apoio a disciplinas presenciais;
- Criação de vitrine virtual permanente das invenções metodológicas da EAD para aproveitamento no ensino presencial;

- Aquisição de equipamentos e materiais instrucionais;
- Ampliação do uso de recursos computacionais nas disciplinas de graduação;
- Implantação do Diário de Classe *on-line* para permitir o acompanhamento e a avaliação sistemática do desenvolvimento do plano de curso;
- Criação do Núcleo de Apoio Didático-Pedagógico para atendimento e formação continuada dos professores da UFPB.

Com vistas à melhoria da qualidade dos cursos, é primordial o uso de metodologias e tecnologias inovadoras de ensino-aprendizagem, que apontem para procedimentos ativos e participativos que permitam o desenvolvimento de competências, habilidades e uma maior transparência de conteúdos, contrapondo-se à perspectiva tradicional de ensino.

No que se refere às tecnologias inovadoras, o Núcleo de Construção de Objetos de Aprendizagem, na área da Física, é um exemplo a ser seguido também em outras áreas do conhecimento. A UFPB vem incentivando também outras iniciativas como a utilização de ferramentas de ambiente virtual de aprendizagem, o uso de computadores, projetores e outros equipamentos modernos de forma agregada às atividades de ensino.

A atualização das metodologias e tecnologias de ensino-aprendizagem requer que se promova a capacitação dos docentes para utilização de práticas pedagógicas que relacionem a transmissão de informações com processos participativos de construção do conhecimento e para a utilização de ambiente virtual de aprendizagem, bem como a otimização das atividades, projetos e programas que integrem ensino, pesquisa e extensão e a aquisição de equipamentos que possibilitem práticas docentes de utilização de inovações didático-pedagógicas e de novas tecnologias de ensino.

O Projeto REUNI estabelece um Plano Diretor da Infraestrutura que contém, além do programa de obras, um programa de equipamentos e materiais permanentes. De um modo geral, o programa de obras vai buscar a adequação da infraestrutura e demais condições básicas de funcionamento da UFPB, de maneira melhorar a eficiência e a qualidade acadêmica da UFPB.

Dentro desse programa, há melhorias programadas para o sistema de informática e tecnologia da informação que devem abranger todos os *campi* da UFPB e serão processadas através das seguintes ações: a) expansão da rede de fibra ótica a todos os órgãos e edificações acadêmico-administrativas construídas ou reformadas, b) reforma das edificações que servem de base operacional técnica e administrativa aos Núcleos de Tecnologia de Informação e c) aquisição e instalação de equipamentos necessários ao aumento da capacidade, eficiência, qualidade e segurança das redes de informática.

Em relação aos equipamentos, o programa prevê que os laboratórios, salas de aula, bibliotecas, ambientes de professores e demais órgãos acadêmico-administrativos, tanto os novos como os atualmente existentes, serão adequadamente dotados de modernos equipamentos e meios de trabalho de elevado padrão tecnológico.

4 CORPO DOCENTE

4.1 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO E REQUISITOS DE TITULAÇÃO

A seleção do corpo docente da UFPB ocorre por meio da realização de concurso público de provas e títulos em conformidade com a legislação vigente (Decreto nº 6.944/2009 e Resolução CONSEPE nº 50/2007), de acordo com as áreas específicas definidas pelos colegiados departamentais.

Para a graduação, a exigência mínima para os docentes permanentes é o título de mestre, admitindo-se graduados e especialistas apenas entre professores substitutos e em casos excepcionais, disciplinados e justificados pelos departamentos e aprovados pelos órgãos superiores. Para a pós-graduação, os docentes permanentes devem ter, no mínimo, o título de doutor, admitindo-se mestres apenas em casos excepcionais, em que seja comprovado o notório saber, disciplinados e justificados pelos departamentos e aprovados pelos órgãos superiores.

Outra forma de ingresso no quadro permanente de docentes pode ocorrer através do processo de redistribuição, sendo este analisado pelo departamento e Conselho de Centro tanto da Universidade de destino como da de origem.

4.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

A política de qualificação docente é coordenada pela PRPG e pelos departamentos visando suas prioridades dentro de um plano de qualificação para criação de cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*. A PROPLAN e a SRH, de forma suplementar, são responsáveis pelo controle da carga horária letiva, bem como do afastamento de pessoal docente para qualificação.

O plano de capacitação docente é aprovado em cada departamento e órgãos superiores, estando normatizado pela resolução CONSEPE Nº. 07/2004 e obedecidas às disposições do Decreto Nº. 5.707/2005. A SRH vai atuar na promoção de cursos de reciclagem para docentes

nas áreas de gestão (administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial), atendimento ao público e elaboração de projetos.

O Plano de carreira está previsto no Decreto 94.664/1987. E o regime de trabalho docente é de 40 horas semanais com Dedicção Exclusiva (RETIDE) e 20 horas semanais (T-20). Excepcionalmente, algumas áreas poderão adotar o regime de trabalho de 40 horas semanais, sem dedicação exclusiva (T-40).

4.3 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS PROFESSORES DO QUADRO

A substituição eventual de professores do quadro permanente da UFPB ocorre primordialmente por meio do Banco de Professor Equivalente – criado através de Portaria Normativa Interministerial Nº. 22, de 30 de abril de 2007, publicada no D.O.U de 02 de maio de 2007 – que prevê a substituição docente nos casos de aposentadoria, óbito, vacância, ou exoneração. Esta Portaria prevê, ainda, que as instituições federais de ensino superior adotem políticas de substituição dos professores contratados temporariamente por docentes efetivos, mediante realização de concurso público de provas e títulos.

4.4 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

A expansão do corpo docente, após a criação do Banco de Professor equivalente, se dará através de projeto com aprovação do Ministério da Educação e do Planejamento visando criação de novos campi, curso e aumento do número de vagas de cursos de graduação. (Projeto REUNI, Expansão e UAB).

QUADRO X – PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES DOCENTES						
SERVIDORES	QUANTIDADE CONTRATADA ANUALMENTE					TOTAL
	2008	2009	2010	2011	2012	
DOCENTES	87	91	91	71	55	395

Fonte: REUNI

5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1 OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A seleção de servidores técnico-administrativos ocorre através de concurso público, obedecendo as regras definidas pelo Decreto Nº. 6.944/2009. Os procedimentos destes concursos são operados pela Comissão Permanente do Concurso Vestibular – COPERVE. As vagas de

reposição, em decorrência de aposentadoria, óbito ou exoneração, são autorizadas pelo Ministério do Planejamento e do Ministério da Educação.

Contudo, as ações de admissão de pessoal técnico-administrativo estão, atualmente, restritas às novas contratações do Projeto REUNI, que devem ser autorizadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) da Administração Pública Federal.

5.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E REGIME DE TRABALHO

O Plano de Carreira dos Cargos dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) foi instituído pela Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, reorganizando os cargos em cinco níveis de classificação de acordo com a escolaridade, a responsabilidade, os conhecimentos, as habilidades específicas, a formação especializada, a experiência, o risco e os esforços físicos e mentais.

Os servidores também foram agrupados em dez ambientes organizacionais, de acordo com a integração das atividades afins ou complementares, organizadas a partir das necessidades institucionais, visando orientar a política de desenvolvimento de pessoal. No ANEXO XI, estão detalhados estes ambiente organizacionais.

Nessa perspectiva, as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores estão intrinsecamente ligadas ao PCCTAE e conseqüentemente, à reorganização proporcionada pela Lei 11.091/2005 que atrela o desenvolvimento da carreira dos servidores à capacitação, à qualificação e à avaliação de desempenho. Além disso, as ações de qualificação e capacitação visam compatibilizar o progresso do servidor na carreira e os interesses institucionais. Para tanto serão realizadas pesquisas nos centros e na administração central para apreender as necessidades pessoais e funcionais dos respectivos servidores. Também será estimulada a utilização de escolas virtuais como ferramenta de capacitação à distância.

Os afastamentos de servidores para participação nos cursos de capacitação oferecidos pela Superintendência de Recursos Humanos e para qualificação estão condicionados às autorizações das chefias imediatas, observando as normas da Resolução CONSEPE nº 69/97.

5.3 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A expansão do corpo técnico-administrativo se dará através de vagas de reposição concedidas pelos Ministérios do Planejamento e da Educação de acordo com a Matriz de alocação de vagas do MEC. Há previsão da criação do Banco Equivalente para o servidor

técnico-administrativo, o que irá estabilizar o quadro técnico-administrativo, à semelhança do que ocorreu com quadro docente com a criação do Banco Equivalente.

A criação do Banco de técnico-administrativo equivalente se dará através de projeto com aprovação do Ministério da Educação e do Planejamento visando a criação de novos campi, curso e aumento do número de vagas de cursos de graduação. (Projeto REUNI, Expansão e UAB).

QUADRO XI – PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS						
SERVIDORES	QUANTIDADE CONTRATADA ANUALMENTE					TOTAL
	2008	2009	2010	2011	2012	
<u>TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS</u>	<u>100</u>	<u>104</u>	<u>104</u>	<u>82</u>	<u>64</u>	<u>454</u>
NÍVEL MÉDIO	65	68	68	54	42	297
NÍVEL SUPERIOR	35	36	36	28	22	157

Fonte: REUNI

6 CORPO DISCENTE

6.1 FORMAS DE ACESSO

a) Graduação

As modalidades de acesso aos cursos de graduação da UFPB, dentro do período de abrangência deste PDI são as seguintes:

- Processo Seletivo Seriado (PSS): processo seletivo com provas referentes a cada série do ensino médio, objetivando classificar candidatos para ingresso nos cursos de graduação da UFPB;
- Processo Seletivo de Transferência Voluntária (PSTV): processo seletivo para candidatos de outros cursos ou instituições;
- Ingresso de Graduados: seleção de alunos graduados para realizar novo curso de graduação ou para complementação de estudos;
- Programa de Estudante Convênio - Rede Pública (PEC- RP): processo seletivo simplificado específico para os professores da rede pública;
- Programa de Estudante Convênio – Graduação (PEC- G): ingresso de alunos estrangeiros, através de convenio cultural do Brasil com outros países;
- Programa Especial de Formação Superior (PROESP): Criado com a finalidade de oferecer o ensino de 3º grau aos integrantes efetivos dos sistemas da Administração Pública, direta ou indireta, da esfera federal, estadual ou

municipal, o programa oferta as vagas remanescentes do Processo Seletivo Seriado (PSS), após a conclusão do processo classificatório, sendo do total de vagas disponibilizadas para cada curso, 70% (setenta por cento) destinadas aos servidores efetivos da UFPB e 30% (trinta por cento) aos servidores efetivos das demais instituições ou órgãos públicos. Sua forma de ingresso dar-se mediante processo seletivo realizado anualmente pela UFPB, conforme publicação de edital divulgado pela Comissão Permanente do Concurso Vestibular (COPERVE).

- Modalidade de Ingresso por Reserva de Vagas (MIRV): O preenchimento das vagas correspondentes aos percentuais de que trata a Resolução Nº. 09/2010 do CONSEPE deve ser feito observando-se, também, a reserva para negros (pretos e pardos) e índios, na proporção da participação destes grupos na população do Estado da Paraíba, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

b) Pós-graduação

A admissão aos Programas de Pós-Graduação é feita após aprovação e classificação em processo de seleção, ressalvado a transferência de alunos segundo critérios específicos estabelecidos nas normas em vigor. São admitidas também como forma de ingresso as transferências, segundo as normas estabelecidas no Regimento Geral da UFPB e Regulamento dos Programas, de alunos de Mestrado e Doutorado desta ou de outras IFES para cursos similares ou idênticos aos de origem, oferecidos pela UFPB, a critério dos respectivos Colegiados, desde que haja vaga no Programa pretendido e disponibilidade de orientador.

As inscrições para seleção aos Programas de Pós-Graduação são abertas mediante Edital elaborado pelo Colegiado do Programa, publicado, com o conhecimento da Diretoria do Centro ou Centros, pela respectiva Coordenação e divulgado na forma mais abrangente possível, observando que, para a inscrição dos candidatos à seleção dos Programas, será exigida a titulação e os documentos indicados pelo Regulamento de cada Programa.

A instituição vem tomando medidas no sentido de uniformizar os processos seletivos dos programas de pós-graduação de todos os campi da UFPB.

c) Ensino a Distância

O acesso aos cursos de graduação a distância na UFPB dar-se, exclusivamente, através de aprovação em concurso vestibular, com elaboração, aplicação e correção sob a responsabilidade

da COPERVE – Comissão Permanente do Concurso Vestibular. Até 2009, o exame foi realizado uma vez ao ano, estabelecendo a primeira entrada nos cursos para o segundo período letivo do ano em que o exame é aplicado e a segunda para o primeiro período do ano seguinte. Não se prevê qualquer alteração nesse sistema de acesso aos cursos até 2012.

d) Ensino Médio

O ingresso na ETS para os cursos técnicos regulares se dá através de processo seletivo, com provas de português, biologia e matemática do ensino médio, organizado pela COPERVE, aberto à comunidade em geral, com as informações necessárias para a inscrição divulgadas em Edital. São oferecidas, por ano, 80 (oitenta) vagas distribuídas aos três cursos técnicos (prótese dentária, biodiagnóstico e enfermagem). O pré-requisito básico é a conclusão do ensino médio, pois os cursos são subseqüentes.

Para ingresso nas turmas do PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o pré-requisito é estar cursando o ensino médio na modalidade EJA na UFPB, e concomitante fazer o curso técnico.

6.2 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

Como parte da política de atendimento aos discentes, a UFPB desenvolve as seguintes iniciativas de apoio pedagógico e financeiro, relativas ao ensino presencial, ao ensino à distância e ao ensino médio.

a) Ensino Presencial

- Monitoria

Dentre as atividades desenvolvidas como parte integrante das atividades curriculares dos Cursos de Graduação, destaca-se a Monitoria como o programa acadêmico mais antigo da UFPB, envolvendo participação de todos os nove Centros e a grande maioria dos departamentos. Para dar continuidade ao programa de Monitoria a Instituição, se propõe no período 2009-2012 a aumentar gradativamente o número de bolsas, envolvendo maior número de alunos e professores no apoio as atividades docentes, realizar oficinas de treinamento e avaliações dos monitores envolvidos nos projetos de ensino do programa, promover eventos anuais para divulgar e avaliar os trabalhos desenvolvidos, adequar o valor da bolsa a resolução vigente.

- Estágios

Considerando o conjunto de elementos constitutivos das diretrizes curriculares, o estágio curricular supervisionado e as práticas profissionais se destacam como componentes relevantes para redefinição da relação teoria-prática no processo de formação universitária profissional.

A UFPB, em relação às políticas de estágio e monitoria desenvolvidas como parte integrante das atividades curriculares dos cursos de graduação, propõe-se, no período 2009-2012, aperfeiçoar os procedimentos desses componentes Curriculares na UFPB.

- Iniciação à Docência

Dentre os programas de atendimento ao aluno, a Universidade, propõe fortalecer o Programa de Apoio as Licenciaturas (PROLICEN), no que se refere à expansão, acompanhamento, avaliação e regulamentação do mesmo, de forma a continuar contribuindo para a formação inicial dos professores de educação básica, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas nos Cursos de Licenciaturas, envolvendo escolas da rede pública, estadual e municipal.

- Iniciação Científica

Com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC a UFPB visa iniciar nos métodos e nas técnicas de pesquisa científica, os estudantes de graduação do ensino superior. Ele tem permitido que seus bolsistas recebam orientação de pesquisadores qualificados, capazes de estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade. Assim, tem colocado à disposição da comunidade acadêmica toda a infraestrutura necessária, modernizando o sistema de avaliação, aumentando o número de bolsas da cota Institucional, de modo a tornar possível o bom desempenho deste Programa que se constitui um poderoso instrumento de divulgação do método e princípios da ciência.

- Iniciação à Extensão

Com o objetivo de incentivar a participação de estudantes nas atividades de extensão, a UFPB mantém desde 1997 o Programa de Bolsas de Extensão – PROBEX que visa o aprimorar a formação acadêmica dos graduandos, bem como contribuir para o desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida da população. O PROBEX apóia o desenvolvimento de projetos permanentes de extensão voltados para as áreas prioritárias de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho, entre outras.

- Programas de intercâmbio estudantil: Mobilidade Estudantil e PIANI

A UFPB, dentre as políticas de atendimento ao discente, ressaltam-se dois programas de intercâmbio estudantil: Mobilidade Estudantil, que trata do intercâmbio estudantil entre universidades públicas federais; e o Programa de Intercâmbio Nacional e Internacional - PIANI, que vem se realizando através de convênio com mais de trinta instituições estrangeiras. Assim, a Universidade propõe um aumento gradativo de parcerias com IFES nacionais e estrangeiras.

b) Ensino à Distância

Destacam-se, nos cursos de graduação a distância da UFPB, as seguintes linhas de suporte ao processo de aprendizagem:

- desenvolvimento de componente curricular introdutória, objetivando a preparação para inserção do estudante na modalidade de ensino a distância, abrangendo tópicos teóricos e aplicados concernentes à informática básica, adaptação à plataforma Moodle e utilização das ferramentas e recursos desse ambiente virtual de aprendizagem;
- fornecimento gratuito de material didático impresso, observando o uso de linguagem acessível, integrada a mídias que facilitem e promovam a interação do aluno com os conteúdos a serem abordados em cada componente curricular;
- atividade tutorial responsável, presencialmente, pelo acompanhamento e motivação dos alunos com relação ao aprendizado, auxiliando-os na adaptação às tecnologias educacionais disponibilizadas como recursos do processo e, a distância, de onde provêm orientações e explicações acerca de temas integrantes do conteúdo específico de cada disciplina;
- disponibilização de espaço físico no município sede de pólo de apoio presencial, onde o aluno tem acesso à biblioteca, ao laboratório de informática para acompanhamento on-line dos módulos de conteúdos do curso e ao atendimento dos tutores presenciais.

c) Ensino Médio:

A ETS possui projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos pelos alunos e supervisionados pelos docentes que funcionam como apoio pedagógico para fortalecimento da aprendizagem e desenvolvimento de competências profissionais. A escola possui também o Serviço de Escuta Psicológica, com uma profissional pedagoga, laboratórios para simulações

com manequins, sala de leitura com considerável acervo bibliográfico que contempla docentes, discentes e favorece a pesquisa.

Há também programas de apoio estudantil com bolsas financiadas pela Escola e o auxílio estudantil PROEJA/SETEC/MEC que disponibiliza recursos extra-orçamentários que é repassado ao aluno mensalmente em forma de bolsa, proporcionando a elevação do nível estudantil minimizando a evasão e conseqüentemente assegurando a permanência na escola. Outro tipo de ajuda estudantil é o financiamento pela escola de refeições para alunos carentes no restaurante universitário.

6.3 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

a) Ensino presencial

As experiências em curso, de atendimento psicológico aos estudantes, são desenvolvidas sistematicamente na Clínica de Psicologia, vinculada ao CCHLA, no Serviço Psicossocial do Hospital Universitário e pelo Programa de Atendimento Integral ao Alcoolista e Outros Dependentes Químicos - PAIAD. Esses setores atendem também aos servidores e a comunidade em geral. Além dessas ações, foi iniciado no ano de 2006 pela Coordenação de Apoio e Promoção Estudantil – COAPE/PRAC, um projeto de prevenção e tratamento de drogas, com acompanhamento psicopedagógico voltado a melhoria da qualidade de vida e do desempenho dos discentes com dificuldades de natureza acadêmica e em nível de relacionamento. Esse projeto atende preferencialmente os estudantes de baixa renda das Residências Universitárias. Nesse projeto são desenvolvidas atividades de escuta psicológica, terapias de grupo e palestras aliadas ao acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes.

Dada a relevância e necessidade de programas dessa natureza, estima-se implantá-los com equipe multidisciplinar e especializada, capaz de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento para a melhoria do desempenho dos discentes.

b) Ensino a Distância

A Coordenação Geral da UFPBVirtu@1 e as Coordenações dos Cursos a Distância têm envidado esforços no sentido de estabelecer um calendário de visitas aos pólos por parte de

professores e tutores a distância, objetivando atendimento coletivo direto a grupo de estudantes, por meio de palestras e aulas presenciais.

6.4 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

a) Ensino Presencial

Os estudantes participam institucionalmente da vida acadêmica da UFPB, de acordo com o Estatuto, Regimento Geral, Resoluções do CONSEPE, CONSUNI e Conselho Curador, além de normas dos Conselhos de Centro, Departamentos e Colegiados de Curso. Politicamente, se organizam em Centros e/ou Diretórios Acadêmicos, Diretório Central dos Estudantes e Entidades de Base. Possuem seus representantes nos conselhos superiores, conselhos de centro, departamentos, colegiados dos cursos e comitê assessor de extensão.

Na constituição do Colegiado de Curso, está previsto que 1/5 do total de membros seja destinado à representação discente, cuja escolha é realizada por meio de votação secreta, adotando-se o sistema de maioria simples, pelos alunos dos respectivos cursos. Os suplentes são eleitos juntamente com seus representantes e deverão substituí-los em suas faltas e impedimentos. Os mandatos têm durado de 01(um) ano, sendo permitida a recondução por igual período conforme Resolução N°. 27/1991 do CONSEPE.

b) Ensino a Distância

Na educação à distância a organização estudantil é, obviamente, mais difícil de ser conseguida do que na educação presencial clássica. Contudo, a importância e necessidade dessa mobilização têm sido permanentemente reiteradas junto ao corpo discente, principalmente quando se constata a existência de preconceitos em relação a essa modalidade de ensino.

6.5 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

a) Ensino Presencial

A UFPB propõe-se desenvolver uma política de acompanhamento dos egressos como suporte para atualização e adequação dos cursos as novas demandas profissionais, através dos participantes dos programas acadêmicos da Instituição. Neste sentido, a PRG estará iniciando discussões com a comunidade acadêmica, para o delineamento de uma ação de acompanhamento e avaliação dos alunos egressos dos cursos de graduação que se encontram no desempenho de suas atividades profissionais no campo do trabalho.

b) Ensino a Distância

A UFPB, desde 2009, já desenvolve programas de pós-graduação lato sensu na modalidade de ensino a distância. Como apenas em 2012 surgirão os primeiros grupos de egressos dos cursos de graduação nessa modalidade de ensino, o acompanhamento desses professores licenciados certamente terá início pelo estímulo à participação nesses programas de formação continuada.

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM AS INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O funcionamento da UFPB é norteado pelo seu Estatuto, aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer Nº. 112/2002) e pelo Ministério da Educação (Portaria Nº. 3.198 de 21.11.2002, publicada no D.O.U. de 22.11.2002, retificada no D.O.U. de 12.12.2002) e pelo seu Regimento, que disciplina as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, assegurando as competências e responsabilidade dos processos, em conformidade com a legislação vigente e com a seguinte estrutura:

- Assembléia Universitária;
- Órgãos de administração superior:
 - Conselho Universitário – CONSUNI;
 - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;
 - Conselho Curador;
 - Conselho Social Consultivo;
 - Reitoria;
- Órgãos de administração setorial;
 - Deliberativos: Conselho de Centro, Conselho Departamental, Colegiado de Curso;
 - Executivos: Diretoria, Chefias Departamentais, Coordenações de Curso;
- Órgãos suplementares:
 - Prefeitura Universitária
 - Biblioteca Central;
 - Núcleo de Tecnologia da Informação;
 - Editora Universitária;

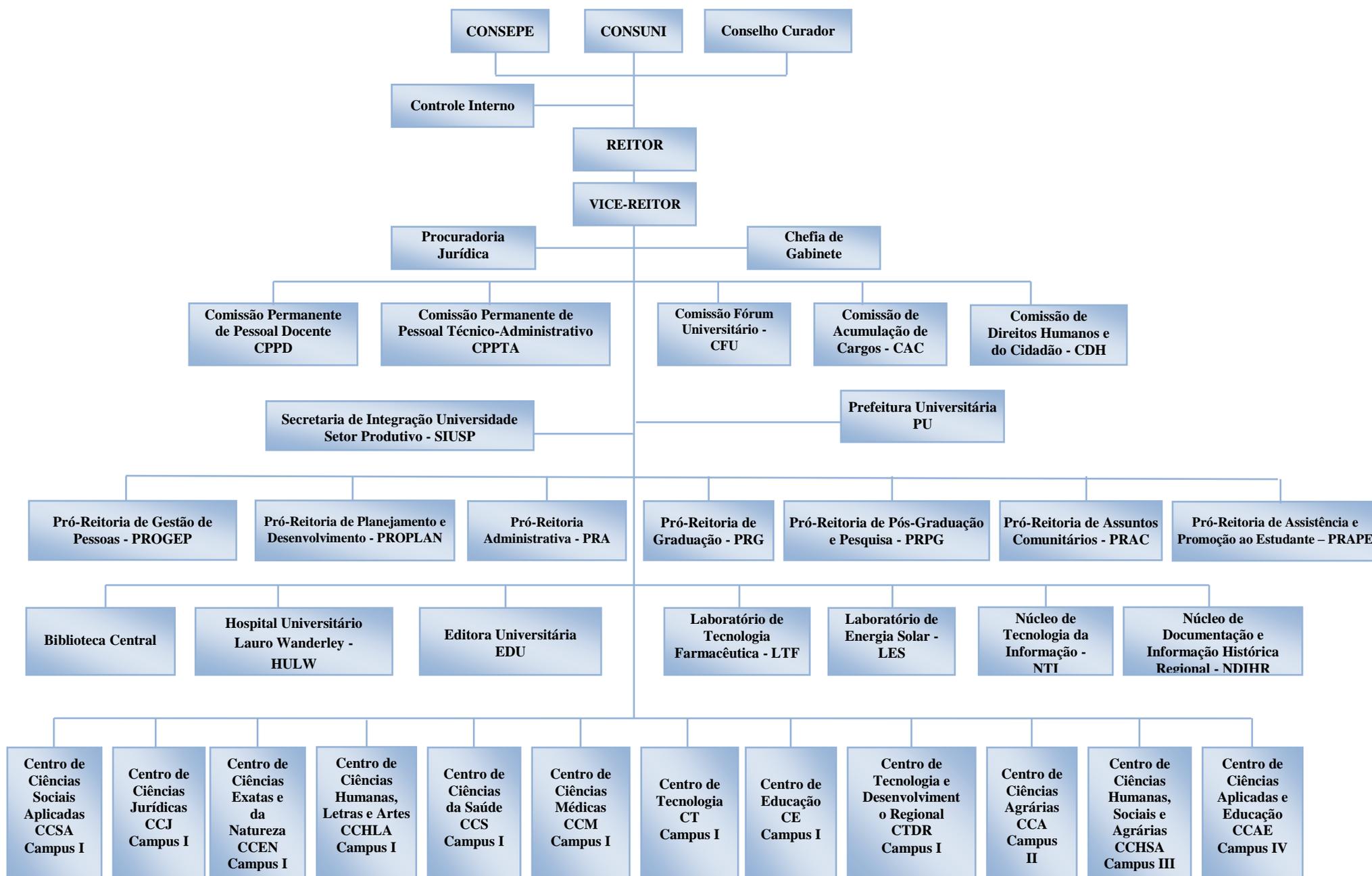
- Hospital Universitário;
- Laboratório de Tecnologia Farmacêutica;
- Núcleos de Pesquisa e Extensão, criados por resoluções do CONSEPE: NDIHR, NAC, NUDOC, NUPPO, NTU, NIESN, NESC, NUPPA, NEPREMAR, NIPAN, NEUD, NIETI, NUMETROP, NEPHF, NETEB.

O Estatuto da UFPB, além de conter as atribuições dos colegiados, assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária de forma democrática e representativa.

O entendimento da gestão como um processo de planejar, executar, avaliar e propor ações corretivas e preventivas para a melhoria da Instituição é fundamental para a sua consolidação. A configuração do poder (ascendente) na universidade traz, em certas ocasiões, dificuldades para realização das atividades, previamente estabelecidas e, sendo assim, os objetivos da instituição podem ficar comprometidos diante dos conflitos de interesse dos segmentos que a compõem.

A UFPB possui uma estrutura hierárquica e funcional, descrita no seu Estatuto e Regimento, os quais regulam todas as atividades desenvolvidas pelos seus setores. Há, também, uma estrutura hierárquica, expressa no organograma institucional apresentado no próximo item. Nele já foram incluídas as alterações previstas até 2012: a) retirada da PRAC das atribuições relativas à assistência estudantil, direcionadas para uma nova pró-Reitoria: a PRAPE (Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante); e b) transformação da SRH em Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP). Os organogramas das Pró-Reitorias encontram-se no ANEXO XII.

7.2 ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



7.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS: COMPETÊNCIAS E COMPOSIÇÃO

Os órgãos colegiados funcionam permitindo a participação e a democracia interna, com critérios de composição. A participação dos membros da comunidade universitária e dos representantes da sociedade civil é regulamentada pelas normas anteriormente descritas. A UFPB dispõe de um conjunto de resoluções e portarias que orientam e ajudam os gestores a tomar decisões, podendo também ser acessadas pela comunidade universitárias para consultas e encaminhamento de suas solicitações.

Em se tratando de solicitação de direitos assegurados pela legalidade, cabe ao interessado requerê-los. Em se tratando de pontos conflitantes de interesse institucional e do requerente, cabe a este, com base nas resoluções internas da instituição, ou lei que assegure tal benefício, recorrer ao Conselho.

O Conselho Universitário, órgão deliberativo superior em matéria de política geral da Universidade, compõe-se:

- I – do Reitor, como Presidente;
- II – do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- III - do Pró-Reitor de Administração;
- IV - do Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento;
- V - dos Diretores de Centros;
- VI - de um representante do pessoal docente de cada Centro;
- VII - da representação do pessoal discente;
- VIII - da representação do pessoal técnico-administrativo;
- IX - de um representante da comunidade.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), órgão deliberativo superior da Universidade em matéria de natureza acadêmica, compõe-se:

- I - do Reitor, como Presidente;
- II - do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- III - do Pró-Reitor de Graduação;
- IV - do Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa;
- V - do Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários;
- VI - de dois representantes do pessoal docente de cada Centro dos *campi* I, II e III;
- VII - de um representante da comunidade;

VIII - da representação do pessoal discente;

IX - da representação do pessoal técnico-administrativo.

O Conselho Curador, órgão fiscal e deliberativo em assuntos econômicos e financeiros da Universidade, compõe-se dos seguintes membros:

I - três professores da Universidade, representantes do Conselho Universitário;

II - três professores da Universidade, representantes do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão;

III - um representante do pessoal discente, indicado na forma do Regimento Geral;

IV - um representante da comunidade, escolhido pelo Conselho Social Consultivo.

O Conselho Social Consultivo compõe-se dos seguintes membros:

I - do Reitor, como membro nato e seu Presidente;

II - do Vice-Reitor, como membro nato e seu Vice-Presidente;

III - de um representante do Conselho Universitário e seu respectivo suplente escolhido pelos seus pares;

IV - de um representante e respectivo suplente, de entidades de caráter científico com base estadual, ou nacional e regional, com representação na Paraíba;

V - de um representante e respectivo suplente, de entidades fiscalizadoras do exercício profissional de nível superior, cujos cursos de graduação sejam mantidos pela Universidade em caráter permanente, que tenham base nacional e representação na Paraíba;

VI - de um representante e respectivo suplente, vinculado à Secretaria de Estado da área de Educação, Cultura, Planejamento ou Ciência e Tecnologia;

VII - de um representante, e respectivo suplente, da Assembléia Legislativa da Paraíba, preferencialmente integrante das Comissões Temáticas Permanentes que tenham como objeto assunto de Educação, Cultura ou Ciência e Tecnologia;

VIII - de um representante e respectivo suplente do Poder Judiciário;

IX - de um representante e respectivo suplente, de entidades de caráter comunitário com base estadual ou nacional com representação na Paraíba, para este fim credenciadas junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários;

X - de um representante, e respectivo suplente, de centrais sindicais nacionais com representação na Paraíba;

XI - de um representante, e respectivo suplente, de entidades com base estadual que congregam as áreas empresariais de maior relevância econômica na Paraíba;

XII - de um representante e respectivo suplente dos órgãos classistas dos trabalhadores dos meios de comunicação;

7.4 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

As atribuições dos órgãos listados a seguir encontram-se detalhados no ANEXO XIII.

- **Pró-Reitoria de Graduação**

A Pró-Reitoria de Graduação é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de ensino nos cursos de graduação.

- **Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa**

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de pós-graduação, pesquisa e capacitação de docentes mantidas pela Universidade.

- **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários**

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PRAC é o órgão auxiliar de direção superior cujo titular exerce suas funções por delegação do reitor.

Dentro de suas atribuições, cabe à PRAC supervisionar as atividades da Fundação José Américo, órgão ao qual, em função de sua implantação e face a convênio firmado com a UFPB, compete executar as diretrizes fixadas para a área.

Cabe ainda à PRAC, supervisionar as atividades dos núcleos de Extensão, cuja subordinação lhes tenha sido delegada por ato do Reitor.

- **Pró-Reitoria Administrativa**

A Pró-Reitoria Administrativa é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de funções específicas e delegada pelo Reitor nas áreas de administração contábil e financeira, material, patrimônio e atividades auxiliares, além das atribuições discriminadas neste Capítulo.

As atividades administrativas poderão ser descentralizadas nos diferentes níveis, desde que a medida contribua para melhor atendimento dos seus objetivos. A descentralização não impede que a Pró-Reitoria Administrativa e órgão da administração superior exerçam a supervisão, coordenação e controle, não só contábeis, como o do cumprimento da legislação vigente.

A descentralização será efetuada pelo Reitor, mediante poderes expressos na portaria delegatória. Mesmo diretamente subordinados a órgãos setoriais ou suplementares, os servidores

responsáveis por atividades de execução orçamentária, contábil e administrativa terão subordinação técnica à Pró-Reitoria Administrativa.

- **Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento**

Compete à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN coordenar as atividades de planejamento global e setorial da Universidade, compreendendo:

- o planejamento orçamentário;
- a modernização administrativa;
- o planejamento acadêmico;
- o controle e avaliação de plano, programa e projetos;
- a sistematização das informações administrativas.

- **Secretaria de Integração Universidade-Sector Produtivo – SIUSP**

Compete à Secretaria de Integração Universidade-Sector Produtivo – SIUSP a promoção de uma efetiva, contínua e eficaz interação entre esta Universidade e os setores produtivos estadual, regional e nacional, particularmente com o do estado da Paraíba, compreendendo as atribuições que estão no ANEXO XIII.

8 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 METODOLOGIA, DIMENSÕES E INSTRUMENTOS A SEREM UTILIZADOS NO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO

A auto-avaliação deve ser processo de construção coletiva e contínua, que utiliza recursos metodológicos e instrumentos variáveis, mas deve retratar a complexidade e riqueza da IES e efetivar mudanças, a partir das fragilidades e potencialidades detectadas. Compreende seguintes etapas:

- **Preparação:** constituição da CPA, elaboração do projeto de auto-avaliação e sensibilização dos atores envolvidos;
- **Desenvolvimento:** planejar ações, coletar dados e analisar resultados;
- **Consolidação do processo:** gerar relatórios críticos, divulgar resultados e acompanhar a efetivação de mudanças.

Os relatórios (parcial e final) gerados devem contemplar as dez (10) Dimensões do SINAES:

- **Dimensão 1 - A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);**

- Dimensão 2 - Políticas para o Ensino (graduação e pós-graduação); Pesquisa e Extensão;
- Dimensão 3 - A Responsabilidade Social;
- Dimensão 4 - Comunicação com a Sociedade
- Dimensão 5 - As Políticas de Pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo administrativo;
- Dimensão 6 - Organização e Gestão
- Dimensão 7 - Infraestrutura física;
- Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação;
- Dimensão 9 - Políticas de atendimento aos discentes;
- Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira.

O Instrumento de Avaliação Institucional Externa elaborado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES, são as Dimensões Avaliativas (10), que teve como referência os princípios e diretrizes do SINAES. E se constituem em marcos norteadores da Auto-avaliação.

No âmbito de cada instituição, compete a Comissão Própria de Avaliação - CPA, coordenar os trabalhos de implementação e acompanhamento da auto-avaliação institucional, contando com o apoio incondicional da gestão superior no que concerne ao suporte de infraestrutura e aporte de recursos humanos e financeiros. Para isto, deve elaborar instrumentos avaliativos (questionários, roteiros de entrevista, pesquisa de campo etc.), que deverão ser continuamente aperfeiçoados e adaptados ao acompanhamento e avaliação do PDI. Além de se apropriar da pesquisa documental da IES: Regimento, Estatuto, Resoluções e relatórios, de setores responsáveis pelas atividades-fim e/ou atividades-meio.

Os instrumentos elaborados poderão ser aplicados *on-line* e/ou de forma presencial e referidos em pesquisa documental.

8.2 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

A concepção de um projeto de avaliação institucional deve se fundamentar na idéia de integração, articulação e participação. Como exigência ética própria de um processo educativo, há necessidade da participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos) e representantes da sociedade civil.

A sensibilização dos atores envolvidos deverá ser continuamente ampliada e diversificada, utilizando-se os diversos meios de comunicação interna e externa, de modo a estimular mecanismos próprios de auto-avaliação, de forma que os gestores em todos os níveis possam assimilar e consolidar gradativamente a cultura da avaliação. Seminários, oficinas e fóruns deverão ser utilizados como mecanismos de discussão e sensibilização.

8.3 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

A auto-avaliação contínua tem entre suas funções mais importantes produzir conhecimentos, questionar finalidades primordiais, identificar fragilidades e potencialidades, ampliar a consciência pedagógica, efetivar o vínculo da instituição com o entorno social, prestar contas a sociedade e justificar publicamente sua existência. Para tanto, é imprescindível que os dados essenciais e pertinentes consolidem relatórios críticos que devem ser discutidos e aprovados pela comunidade.

Os resultados devem ser discutidos no âmbito institucional (docentes, discentes e técnico-administrativos) e com a sociedade civil organizada. Quanto mais ampla e participativa for a discussão, maior significado educativo terá a auto-avaliação. Em nível de gestão, a efetivação e o acompanhamento de mudanças representam um avanço no processo educativo.

Como ações conseqüentes da auto-avaliação vale ressaltar: o autoconhecimento, a diversidade, o planejamento de metas plausíveis, a troca de experiências e o ajuste de metodologias.

Das observações postadas no Relatório de Avaliação Externa - 2005-2008, e de reuniões da CPA com diversos atores da comunidade acadêmica, as ações planejadas para execução ao longo deste PDI são:

- Estabelecer mecanismos/sistemáticos de avaliação de ingressantes, evasão e retenção, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas;
- Implementar e acompanhar programas de apoio psicopedagógico aos discentes, compensação e orientação das dificuldades acadêmicas e sociais;
- Estabelecer mecanismo de acompanhamento dos egressos;
- Consolidar e acompanhar políticas de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida e dos portadores de necessidades especiais;

- Ampliar a participação dos discentes em programas acadêmicos: Estágios, Monitorias, Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional e em atividades de intercâmbio estudantil;
- Aprimorar os meios de comunicação interna e externa e consolidar a atuação da Ouvidoria;
- Implementar ações efetivas e contínuas de capacitação pedagógica voltada para a melhoria do processo ensino-aprendizagem e em gestão;
- Adequar às funções/cargos dos técnico-administrativos, conforme sua qualificação;
- Implantar pesquisa de satisfação de usuários das Pró-Reitorias e órgãos suplementares, como forma de avaliação de desempenho;
- Incluir representatividade da pós-graduação nos Conselhos Superiores;
- Implementar mecanismos de acompanhamento da qualidade dos serviços de higiene em todo o campus;
- Ampliar o acervo (diversidade e quantidade de títulos) das Bibliotecas (central e setorial);
- Estabelecer coerência entre as bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática e as práticas pedagógicas dos docentes;
- Consolidar a cultura de avaliação;
- Consolidar a CPA conforme sua legitimidade e propiciar maior reconhecimento institucional;
- Aprimorar os procedimentos de avaliação e acompanhamento do PDI, especialmente das atividades educativas;
- Fortalecer a relação entre a auto-avaliação e o planejamento;
- Estimular a participação da comunidade acadêmica (docente e discente), técnica-administrativa, e sociedade civil organizada na Comissão Própria de Avaliação - CPA, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

9.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES ACADÊMICAS

Atualmente, a infraestrutura dos centros da UFPB conta com 460 salas de aula, das quais 343 estão no Campus I, 53 no Campus II, 34 no Campus III e 30 no Campus IV. Através do

Reuni e do Programa de Expansão, serão construídas mais 223 salas, até 2012. No tocante às salas de docentes, há 580 salas nos Campi da UFPB e, até 2012, serão construídas mais 145 salas para cursos de graduação e pós-graduação.

Serão construídas 22 salas de coordenações e 19 salas de departamentos para os novos cursos, até 2012, que se somarão as 117 e 82 salas de coordenações e departamentos, respectivamente, já existentes. Além disso, até 2012, a UFPB terá um total de 24 bibliotecas setoriais (atualmente há 18 bibliotecas em funcionamento, além de uma biblioteca central).

QUADRO XII – INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES ACADÊMICAS			
	QUANTIDADE		TOTAL
	2009/2010*	2010**/2012	
Área de Lazer	32	23	55
Auditório	33	11	44
Banheiros	343	122	465
Biblioteca	18	6	24
Laboratórios	329	168	497
Salas de Aula	460	223	683
Salas de Coordenação	117	22	139
Salas de Departamento	82	19	101
Salas de Docente	580	145	725

*Até abril de 2010

**A partir de maio 2010

Fonte: Censo nos Centros realizado pela PROPLAN, em parceria com o REUNI e a Prefeitura Universitária.

9.2 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA

9.2.1 Laboratórios

a) Ensino Presencial

A Pró-Reitoria de Graduação (PRG) possui Programas de Manutenção e Modernização dos Laboratórios de Ensino de Graduação, com implementação prevista a partir de 2010. Esses programas fazem parte das ações propostas para a melhoria do ensino de graduação e contarão com linhas de financiamento destinadas à manutenção e à renovação de equipamentos desses laboratórios. A proposta para a distribuição dos recursos é a seguinte: 30% de cota fixa para todos os laboratórios e os 70% serão distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados e do total de créditos correspondentes.

Todos os projetos de manutenção e modernização dos laboratórios de ensino de graduação deverão estar devidamente justificados e aprovados pelos Colegiados do

Departamento e pela Comissão que será instituída na PRG, com o objetivo de fazer uma análise dos projetos.

b) Ensino à Distância

Aos estudantes, tutores e professores vinculados aos cursos à distância da UFPB são disponibilizados os seguintes laboratórios de informática:

- Laboratório de capacitação e trabalho tutorial à distância, com 44 (quarenta e quatro) computadores, instalados na Central de Aulas do Campus I;
- Laboratório instalado em cada prédio onde funciona o pólo de apoio presencial, contendo 30 (trinta) a 50 (cinquenta) computadores.

No decorrer do ano de 2010, dois novos laboratórios de informática estarão sendo implementados no prédio sede da Coordenação Geral da UFPB Virtú@1, contendo, no total, 60 (sessenta) computadores, destinados ao desenvolvimento de programas de capacitação para utilização da plataforma Moodle por parte de professores e tutores.

Os pólos de apoio presencial sediados em municípios de baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) começam a receber laboratórios pedagógicos para ensino Biologia e Matemática no ano de 2010.

9.2.2 Inovações tecnológicas

A Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/04), que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, instituiu que cada instituição científica e tecnológica (ICT) deve dispor de núcleo de inovação tecnológica, próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFPB foi criado em 2006 com o intuito de elaborar e manter uma política de inovação tecnológica e prestar apoio quanto aos processos de solicitação de patentes e registro de software e marca.

A UFPB tem importante papel no tocante à inovação tecnológica, com projetos que engajam alunos no estudo e desenvolvimento de tecnologias, a exemplo do projeto Baja UFPB, Laboratório de Aplicações de Vídeo Digitais (LAVID) e Laboratório de Tecnologia Farmacêutica (LTF).

O projeto Baja UFPB, do curso de Engenharia Mecânica, permite que os alunos projetem e construam protótipos veiculares sob orientação dos professores, respeitando os requisitos de

projeto e segurança impostos pela Society of Automotive Engineers (SAE) e sob o patrocínio da Petrobras.

O LAVID é referência nacional e internacional em desenvolvimento de tecnologia para TV Digital. Criado em 2003, integrado ao Departamento de Informática, o LAVID desenvolve estudos relativos às principais tendências tecnológicas mundiais nas áreas de vídeo e TV Digital.

Conjuntamente com o Telemídia da PUC-Rio, e com o apoio do NIT da UFPB, o LAVID desenvolveu o Ginga, o middleware nacional utilizado pelo Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). Outro diferencial é o desenvolvimento de programas interativos para a TV Digital, a exemplo do programa desenvolvido para o TV Escola, intitulado “Biblioteca Virtual da TV Escola”.

O LTF desenvolve atividades de ensino, pesquisa e produção de medicamentos. Com o apoio do NIT, iniciou processo para registro de patentes de medicamentos e cosméticos.

9.2.3 Biblioteca

a) Acervo por Centro de Ensino

QUADRO XIII – ACERVO POR CENTRO DE ENSINO										
CENTRO	LIVROS									
	2008		2009		2010		2011		2012	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
CCEN	37	69	162	1874	500	5000	450	4500	450	4500
CT	80	480	175	742	187	1875	168	1680	168	1680
CCSA	407	2421	82	516	125	1250	113	1130	113	1130
CCHLA	221	515	817	3017	813	8125	732	7320	732	7320
CCS	282	1464	241	1666	438	4375	394	3940	394	3940
CE	213	667	21	59	63	625	57	570	57	570
CCJ	1886	3554	396	1980	531	5313	478	4780	478	4780
CCM	-	-	-	-	313	3125	282	2820	282	2820
CCAE	-	-	97	515	32	313	29	290	29	290
CCA	75	378	360	914	94	938	85	850	85	850
CCHSA	75	308	86	514	32	313	29	290	29	290
TOTAL	3276	9856	2437	11797	3128	31252	2817	28170	2817	28170

Fonte: Biblioteca Central/UFPB

A aquisição projetada para os anos de 2010 a 2012:

QUADRO XIV – AQUISIÇÃO DE LIVROS PROJETADA (2010-2012)				
ANO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MÉDIA P/EXEMPLAR	TOTAL
2010	3128	31252	R\$ 80,00	R\$ 2.500.160,00
2011	2817	28170	R\$ 80,00	R\$ 2.253.600,00
2012	2817	28170	R\$ 80,00	R\$ 2.253.600,00
TOTAL DO TRIÊNIO				R\$ 7.007.360,00

Fonte: Biblioteca Central/UFPB

Adotou-se como parâmetro para as aquisições do próximo triênio, os exemplares comprados e recebidos por Centro em 2009, e adotou-se o critério da ordem de chegada; Em 2008 e 2009 os exemplares de medicina (CCM) foram computados no CCS; Foram comprados para o CCM, em 2009, 30 títulos e 142 exemplares (computados no CCS); Em 2008 o pagamento dos livros comprados para o Litoral Norte foi feito pela FJA; O acervo de outras formas de fontes de informação como: CD, DVD, VHS dentre outros, é formado exclusivamente de doações e de livros que acompanham o formato digital; Os periódicos que serão adquiridos eventualmente obedecerão demanda dos centros e a aquisição ficará condicionada ao título não constar na base de dados do PORTAL DA CAPES.

b) Formas de atualização e expansão do acervo

O acervo documental do Sistema de Bibliotecas é atualizado e expandido de acordo com as necessidades específicas de cada curso. Os centros de ensino são responsáveis pelo envio à Biblioteca Central da demanda bibliográfica de cada departamento. As aquisições são feitas através de compras por licitação na modalidade pregão eletrônico e doações que são criteriosamente selecionadas, por uma comissão de avaliação na Seção de Intercâmbio que integra a Divisão de Desenvolvimento das Coleções.

c) Horário de funcionamento

Para atender a comunidade acadêmica: alunos, professores, pesquisadores, funcionários e ao público em geral, de maneira funcional observando a necessidade e a demanda dos cursos diurnos e noturnos, a biblioteca funciona em horário ininterrupto de segunda a sexta feira de 8h às 21h30 e aos sábados das 8h as 13h.

d) Serviços oferecidos

Na estrutura organizacional da Biblioteca Central os serviços oferecidos aos usuários externos aparecem agrupados na Divisão de Serviços ao Usuário que é composta das seguintes seções: Circulação, Referência, Serviço de Informação e Documentação, Periódicos, Coleções

Especiais e Multimeios, outras duas divisões fazem parte do organograma: a Divisão do Desenvolvimento das Coleções e a Divisão de Processo Técnico, que são direcionadas ao público interno. O quadro abaixo demonstra de forma sintética os serviços disponibilizados pela Biblioteca Central através de sua Divisão de Serviços ao Usuário.

QUADRO XV – SERVIÇOS OFERECIDOS PELA BIBLIOTECA CENTRAL
- Catálogo do acervo impresso, disponível para consulta local
- Acesso disponível pela Intranet aos serviços
- Acesso disponível pela Internet ao acervo eletrônico
- Participação em redes de bibliografia (CCN, Bibliodata e OCLC)
- Comutação bibliográfica
- Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos
- Reserva da bibliografia usada nos cursos
- Horário de funcionamento diário ininterrupto
- Livre acesso ao acervo, possibilitando ao usuário o manuseio das obras
- Acessibilidade para portadores de necessidades especiais
- Acessibilidade do site na Web
- Página web da biblioteca
- Capacitação de usuários (presencial)
- Pesquisa bibliográfica
- Empréstimo domiciliar
- Serviço de renovação de livros on-line e histórico dos usuários enviado por e-mail
- Participação no Portal. Periódicos Capes
- Biblioteca digital institucional (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações BDTD)

Fonte: Biblioteca Central/UFPB

10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

Esta ação deve ser planejada e desenvolvida pelas unidades: Prefeitura Universitária, PRA, PRG, PRAC, Biblioteca Central, NTI, NEDESP e SUVAG. Assim, em conformidade com a Lei 10.098/2000 e com o Decreto Presidencial Nº 5.296/2004, o conjunto de metas delineadas neste item está conjugado às compilações da legislação hora vigente, adaptadas às condições físicas, financeiras e administrativas desta IFES.

Tal procedimento foca na prioridade do planejamento, para viabilizar o atendimento às pessoas as quais especificam a lei e o decreto acima mencionados, estabelecendo os critérios básicos a serem implementados para a promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência e/ou com mobilidade reduzida, nesta universidade.

Para fins de normatização de conceitos, adotam-se neste item as definições *Ipsis litteris* do Art. 8º do Decreto 5.296/2004 (ver ANEXO XIV), onde são delineados os significados de: acessibilidade, barreiras (urbanística, nas edificações, nos transportes, nas comunicações e nas

informações), elemento da urbanização, mobiliário urbano, ajuda técnica, edificações de uso público, edificações de uso coletivo, edificações de uso privado e desenho universal.

Após a padronização destes conceitos, as medidas a serem propostas por esta IFES, agrupam-se basicamente em 07 grandes grupos de ações:

- I) **O planejamento dos elementos de urbanização:** a natureza das ações deste item visa construir o planejamento para possibilitar a urbanização das vias públicas e dos demais espaços de uso público nesta instituição de ensino, onde esses deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis, obedecendo-se a ordem de prioridade que vise uma maior eficiência nas modificações, no sentido de promover mais ampla acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- II) **Desenho e localização do mobiliário urbano:** no tocante a este item, será feito o levantamento dos mecanismos de sinalização (placas, postes de iluminação, semáforos e/ou quaisquer outros elementos verticais de sinalização) que estão alocados e que necessitem ser instalados em itinerário ou espaço de acesso por pedestres para que esses possam ser dispostos de forma a não dificultar ou impedir a circulação. Sobre os elementos do mobiliário urbano, esses deverão ser projetados e instalados em locais que permitam sejam eles utilizados pelas pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- III) **Acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo:** No conjunto de ações a serem desenvolvidas planeja-se, a construção, a ampliação e/ou reforma de edifícios públicos destinados ao uso coletivo, de modo que se tornem acessíveis, ou seja, adaptados às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, obedecendo às determinações da legislação vigente no que diz respeito: às áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e aos estacionamentos de uso público, devem apresentar a reserva de vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres devidamente sinalizadas, estando os acessos ao interior da edificação livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade; à instalação ou adaptação de um dos itinerários que devem se comunicar horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior; à disponibilidade de banheiros acessíveis aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, assim como, à reforma e adaptação de locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar, que deverão dispor

de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante e demais casos previstos na legislação.

- IV) **Acessibilidade nos edifícios de uso privado:** A construção ou adaptação de uso aos edifícios de uso privativo nesta IFES (a exemplo de lanchonetes, copiadoras, *lan-houses* e demais instalações) deverão ser planejadas e adaptadas de maneira favorável à acessibilidade, unindo as unidades com o exterior, ao percurso acessível que una a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos e por fim à cabine do elevador (quando for o caso) com a respectiva porta de entrada acessível às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- V) **Acessibilidade aos locais de parada e ou estacionamento de veículos de transporte coletivo e privado:** Neste item, recomenda-se uma parceria da IFES com a gestão municipal através de TERMO DE COOPERAÇÃO E DE AJUDA TÉCNICA, a fim de viabilizar a acessibilidade aos meios de transporte coletivo e parada/estacionamento de veículos de uso privado, que deverão cumprir os requisitos de acessibilidade estabelecidos nas normas técnicas específicas, assim como a adaptação dos acessos aos locais de parada e/ou estacionamento desses espaços dentro dos *Campi* da instituição.
- VI) **Acessibilidade aos sistemas de comunicação e sinalização:** Nesta ação, compete à instituição promover, conforme a legislação vigente, a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.
- VII) **Implementação de medidas de fomento à eliminação de barreiras dentro dos Campi:** Compete aos órgãos desta IFES fazer um diagnóstico da situação atual da UFPB, identificando as barreiras arquitetônicas, necessidade de implantação de sinalização sonora e tátil, meios de comunicação e informações, serviço de tradução e intérprete, mobiliário e equipamentos adaptados, com apoio dos usuários que são portadores de necessidades especiais. Identificadas as demandas, a Prefeitura Universitária, juntamente com as unidades a que competir as ações, executará as medidas corretivas nos locais

que serão e que já estão sendo utilizados pelos portadores de necessidades especiais, estendendo-se, gradualmente, para todas as edificações e acessos da UFPB, em todos os seus quatro *Campi*.

a) No tocante ao ensino presencial:

Entre as ações afirmativas existentes e que se pretende dar continuidade, destaca-se o Comitê de Apoio ao Estudante Portador de Necessidades Especiais – COMPORTA ESPECIAL, criado pela da Pró-Reitoria de Graduação, que tem como objetivo maior promover a inclusão do portador de necessidades especiais na Instituição. Este Comitê tem por objetivos:

- Ampliação, de forma planejada e sustentável, do suporte adequado ao estudante com necessidades especiais nas questões de acessibilidade pedagógica.
- Priorização, na ampliação e reforma do espaço físico da UFPB, da construção de rampas e passarelas para o acesso da pessoa com mobilidade reduzida, e da instalação de bebedouros e telefones públicos acessíveis ao usuário de cadeira de rodas.
- Promoção de cursos de BRAILLE e de Língua de Sinais para estudantes, professores e funcionários.
- Promoção de cursos de formação para intérprete de Língua de Sinais.
- Elaboração de plano de ação que possibilite ao estudante com necessidades especiais local de estágio compatível com a sua necessidade e deficiência.

Também se destacam as ações de assistência estudantil voltadas para estudantes de baixa renda, contemplados pela oferta de moradia (Residências Universitárias) e de alimentação (Restaurantes Universitários), em funcionamento em todos os campi, sem custos financeiros para os estudantes cadastrados nos respectivos serviços.

b) No tocante ao ensino a distância:

Os alunos dos cursos de graduação à distância estão inseridos nos levantamentos realizados normalmente pela UFPB por ocasião da matrícula institucional, momento em que são identificados aqueles portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida. A dificuldade adicional para elaboração de ações visando o atendimento a esses alunos reside no fato dos mesmos, em maioria, encontrarem-se residindo em município do interior do Estado e frequentando algum dos pólos de apoio presencial.

As coordenações de pólos recebem orientações da Diretoria de Educação a Distância da CAPES, além de suporte do corpo técnico especializado da UFPB, para que procedam à adequação das instalações físicas do pólo às necessidades de acessibilidade desses usuários.

Ainda nesse sentido, terá início na UFPB, no período letivo 2010.1, o Curso de Licenciatura em Letras – LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), objetivando a formação de professores de Português através da Língua Brasileira de Sinais, fato que, certamente, marcará a presença da instituição na comunidade de surdos, promovendo, de forma mais geral, uma reflexão sobre sua relação com portadores de necessidades especiais.

11 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A Universidade Federal da Paraíba integra o Orçamento Geral da União como unidade vinculada ao Ministério da Educação. O seu orçamento, em última análise, está ligado à vinculação constitucional das receitas da União destinadas à educação, pois a UFPB participa daqueles recursos junto com as demais instituições federais de ensino superior segundo uma matriz de partição em que são levados em consideração alguns indicadores: o valor básico de custeio e o número de alunos equivalentes, este último baseado em número de matrículas, número de concluintes, taxa de evasão, grau de complexidade dos cursos, atividades de pesquisa e extensão etc. A sustentabilidade da UFPB depende da sua expansão quantitativa e da melhoria dos seus indicadores de eficiência e eficácia em grau, no mínimo, igual à média do sistema federal de ensino superior. Com desempenho igual à média do sistema fica garantida à UFPB uma expansão no seu orçamento igual à expansão dos recursos alocados à educação superior no país.

Nesse sentido, os quadros abaixo fazem uma projeção das receitas e despesas da UFPB e do HULW, uma vez que a partir de 2009 o orçamento do HULW foi separado da universidade por meio da PORTARIA Nº 4, DE 29 DE ABRIL DE 2008. Outro fato relevante é que o Financiamento dos Hospitais Universitário Federais será partilhado, paritariamente, entre o Ministério da Educação e o da Saúde, conforme DECRETO Nº 7.082, de 27 de Janeiro de 2010, onde em 2010 o Ministério da Saúde alocará para os Hospitais 85% do valor consignado no orçamento anual do Ministério da Educação, em 2011 essa porcentagem passa para 92,5% e a partir de 2012 o Ministério da Saúde alocará o mesmo valor consignado no orçamento anual do MEC. Conforme a lei o financiamento mencionado acima diz respeito ao “montante total das despesas correntes alocadas para esses hospitais, bem como das despesas de capital necessárias à sua reestruturação e modernização, excluindo-se deste montante as despesas com inativos e pensionistas”.

Assim, para a projeção de receita e despesa utilizou-se indicadores como a elevação no número de alunos matriculados, aumento do quadro de servidores docentes e técnicos administrativos, bem como o aumento da estrutura física da Universidade que demandará mais recursos de custeio para a sua manutenção, tudo isso em boa parte dado pela expansão e reestruturação ocorrida por meio do programa REUNI.

A projeção realizada para o HULW não contém os dados orçamentários que serão implantados na unidade quando da implantação do programa REHUF, uma vez que o projeto ainda não foi finalizado. Deste modo, não se tem a dimensão e os impactos desse programa na estrutura do hospital, impossibilitando uma projeção mais detalhada das receitas e despesas do mesmo no horizonte de tempo pretendido.

No quadro XVI está discriminada a projeção de receita da UFPB, para a sua confecção foi utilizado o custo corrente por aluno da unidade. Assim, tomando por base o custo corrente por aluno (graduação e pós-graduação *stricto sensu*) do ano de 2009, e com base na projeção de matrícula para os anos posteriores (projeção utilizada no Projeto REUNI), realizou-se uma estimativa desse custo para os anos seguintes.

(EM R\$1,00)

QUADRO XVI – PROJEÇÃO DE RECEITAS –UFPB (2009-2012)				
TIPO	2009*	2010	2011	2012**
Tesouro	704.553.819	946.177.862	979.623.234	953.208.187
Própria	5.952.783	7.630.467	7.900.187	9.628.366
Convênio	120.000	132.000	145.200	159.720
Outras Receitas				
TOTAL	710.626.602	953.940.328	987.668.621	962.996.273

* Obs.: A Receita de 2009 está de acordo com a receita disponível no ano.

** A receita total prevista para 2012 diminui em relação ao ano anterior devido ao término dos investimentos do Projeto REUNI.

Fonte: PROPLAN/UFPB

Utilizando das informações dos orçamentos anteriores da UFPB, para a estimação das despesas esperadas até 2012, manteve-se constante o peso percentual de cada item do orçamento, como hipótese para os anos seguintes. De posse da previsão de custos corrente para os anos de 2010, 2011 e 2012 foi realizado uma estimativa do orçamento total da UFPB, sendo este distribuído de acordo com os itens do quadro XVII. Com relação às receitas de convênio da UFPB considerou-se o montante de recursos de convênio firmado com a iniciativa privada, enquanto que, no caso do HULW, foi considerado na parte de convênios a contratualização do SUS. Vale ressaltar que, devido às incertezas inerentes às estimativas, tendo em vista que o orçamento da universidade depende da aprovação de sua proposta por parte do Governo Federal,

onde o orçamento Federal por sua vez está exposto a fatores exógenos a Universidade, como o aumento ou diminuição da arrecadação, criação de novos programas para as IFES, estes, dentre outros fatores, acarretam um prejuízo para a precisão da estimativa realizada. Desta forma, em hipótese alguma, deve-se tomar estas estimativas como garantias de recursos futuros.

(EM R\$1,00)

QUADRO XVII – PROJEÇÃO DAS DESPESAS –UFPB (2009-2012)

	2009				2010			
TIPO	TESOURO	PRÓPRIOS	CONVÊNIO	TOTAL	TESOURO	PRÓPRIOS	CONVÊNIO	TOTAL
Pessoal	605.993.500			605.993.500	810.737.079			810.737.079
Ativo	299.895.479			299.895.479	400.599.498			400.599.498
Inativo/Pensionista	247.012.324			247.012.324	333.832.915			333.832.915
Contribuição Patronal	59.085.697			59.085.697	76.304.666			76.304.666
Manutenção	98.560.319	5.952.783	120.000	104.633.102	135.440.783	7.630.467	132.000	143.203.249
Custeio	64.056.786	5.452.783	120.000	69.629.569	86.796.558	7.130.467	132.000	94.059.024
Capital	34.503.533	500.000		35.003.533	48.644.225	500.000		49.144.225
TOTAL	704.553.819	5.952.783		710.626.602	946.177.862	7.630.467		953.940.328
	2011				2012			
TIPO	TESOURO	PRÓPRIOS	CONVÊNIO	TOTAL	TESOURO	PRÓPRIOS	CONVÊNIO	TOTAL
Pessoal	839.394.908			839.394.908	818.411.070			818.411.070
Ativo	414.759.837			414.759.837	404.391.352			404.391.352
Inativo/Pensionista	345.633.197			345.633.197	336.992.793			336.992.793
Contribuição Patronal	79.001.874			79.001.874	77.026.924			77.026.924
Manutenção	140.228.326	7.900.187	145.200	148.273.713	134.797.117	9.628.366	159.720	144.589.203
Custeio	89.864.631	7.400.187	145.200	97.264.819	119.391.733	9.128.366	159.720	128.679.818
Capital	50.363.694	500.000		50.863.694	17.331.058	500.000		17.831.058
TOTAL	979.623.234	7.900.187		987.668.621	953.208.187	9.628.366	159.720	962.996.273

Fonte: PROPLAN/UFPB

Para a elaboração dos quadros de projeção de receita e despesas do HULW foi utilizada a mesma metodologia da estimativa da UFPB, assim segue abaixo os quadros XVIII e XIX, onde estão discriminadas as projeções de receitas e despesas, respectivamente.

(EM R\$1,00)

QUADRO XVIII – PROJEÇÃO DE RECEITAS – HULW				
Tipo	2009	2010	2011	2012
Tesouro	85.793.731	114.063.499	118.095.401	121.920.334
Própria	26.699	35.497	36.751	37.942
Convênio	16.667.314	22.159.337	22.942.622	23.685.700
Outras Receitas				
Total	102.487.744	136.258.333	141.074.774	145.643.976

Fonte: PROPLAN/UFPB

(EM R\$1,00)

QUADRO XIX – PROJEÇÃO DAS DESPESAS – HULW (2009-2012)								
Tipo	2009				2010			
	Tesouro	Próprios	Convênio	Total	Tesouro	Próprios	Convênio	Total
Pessoal	83.038.046			83.038.046	110.399.792			110.399.792
Ativo	60.817.486			60.817.486	80.857.368			80.857.368
Inativo/Pensionista	10.012.466			10.012.466	13.311.659			13.311.659
Obrigação Patronal	12.208.094			12.208.094	16.230.765			16.230.765
Manutenção	2.755.686	26.699	16.667.314	19.449.699	3.663.707	35.497	22.159.337	25.858.541
Custeio	2.568.746	26.699	16.099.209	18.694.653	3.415.169	35.497	21.404.036	24.854.701
Capital	186.940		568.106	755.046	248.538		755.301	1.003.840
Total	85.793.731	53.398	16.667.314	102.487.745	114.063.499	35.497	22.159.337	136.258.333
Tipo	2011				2012			
	Tesouro	Próprios	Convênio	Total	Tesouro	Próprios	Convênio	Total
Pessoal	114.302.189			114.302.189	118.004.266			118.004.266
Ativo	83.715.503			83.715.503	86.426.923			86.426.923
Inativo/Pensionista	13.782.197			13.782.197	14.228.582			14.228.582
Obrigação Patronal	16.804.488			16.804.488	17.348.761			17.348.761
Manutenção	3.793.212	36.751	22.942.622	26.772.585	3.916.068	37.942	23.685.700	27.639.709
Custeio	3.535.888	36.751	22.160.623	25.733.262	3.650.410	36.751	22.878.372	26.565.534
Capital	257.324		782.000	1.039.323	265.658		807.328	1.072.986
Total	118.095.401	36.751	22.942.622	141.074.774	121.920.334	37.942	23.685.700	145.643.976

Fonte: PROPLAN/UFPB

ANEXOS

ANEXO I – PERFIS ACADÊMICO-ADMINISTRATIVOS DOS CENTROS DA UFPB

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CCEN		
MISSÃO: Ser um centro de referência nas diversas áreas de sua competência, com destaque na formação de recursos humanos altamente qualificados (graduados e pós-graduados) e em produtos de pesquisa e extensão. Aperfeiçoar o modelo de gestão em todas as suas instâncias, tendo como fundamento o planejamento participativo, democrático e transparente.		
VISÃO: Realizar atividades de ensino pesquisa e extensão nas áreas de Ciências Biológicas, Geografia, Química, Estatística, Física, Matemática e Ciência da Computação, de forma a contribuir decisivamente para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e sócio-econômico do Nordeste, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da integração com a sociedade e do exercício pleno da cidadania.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	11	11
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	600	730
Número de alunos diplomados	259	445
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	17%	83%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	60,44%	90%
Relação alunos de graduação/matricula projetada por professor	10,85	12,95
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	2.495	3.303
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	9	9 - 10
Número de cursos de Doutorado	5	5 - 9
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	33%	100%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	40%	100%
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	499	697
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	230	255
Percentual de doutores no corpo docente	79%	81%
Número de servidores técnico-administrativos	161	170
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	31	39
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	118	119
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	12	12
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	35	58
Número de ambientes de professores	134	155
Número de laboratórios	81	98
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	25	25

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (6 Cursos).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CCHLA		
MISSÃO: Realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, nas áreas das ciências humanas, à base do planejamento estratégico participativo da vida acadêmico-administrativa institucional, visando o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da integração com a sociedade e do exercício da cidadania.		
VISÃO: O Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB tem como visão de futuro institucional a melhoria na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. O CCHLA, como organismo da UFPB ambiciona se tornar um Centro de referência nacional de alto nível na produção de ciência, cultura e arte, com atuação relevante no desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e sócio-econômico da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	40	41
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	1.430	1.649
Número de alunos diplomados	601	960
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	36%	80%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	75,06%	90%
Relação alunos de graduação/matriculados projetada por professor	14,43	17,36
Número de alunos/matriculados projetados nos cursos presenciais de graduação	5.528	7.428
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	10	12 - 15
Número de cursos de Doutorado	5	5 - 9
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	50%	83,33%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	17%	100%
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	783	1.113
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	383	428
Percentual de doutores no corpo docente	62%	68%
Número de servidores técnico-administrativos	175	192
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	40	53
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	133	137
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	2	2
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	73	124
Número de ambientes de professores	80	93
Número de laboratórios	13	25
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	40	43

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (11 Cursos)

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CCJ		
MISSÃO: Através do ensino de graduação e pós-graduação, da investigação científica e da extensão universitária, consolidar um ensino jurídico de referência nacional comprometido com o desenvolvimento local e capaz de formar profissionais atuantes na construção de uma sociedade plural, fundada nos valores da paz, da democracia e dos direitos humanos.		
VISÃO: O CCJ como Centro de referência nacional na formação e capacitação de profissionais e acadêmicos voltados para a concepção e efetivação de um Estado de direito plural e democrático, sob a inspiração e influência dos direitos humanos, estabelecendo a justiça, o desenvolvimento e a cidadania como condicionantes das atividades de ensino, pesquisa e extensão.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	2	2
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	300	400
Número de alunos diplomados	128	109
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	100%	100%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	106,67%	90%
Relação alunos de graduação/matriculados projetada por professor	8,74	20,18
Número de alunos/matriculados projetados nos cursos presenciais de graduação	839	2240
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	1	1
Número de cursos de Doutorado	0	1
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	100%	100%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	-	-
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	82	180
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	96	111
Percentual de doutores no corpo docente	25%	36%
Número de servidores técnico-administrativos	62	78
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	11	12
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	50	63
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	1	3
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	19	25
Número de ambientes de professores	9	19
Número de laboratórios	1	5
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	7	10

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (1 Curso).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CCM		
MISSÃO: Formar profissionais éticos, humanos, competentes, críticos e reflexivos, sabedores da responsabilidade social e aptos a desempenharem suas atividades nos diversos níveis de complexidade na assistência a saúde. O CCM também tem como missão a produção e a difusão do conhecimento na comunidade.		
VISÃO: Consolidar-se como um dos principais Centros de formação, produção e difusão das ciências médicas nos seus diversos níveis, no nosso País.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	1	1
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	105	127
Número de alunos diplomados	100	90
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	0%	100%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	96,15%	97%
Relação alunos de graduação/matriculada projetada por professor	4,54	5,49
Número de alunos/matriculadas projetadas nos cursos presenciais de graduação	663	812
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	-	0-1
Número de cursos de Doutorado	-	0-1
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	-	-
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	-	-
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	-	54
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	146	148
Percentual de doutores no corpo docente	32%	33%
Número de servidores técnico-administrativos	29	38
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	8	11
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	20	26
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	1	1
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	0	20
Número de ambientes de professores	0	25
Número de laboratórios	0	6
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	0	8

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (1 Curso).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

" A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CCS		
MISSÃO: Formar profissionais e prestar serviços na área da saúde com vistas a contribuir para a consolidação da Política Nacional de Saúde.		
VISÃO: CCS como importante Centro de formação, pesquisa e extensão na área da saúde, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	11	12
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	580	690
Número de alunos diplomados	464	455
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	40%	83%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	90,23%	90%
Relação alunos de graduação/matricula projetada por professor	7,94	10,48
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	2.667	3.677
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	5	8 - 11
Número de cursos de Doutorado	2	3 - 5
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	20%	62,50%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	50%	66,67%
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	283	585
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	336	351
Percentual de doutores no corpo docente	51%	57%
Número de servidores técnico-administrativos	300	310
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	59	61
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	221	229
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	20	20
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	78	94
Número de ambientes de professores	89	101
Número de laboratórios	82	94
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	20	24

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (5 Cursos).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

" A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CCSA		
MISSÃO: O Centro de Ciências Sociais Aplicadas tem como missão a promoção e a integração do ensino, a pesquisa e a extensão nas áreas de Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Economia, procurando atender progressiva e qualitativamente as necessidades da sociedade onde está inserido, realizando ao mesmo tempo as aspirações de auto-realização dos seus colaboradores.		
VISÃO: O CCSA, tornou-se o centro de excelência da Paraíba e um dos melhores do Nordeste nas áreas de Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Economia, sendo referência no ensino, pesquisa e extensão voltados para as demandas locais, regionais e nacionais. Para isso conta com um corpo docente e técnico-administrativo qualificado, com um sistema de gestão democrático e eficaz, além de uma infra-estrutura moderna e bem dimensionada.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	5	7
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	760	1125
Número de alunos diplomados	316	635
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	25%	100%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	56,47%	90%
Relação alunos de graduação/matricula projetada por professor	28,33	34,29
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	3513	5040
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	4	5
Número de cursos de Doutorado	1	3
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	50%	80%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	0%	33,33%
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	147	280
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	124	147
Percentual de doutores no corpo docente	50%	62%
Número de servidores técnico-administrativos	89	115
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	23	26
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	66	89
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	0	0
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	18	37
Número de ambientes de professores	54	60
Número de laboratórios	4	10
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	15	21

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (4 Cursos).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CE		
MISSÃO: Promover, fomentar e articular ações de ensino, pesquisa e extensão inclusivas, inovadoras e de qualidade social na formação dos profissionais da Educação, numa perspectiva omnilateral, com vistas à solução de problemas educacionais e o avanço educativo, científico e cultural nos contextos local e global.		
VISÃO: O Centro de Educação da UFPB, como espaço de referência acadêmico-científica na formação humana e profissional, por meio da produção e socialização do conhecimento no campo da educação, fundado na gestão democrática participativa, pretende contribuir para a inclusão educacional, a superação das desigualdades sociais, a construção da democracia e a promoção da justiça social.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	5	7
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	470	718
Número de alunos diplomados	185	269
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	100%	100%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	80,43%	90%
Relação alunos de graduação/matricula projetada por professor	11	19,74
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	1617	3.159
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	2	2
Número de cursos de Doutorado	1	1
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	50%	100%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	0%	100%
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	293	300
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	147	160
Percentual de doutores no corpo docente	64%	68%
Número de servidores técnico-administrativos	125	130
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	43	44
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	78	82
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	4	4
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	30	30
Número de ambientes de professores	34	46
Número de laboratórios	10	10
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	11	17

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (1 Curso).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CT		
MISSÃO: Servir a sociedade, através da geração, transmissão e divulgação do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia de Alimentos, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia Química, e Química Industrial, visando formar cidadãos livres, empreendedores e inovadores, com ética, responsabilidade social e ambiental, promovendo a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos e de vida da população.		
VISÃO: O CT, um dos mais importantes Centros da UFPB, universidade pública, gratuita e estatal, sendo referência no ensino, pesquisa e extensão, funcionando com uma boa infra-estrutura e um modelo gerencial democrático e eficiente, adequados às múltiplas transformações e demandas da sociedade, tendo uma relevante atuação voltada ao desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico da Paraíba, do Nordeste e do Brasil, visando à melhoria da qualidade de vida da população.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	11	11
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	700	840
Número de alunos diplomados	192	437
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	0%	50%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	48,49%	90%
Relação alunos de graduação/matriculada projetada por professor	14,51	23,21
Número de alunos/matriculadas projetadas nos cursos presenciais de graduação	2.495	4.479
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	5	7 -10
Número de cursos de Doutorado	2	4
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	40%	71,43%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	0%	50,00%
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	379	806
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	172	193
Percentual de doutores no corpo docente	70%	73%
Número de servidores técnico-administrativos	184	236
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	36	50
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	134	172
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	14	14
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	40	60
Número de ambientes de professores	59	76
Número de laboratórios	49	82
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	17	72

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (5 Cursos).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CTDR		
<p>MISSÃO: Fornecer um ambiente propício à formação de profissionais com base na ética, cidadania, conhecimento técnico-científico aplicado à prática e no atendimento às necessidades econômicas contemporâneas, por meio de uma proposta educacional continuamente inovadora, assim contribuindo para uma melhor qualidade de vida do indivíduo, da sociedade e promovendo perspectivas de futuro contextualizadas com a realidade regional e integradas ao desenvolvimento do Brasil.</p>		
<p>VISÃO: A visão de futuro do CTDR está alinhada com a visão da UFPB no sentido de manter-se como um centro de referência no ensino público, pesquisa e extensão, funcionando com uma boa infra-estrutura e um modelo gerencial democrático e eficiente, adequados às múltiplas transformações e demandas da sociedade, tendo uma relevante atuação dinamizadora no desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico da Paraíba, do Nordeste e do Brasil, visando à melhoria da qualidade de vida.</p>		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	-	3
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	-	300
Número de alunos diplomados	-	-
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	-	-
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	-	-
Relação alunos de graduação/matrícula projetada por professor	-	27,45
Número de alunos/matrículas projetadas nos cursos presenciais de graduação	-	1.098
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	-	0-2
Número de cursos de Doutorado	-	-
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	-	-
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	-	-
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	-	54
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	-	40
Percentual de doutores no corpo docente	-	70%
Número de servidores técnico-administrativos	-	32
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	-	2
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	-	30
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	-	0
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	0	12
Número de laboratórios	0	8
Número de ambientes de professores	0	0
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	0	0

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (0 Curso).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

'''Reformas com recursos REUNI

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CCA		
MISSÃO: Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental produzindo inovação tecnológica por meio do ensino, pesquisa e extensão formando profissionais qualificados nas áreas das ciências agrárias e da natureza.		
VISÃO: Centro de excelência no desenvolvimento científico, tecnológico, socioeconômico e ambiental da Paraíba, do nordeste e do Brasil, referência nacional e internacional nas áreas de ciências agrárias e da natureza.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	5	5
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	260	310
Número de alunos diplomados	67	189
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	0%	67%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	60,91%	90%
Relação alunos de graduação/matriculada projetada por professor	9,93	15,04
Número de alunos/matriculadas projetadas nos cursos presenciais de graduação	933	1.594
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	3	8
Número de cursos de Doutorado	2	3
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	100%	37,50%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	50%	66,67%
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	244	605
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	94	106
Percentual de doutores no corpo docente	72%	75%
Número de servidores técnico-administrativos	197	215
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	22	26
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	110	124
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	65	65
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	53	66
Número de ambientes de professores	74	90
Número de laboratórios	43	90
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	34	36

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (2 Cursos).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CCHSA		
MISSÃO: Realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas agroindustrial, agrárias, sociais, humanas e agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável da região.		
VISÃO: O CCHSA será um Centro de referência para o desenvolvimento agroindustrial, social aplicado e educacional no ensino, pesquisa e extensão, de forma orgânica e holística para a melhoria da qualidade de vida sustentável.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	4	5
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	330	370
Número de alunos diplomados	50	113
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	0%	100%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)	47%	90%
Relação alunos de graduação/matricula projetada por professor	12,10	21,84
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	811	1.813
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	1	1
Número de cursos de Doutorado	-	0-1
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	0%	100%
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	-	-
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	12	30
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	67	83
Percentual de doutores no corpo docente	38%	58%
Número de servidores técnico-administrativos	118	145
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	8	14
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	73	94
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	37	37
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	40	46
Número de ambientes de professores	32	37
Número de laboratórios	34	41
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	14	14

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (1 Curso).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

PERFIL ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO – CCAE		
MISSÃO: Ser reconhecida como instituição promotora de desenvolvimento regional sustentado e referência em educação superior no litoral norte paraibano.		
VISÃO: Conquistar autonomia administrativa e acadêmica para a realização plena e eficiente das atividades de ensino, pesquisa e extensão.		
GRADUAÇÃO	2009	2012
Número de cursos presenciais (critério INEP)	10	12
Número de vagas ofertadas para ingresso anual de alunos nos cursos presenciais	800	900
Número de alunos diplomados	-	720
Percentual dos cursos de graduação avaliados com os dois mais altos conceitos atribuídos pelo ENADE ¹ .	-	80%
Taxa de sucesso de diplomados ² (indicador REUNI)		90%
Relação alunos de graduação/matricula projetada por professor	18,10	21,06
Número de alunos/matriculas projetadas nos cursos presenciais de graduação	1.900	4.001
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	2009	2012
Número de cursos de Mestrado	0	2
Número de cursos de Doutorado	0	0
Percentual dos cursos de mestrado avaliados pela CAPES com conceitos 4 e 5	-	-
Percentual dos cursos de doutorado avaliados pela CAPES com conceitos 5, 6 e 7	-	-
Número de alunos matriculados nos cursos presenciais de pós-graduação (mestrado e doutorado)	-	60
RECURSOS HUMANOS	2009	2012
Número de professores do quadro docente	105	190
Percentual de doutores no corpo docente	32%	53%
Número de servidores técnico-administrativos	34	59
Número de servidores técnico-administrativos de nível superior	11	14
Número de servidores técnico-administrativos de nível intermediário	21	43
Número de servidores técnico-administrativos de nível de apoio	2	2
INFRA-ESTRUTURA (BASE ACADÊMICA)	2009-2010'	2010''/2012
Número de salas de aula	30	56
Número de ambientes de professores	12	26
Número de laboratórios	16	30
Número de salas para órgãos acadêmico-administrativos (coordenações e departamentos)	10	24

¹ Percentual baseado no número de cursos avaliados pelo ENADE (0 Curso).

² A taxa de conclusão é obtida considerando o número de diplomados no ano em relação aos ingressantes há, em média, 05 anos.

'Até maio de 2010

'' A partir de junho de 2010

ANEXO II – CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM ABRIL/2010

QUADRO XXI - DOCENTES DE 3º GRAU E DO ENS. BÁSICO TÁC. E TECNOLÓGICO (EBTT) ATIVOS – ABRIL/2010														
CENTROS	TOTAL	CATEGORIAS						REGIME DE TRABALHO			TITULAÇÃO			
		Aux	Ass	Adj	Ado	Tit	EBTT*	T-20	T-40	DE	GR	ESP	MS	D/LD
REITORIA	15	0	6	7	2	0	6	0	1	14	0	0	8	7
CCEN	238	0	31	112	93	2	1	2	5	231	0	3	47	181
CCSA	130	1	52	57	17	3	0	3	6	121	4	3	60	63
CE	149	2	43	83	20	1	26	0	1	148	0	4	49	96
CCHLA	386	10	114	185	76	1	3	0	19	367	23	3	119	241
CCJ	97	9	54	29	5	0	0	37	10	50	11	8	53	25
CCS	341	6	105	172	53	5	28	29	52	260	5	21	138	177
CT	177	1	21	98	53	4	3	0	10	167	1	4	45	127
CCM	145	35	38	58	14	0	0	38	50	57	12	49	37	47
CCA	97	3	15	56	23	0	2	6	2	89	1	4	23	69
CCHSA	53	1	27	19	6	0	49	0	10	57	1	1	32	19
CCAE	112	0	75	37	0	0	0	1	0	111	0	0	75	37
SRH	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PRG	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

* Dados referentes a regime de trabalho e titulação do EBTT em atualização e não contabilizados nas respectivas colunas.

Fonte: SRH/UFPB

QUADRO XXII - SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS ATIVOS - ABRIL/2010				
UNIDADES	TOTAL	NÍVEIS		
		NS	NI	NA
Reitoria	163	57	97	9
Superintendência de Recursos Humanos	119	29	82	8
Prefeitura Universitária	179	31	112	36
Biblioteca Central	102	39	59	4
Núcleo de Tecnologia da Informação	61	29	31	1
Editora Universitária	22	3	18	1
Laboratório de Tecnologia Farmacêutica	48	13	29	6
Hospital Universitário Lauro Wanderley	1065	482	505	78
Pró-Reitoria Administrativa	130	45	80	5
Pró-Reitoria de Graduação	50	16	33	1
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração	15	8	7	0
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa	27	10	16	1
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários	148	52	75	21
Centro de Ciências Exatas e da Natureza	167	38	118	11
Centro de Ciências Sociais Aplicadas	99	24	75	0
Centro de Educação	132	46	82	4
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	190	49	139	2
Centro de Ciências Jurídicas	75	15	59	1
Centro de Ciências da Saúde	311	65	227	19
Centro de Tecnologia	199	40	144	15
Centro de Ciências Médicas	50	11	38	1

Centro de Ciências Agrárias	213	28	118	67
Centro de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas	127	18	75	34
Centro de Ciências Aplicadas e Educação	32	10	20	2
TOTAL	3724	1158	2239	327

Fonte: SRH/UFPB

ANEXO III – OS PROGRAMAS ESTRUTURANTES

Os Programas Estruturantes (PE's) estão organizados, de acordo com as características da situação-problema a ser enfrentada, nos seguintes focos:

I. **PROGRAMA ESTRUTURANTE PARA ÁREAS ESTRATÉGICAS (PEAE)**: áreas identificadas como críticas para o posicionamento da UFPB, em três dimensões:

a. Liderança no conjunto das IFES da Região Nordeste:

A UFPB situa-se entre as cinco maiores e melhores IES da Região Nordeste, para vários dos indicadores relevantes, seja na área acadêmica ou administrativa. Com o presente PDI a instituição busca avançar em ritmo superior, ou no mínimo idêntico, às atuais líderes regionais (UFPE e UFRN) tanto em suas atividades finalísticas (ensino, pesquisa e extensão), quanto na sua organização e gestão administrativa.

b. Para seu alinhamento estratégico aos principais programas federais:

As Políticas Públicas nacionais, para sua maior efetividade, devem buscar promover a coordenação de suas ações, de tal forma que ocorra a plena obtenção de sinergias, potencializando os efeitos transformadores das estruturas sociais, econômicas e políticas do país. A Política de educação, em particular a de ensino superior, é um dos pilares deste processo de transformação estrutural, e deve ser articulada aos demais programas federais estruturantes em vigor no país. Na dimensão regional e estadual, portanto, se faz necessário identificar quais os principais programas e como o desenvolvimento da UFPB contribuirá para a promoção da qualidade de vida, através de seus impactos na atividade dos arranjos e sistemas produtivos localizados no estado e na Região Nordeste.

Os programas federais estruturantes de impacto na Região Nordeste e, particularmente, no estado da Paraíba, avaliados para definição das áreas estratégicas da UFPB são:

i) Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) – política que visa promover a ascensão de indústrias/setores à condição de liderança internacional, elevar ou manter a competitividade daqueles que já tem participação importante e desenvolver novas áreas. Desdobra-se nos seguintes objetivos: a) expandir a produção para evitar pressões inflacionárias e gargalos; b) preservar a robustez do balanço de pagamentos com aumento e diversificação de exportação e

atração de investimento estrangeiro direto; c) ampliar a inovatividade das empresas brasileiras; e, d) criar condições de acesso a mercados pelas micro e pequenas empresas.

Os sistemas produtivos que integram a PDP são:

- complexo industrial da saúde, higiene, perfumaria e cosméticos, nanotecnologia, biotecnologia;
- tecnologia de informação e comunicação, complexo de serviços;
- energia nuclear, complexo industrial de defesa, complexo automotivo, bens de capital, indústria naval e cabotagem, complexo aeronáutico;
- petróleo, gás natural e petroquímica, plásticos, bioetanol, siderurgia, celulose e papel, carnes;
- têxtil e confecções, madeira e móveis, couro, calçados e artefatos, construção civil, agroindústria, biodiesel.

ii) Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – visa ampliar o volume de investimentos, públicos e privados, para geração de emprego e renda. Principais medidas: 1) investimento em infra-estrutura (logística, energia e social); 2) estímulo ao crédito e ao financiamento; 3) melhora do ambiente do investimento; 4) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; 5) medidas fiscais de longo prazo.

iii) Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT) – Contempla projetos de construção, ampliação e modernização nas seguintes áreas:

- Logística: Rodovias, Ferrovias, Portos e Aeroportos;
- Energia: Geração de energia, Transmissão de energia elétrica, Petróleo e gás, Combustíveis renováveis e Energias de fontes renováveis;
- Infraestrutura Social: Programa Luz para Todos, Saneamento, Habitação, Metrô e Recursos hídricos.

iv) Programa Territórios da Cidadania – busca promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Suas ações envolvem:

I - integração de políticas públicas a partir do planejamento territorial;

II - ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas;

III - ampliação dos programas básicos de cidadania;

IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais vulneráveis;

V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental.

O Programa possui, ainda, três eixos de atuação – ação produtiva, cidadania e infraestrutura – que orientarão a elaboração das ações ministeriais em cada território.

c. Para o alcance dos seus objetivos estratégicos

Os três objetivos estratégicos do PDI são:

- Fortalecer o desempenho acadêmico e administrativo, através do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
- Consolidar e Expandir a posição da UFPB entre as IES líderes na Região Nordeste, no ensino, pesquisa e extensão;
- Promover, de forma integrada às demais instituições, o desenvolvimento do estado da Paraíba.

Esses objetivos indicam o sentido e o alcance deste PDI, quais sejam: consolidar o processo de transformação estrutural e organizacional, em cursos, para ampliar o efetivo impacto da instituição no cumprimento de sua missão. Operam esses objetivos também como elementos tácitos de coordenação das políticas e das expectativas dos gestores e da comunidade universitária, na medida em que identificam claramente a razão de ser dos programas, projetos e ações em desenvolvimento.

Frente a estas três dimensões que referenciam a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento da UFPB, o programa estruturante buscará criar as condições para que a UFPB se projete como Instituição de referência no ensino, na pesquisa e na extensão, foram selecionadas as seguintes áreas:

- Ciências Médicas e da Saúde: Farmácia, Medicina e Nutrição.
- Ciências Exatas e da Natureza: Ciência da Computação, Sistemas de Informação.
- Engenharias: Elétrica, Mecânica, Civil, Materiais, ambiental.
- Lingüística, Letras e Artes: Música, Artes Visuais, Mídias Digitais, Turismo, audiovisual.

II. PROGRAMA ESTRUTURANTE PARA ÁREAS LÍDERES (PEAL): áreas em que a UFPB possui reconhecimento regional e/ou nacional como formação de excelência. Para estas áreas o programa estruturante buscará dar condições de excelência em nível regional, nacional

ou internacional (a depender da escala de referência), em termos de instalações físicas e equipamentos (para salas de aula e laboratórios), redes de comunicação (telefonia, internet, vídeo-conferência), apoio para projeção e fixação da imagem institucional como áreas de excelência (realização de eventos, estratégias de comunicação institucional), intercâmbio internacional (docentes e discentes), entre outras modalidades. São elas:

- Ciências Humanas: Direito
- Linguística, Letras e Artes: Letras, Jornalismo;
- Ciências Agrárias: Agroindústria, Agronomia, Ciências Agrárias;
- Ciências Exatas e da Natureza: Biologia;
- Engenharias: Engenharia de Alimentos e Produção;
- Ciências Médicas e da Saúde: Odontologia.

III. PROGRAMA ESTRUTURANTE PARA ÁREAS A FORTALECER (PEAF): áreas em que há deficiências estruturais (instalações, docência, PPC's etc.) a serem corrigidas. Para estas áreas o Projeto REUNI propôs, e a UFPB colocou em execução, um conjunto de ações e projetos que visam propiciar condições infraestruturais, organizacionais e acadêmicas para a melhoria substancial do desempenho discente e docente. A análise dos vários indicadores e avaliações, internas e externas, permitiu identificar os seguintes áreas/cursos que demandam o Programa de Fortalecimento:

- Ciências Sociais Aplicadas: Economia, Administração, Contábeis, Biblioteconomia, Relações Internacionais, Arquivologia;
- Ciências Humanas: História, Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais, Filosofia, Tradução;
- Ciências Exatas e da Natureza: Estatística, Matemática, Física, Química, Geociências, Sistemática;
- Ciências Médicas e da Saúde: Enfermagem, Fisioterapia;
- Ciências Agrárias: Zootecnia;
- Linguística, Letras e Artes: Educação Artística.

ANEXO IV – PROJETOS SISTÊMICOS

Os Projetos Sistêmicos representam as distintas dimensões da estruturação do pleno funcionamento da UFPB, agindo como instrumentos de fortalecimento do atual ciclo de expansão e desenvolvimento da instituição, sendo considerados pervasivos (por estarem presentes nos diversos níveis organizacionais) e sinérgicos (por proporcionarem efeitos catalisadores e de potencialização mútua).

Para este Plano de Desenvolvimento Institucional, a UFPB definiu quatro projetos de natureza especificamente sistêmica:

1. Difusão da Cultura do Planejamento;
2. Nova Organização da Prefeitura Universitária;
3. Modernização da Gestão Administrativa;
4. Novo Modelo de Comunicação.

Para cada um destes projetos, buscou-se identificar a sua situação atual, seu objetivo, suas principais metas e as unidades responsáveis pela sua execução e acompanhamento, conforme abaixo.

QUADRO XXIII – PROJETOS SISTÊMICOS

Projeto	Cultura do Planejamento	Nova Organização da Prefeitura Universitária	Modernização da Gestão Administrativa	Novo Modelo de Comunicação
Situação Atual	unidades acadêmicas e administrativas da UFPB desconhecem as práticas, instrumentos e metodologias de planejamento, tornando sua visão imediatista e focada na rotina diária. Baixo uso de critérios de hierarquização, de variáveis estratégicas e de mecanismos de avaliação/controle.	fiscalização eficaz, mas necessitando ampliar eficiência; sobrecarga de técnicos, engenheiros e arquitetos; gestão centralizada no campus I	perda de quadros qualificados e experientes; crescimento exponencial do volume de trabalho; infraestrutura parcialmente inadequada; inadequada formação ou carência de capacitação.	falta de uniformização da Comunicação (Reitoria, centros; departamentos); dimensões limitadas das mídias operadas.
Objetivo	capacitar gestores e STA's, visando modernizar a gestão universitária e elevar o grau de eficiência e efetividade das ações da UFPB.	Eficiente e moderna fiscalização de obras, quadros de STA's no perfil e dimensão adequados, modernização administrativa, descentralização por campus.	reorganizar procedimentos e rotinas para elevar eficiência administrativa.	tornar a comunicação uma área estratégica de gestão; ampliar transparência, para públicos interno e externo, da gestão administrativa e acadêmica em todas as esferas, bem como sua promoção e

				valorização institucional; servir de veículo de produção acadêmica.
Metas	implantar capacitação periódica em planejamento, articular e integrar o orçamento ao planejamento, reorganizar a governança dos projetos e programas, estabelecer o SIMEC como instrumento gerencial.	ampliar e otimizar a eficiência na execução dos projetos; aprovar Plano Diretor; Capacitar STA's nos campi e criar unidades descentralizadas.	Renovação e capacitação para gestão especializada; melhoria da infraestrutura; descentralização administrativa e orçamentária	implantar e operar a TV UFPB (já em 2010); e implantar a Rádio e a Revista da UFPB, bem como a edição de periódicos científicos (até 2012); potencializar produção acadêmica.
Responsáveis	PROPLAN.	PU, PRA, PROGEP, PROPLAN.	PRA, PROPLAN, PROGEP.	Pólo Mulmídia, Ass.de Comunicação, PROPLAN.

Fonte: PROPLAN/UFPB

ANEXO V – DESTAQUES ESTRATÉGICOS

Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF

De acordo com informações do Tribunal de Contas da União (TCU), os hospitais universitários (HU) têm enfrentado problemas de financiamento das suas atividades de assistência, ensino, e extensão. Aponta como causas para esses problemas investimentos insuficientes, precariedade do quadro de recursos humanos (grande quantidade de funcionários terceirizados e número crescente de aposentadorias), defasagens da tabela de pagamento do SUS, deficiência da infraestrutura, bem como ausência de capacitação de gestores hospitalares.

Sugere que os HU tenham por base mecanismos de gestão descentralizados (maior autonomia de gestão) e implementação de financiamento mediante contratos, além da criação de um modelo de alocação de recursos orçamentários.

Diante da realidade dos HU, o Ministério da Educação (MEC) apresentou ao Conselho Pleno da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais (ANDIFES) o Plano de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), instituído através do Decreto nº 7.082/10. O REHUF tem como objetivo primordial a avaliação situacional dos HU e o planejamento de ações a médio/longo prazo para os hospitais universitários do país³

Cada universidade deverá apresentar o seu plano de reestruturação, contendo: diagnóstico situacional da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos; especificação das necessidades de reestruturação da infraestrutura física e tecnológica; análise do impacto

³ Os projetos devem estar integrados ao SUS nos termos do art. 4º da Lei n 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.

financeiro previsto para desenvolvimento das ações de reestruturação do hospital; elaboração de diagnóstico da situação de recursos humanos; e proposta de cronograma para implantação do Plano de Reestruturação, vinculando-o ao desenvolvimento de atividades e metas.⁴

O plano de reestruturação e expansão do HULW está em fase inicial de elaboração e pretende respeitar os seguintes parâmetros:

- a) participativo;
- b) abrangente e inovador em seus objetivos e preciso e claro em seus resultados esperados;
- c) aderente ao padrão vigente nos modernos complexos de saúde instalados no país; e
- d) factível frente ao contexto atual e a história pregressa do HULW;

Definiu-se como metodologia de trabalho:

- criação de grupos de trabalho, organizados hierarquicamente, com a participação do HULW, PRA e PROPLAN;
- reuniões com dirigentes e gestores do HULW, secretarias Estadual e municipais, especialistas e pesquisadores;
- coleta de informações referentes à infraestrutura do HU;
- dimensionamento dos nexos atuais e potenciais entre as necessidades da base produtiva do HULW (e seus fornecedores) e as características da base científica e tecnológica instalada;
- elaboração de uma matriz de planejamento;
- definição de um conjunto de ações estratégicas a promover.

O HULW é um hospital de média e alta complexidade e desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de prestar assistência médico-hospitalar primordialmente às comunidades mais carentes. Entretanto, tal papel é cumprido de forma incipiente diante da falta de investimentos. É dependente dos recursos de contratualização celebrado através de convênio com a prefeitura Municipal de João Pessoa e com a Fundação José Américo de Almeida.

O REHUF é de fundamental importância para o HULW, que é o único hospital da Paraíba que atende nas clínicas médicas, cirúrgicas, materno-infantil e doenças infecto-contagiosas, sendo que esses dois últimos funcionam também em caráter de urgência. É vital ao atendimento da população paraibana e de Estados circunvizinhos que demandam seus serviços.

⁴ As disposições necessárias para implementação do Decreto N° 7.082/10 serão divulgadas no dia 27 de maio de 2010.

O REHUF permitirá potencializar os impactos do HULW em termos de contribuições ao estado da Paraíba, aperfeiçoando a integração universidade-setor produtivo e universidade-comunidade, bem como permitirá ampliar a quantidade e qualidade da base técnico-científica do hospital e as condições materiais e institucionais para que o HULW possa desempenhar plenamente suas funções.

Novo Sistema de Informações da UFPB – Adaptação do Sistema da UFRN.

A política de gestão da informação da UFPB, para o período 2009-2012, estabeleceu como foco de suas ações a implementação de novos sistemas de informação por meio da formalização de parceria de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Nesta parceria, estão previstos investimentos para a implantação, até 2012, dos três módulos do sistema de informação da UFRN:

QUADRO XXIV – MÓDULOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA UFRN A SEREM IMPLANTADOS NA UFPB ATÉ 2012		
SISTEMA	CARACTERÍSTICAS	ANO IMPLANTAÇÃO
SIGPRH (Sistema Integrado de Gestão, Planejamento e Recursos Humanos)	Informatiza os procedimentos de recursos humanos, tais como: marcação e alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros. A maioria das operações possui algum nível de interação com o sistema SIAPE (sistema de âmbito nacional), enquanto outras são somente de âmbito interno.	2010
SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos)	Controla os fluxos da área administrativa, informatização de todo o orçamento distribuído no âmbito interno e das requisições que demandam este orçamento (material, passagens, diárias, hospedagens, itens contratados, suprimento de fundos, auxílio financeiro, prestações de serviço pessoa física e jurídica, etc.). Informatiza os almoxarifados (centrais e setoriais), o controle patrimonial, as compras e licitações, o controle de atas e pedidos em registros de preços, o acompanhamento de entrega de empenhos (liquidação), o controle de obras e manutenções de bens imóveis, a aquisição de livros pela biblioteca, as faturas de água e energia, o controle dos contratos e convênios, o fluxo de processos e documentos eletrônicos, o registro e pagamento de bolsistas, o acompanhamento das despesas com automóveis e combustíveis. Portais de informações para os pró-reitores, para a auditoria interna e para a fundação.	2011
SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)	Informatiza os procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (<i>stricto</i> e <i>lato sensu</i>), ensino técnico, ensino médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino à distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Da mesma maneira do SIPAC também disponibiliza portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino à distância, coordenações <i>lato sensu</i> , <i>stricto sensu</i> e de graduação e comissões de avaliação (institucional e docente).	2012

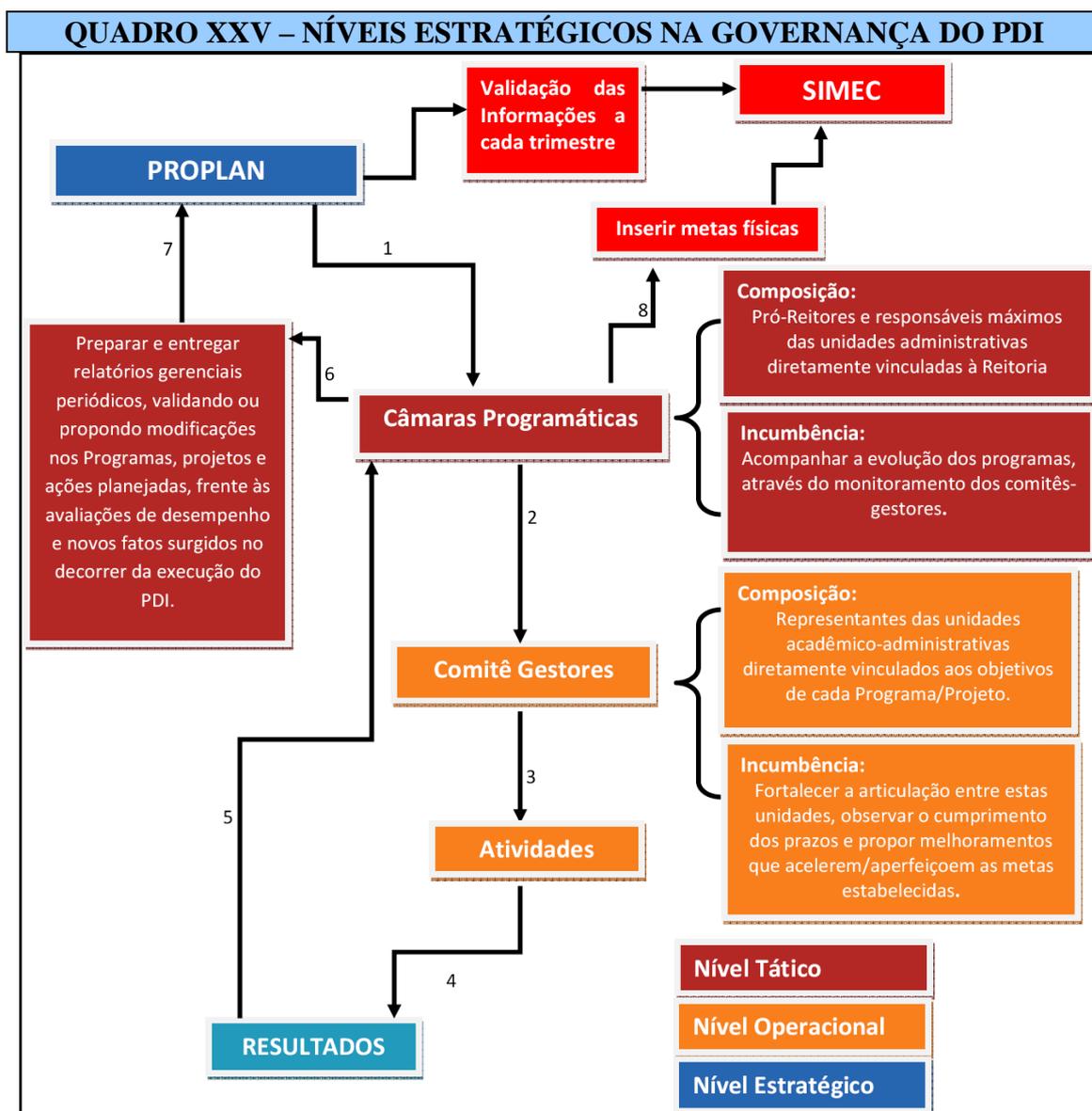
Fonte: NTI/UFPB.

A Assistência Estudantil

A Fissão da PRAC para a criação da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), com o surgimento de um novo órgão, constitui um passo importante que garante uma abordagem mais equilibrada e eficiente dessa atividade. Dois objetivos fundamentais motivam a iniciativa de desmembramento:

- atender a legislação Federal, que orienta a necessidade de uma unidade exclusivamente dedicada à Assistência Estudantil para IES com estudantes em número superior a 10 mil.
- assegurar a política e os programas de assistência estudantil, os quais foram definidos no projeto Reuni/UFPB.

ANEXO VI – ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA DO PDI



ANEXO VII – INTEGRAÇÃO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

No SIMEC - Sistema Integrado de Orçamento Planejamento e Finanças – existem vários módulos de acompanhamento de projetos e programas de governo, dentre eles está o PPA Monitoramento e Avaliação, onde as unidades integrantes o alimentam para que se tenha o monitoramento da execução da Lei Orçamentária Anual (LOA), através das suas metas físicas.

Na LOA, estão discriminados os recursos que serão destinados aos entes integrantes do Governo. Estes recursos, por sua vez, encontram-se detalhados por programas e ações. Deste modo, o orçamento da UFPB no ano de 2010 está distribuído através de 08 Programas, que são compostos por 23 Ações.

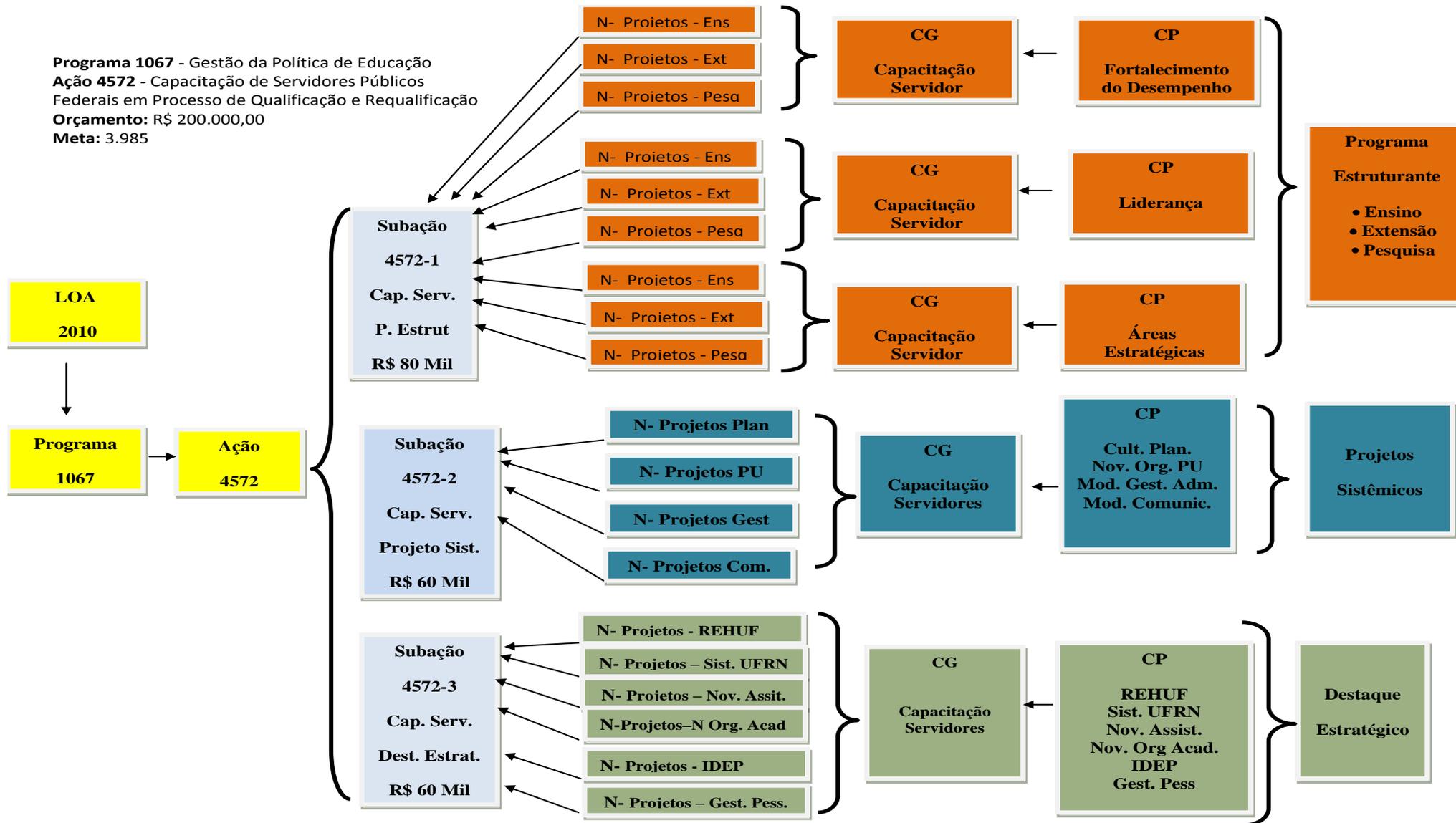
As ações citadas acima têm metas financeiras e, em sua maioria, metas físicas, que devem ser mensalmente informadas no módulo PPA Monitoramento e Avaliação do SIMEC. Assim, uma das propostas que se faz no PDI é a utilização desse instrumento como forma de monitorar internamente a execução das ações, bem como avaliar ao longo do ano o cumprimento das mesmas. E deste modo sanar possíveis falhas e problemas na execução das ações no decorrer do período.

Destarte, ao utilizar esse mecanismo como forma de acompanhar as ações que são executadas na Universidade, o que se propõe é a articulação do planejamento, orçamento e a execução das ações. As ações que compõem o orçamento da UFPB podem ser reagrupadas e/ou divididas, de modo a formar subações para que assim se possa ter uma melhor integração e acompanhamento entre planejamento e execução.

Para um melhor entendimento de como o planejamento dos instrumentos estratégicos do PDI (programas estruturantes, projetos sistêmicos e destaques estratégicos) serão vinculados ao orçamento, tomou-se como exemplo a capacitação de servidores, dada a sua importância para o alcance dos objetivos estratégicos elencados no PDI, que terá um comitê-gestor em cada um desses instrumentos.

Assim, a figura abaixo demonstra como se dará essa conexão entre os instrumentos e o orçamento. A ação para capacitação está dividida em subações, o que permite que seus recursos, dependendo do andamento dos projetos, possam ser realocados entre as mesmas.

Programa 1067 - Gestão da Política de Educação
Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Orçamento: R\$ 200.000,00
Meta: 3.985



ANEXO VIII – ÁREAS ESTRATÉGICAS

A UFPB identificou, no quadro abaixo, algumas áreas consideradas estratégicas, no sentido de constituírem um diferencial para a instituição.

QUADRO XXVI – ÁREAS ESTRATÉGICAS DA UFPB		
SERVIÇOS	<i>Saúde</i>	<i>Medicina (HU), Farmácia (fitoterápicos), Fisioterapia</i>
	<i>Cultura</i>	<i>Música, Antropologia, Ecologia, Gastronomia</i>
	<i>Tecnologias da Informação e Comunicação</i>	<i>Mídias Digitais, Audiovisual, Sistemas de Informações</i>
	<i>Setor Público</i>	<i>Gestão Pública, Economia, Pedagogia, Direitos Humanos</i>
AGRO-INDÚSTRIA	<i>Geociências e Tecnologia</i>	<i>Engenharia Ambiental, Combustíveis, Mecânica, Arquitetura</i>
	<i>Agrárias e Pecuária</i>	<i>Agronomia, Medicina Veterinária, Aqüicultura</i>

Fonte: PROPLAN/UFPB

ANEXO IX – CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPB

QUADRO XXVII - CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPB – 2009		
CAMPUS I		
Código INEP	Curso	Situação
CE		
13418	PEDAGOGIA	Ativo
122924	PEDAGOGIA EDUC. DO CAMPO	Ativo
113707	PEDAGOGIA PEC MSC	Ativo
116826	CIENCIAS DAS RELIGIOES	Ativo
122926	PSICOPEDAGOGIA	Ativo
CCSA		
13395	ADMINISTRACAO	Ativo
113621	ARQUIVOLOGIA	Ativo
13396	BIBLIOTECONOMIA	Ativo
13394	CIENCIAS ECONOMICAS	Ativo
13397	CIENCIAS CONTABEIS	Ativo
CT		
13427	ARQUITETURA E URBANISMO	Ativo
13429	ENGENHARIA CIVIL	Ativo
13428	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	Ativo
113617	ENGENHARIA DE MATERIAIS	Ativo
122934	ENGENHARIA DE PRODUCAO	Ativo
19563	ENGENHARIA DE PRODUCAO MECANICA	Ativo
113609	ENGENHARIA ELETRICA	Ativo
13430	ENGENHARIA MECANICA	Ativo
113604	ENGENHARIA QUIMICA	Ativo
13431	QUIMICA INDUSTRIAL	Ativo
113615	ENGENHARIA AMBIENTAL	Ativo
CCHLA		
107438	ARTES VISUAIS	Ativo
13459	CIENCIAS SOCIAIS	Ativo

124503	CIENCIAS SOCIAIS (LIC)	Ativo
22457	COMUNICACAO SOCIAL – JORNALISMO	Ativo
30652	COMUNICACAO SOCIAL – RADIALISMO	Ativo
28408	COMUNICACAO SOCIAL - RELACOES PUBLICAS	Ativo
13409	FILOSOFIA	Ativo
13415	HISTORIA	Ativo
80600	HISTORIA PARA O MSC	Ativo
13416	LETRAS	Em extinção
44113	LETRAS - LETRAS VERNACULAS	Em extinção
44114	LETRAS - LETRAS VERNACULAS E LINGUA ESTRANGEIRA MODERNA	Em extinção
107553	LETRAS - LINGUA ESPANHOLA	Ativo
107552	LETRAS - LINGUA FRANCESA	Ativo
107549	LETRAS - LINGUA INGLESA	Ativo
107548	LETRAS - LINGUA PORTUGUESA	Ativo
116830	LETRAS - Linguas Clássicas	Ativo
122928	LINGUAS ESTRANGEIRA	Ativo
126222	MUSICA – COMPOSICAO	Ativo
97040	MUSICA – EDUCACAO MUSICAL	Ativo
26564	MUSICA - INSTRUMENTO	Ativo
97041	MUSICA - INSTRUMENTO E CANTO	Ativo
126505	MUSICA - PRATICAS INTERPRETATIVAS	Ativo
126565	MUSICA - PRATICAS INTERPRETATIVAS	Ativo
123240	MUSICA POPULAR	Ativo
123241	MUSICA REG. DE BANDAS	Ativo
13413	PSICOLOGIA	Ativo
26566	PSICOLOGIA - FORMACAO DE PSICOLOGOS	Ativo
13417	SERVICO SOCIAL	Ativo
107456	TEATRO	Ativo
28410	EDUCACAO ARTISTICA - ARTES CENICAS	Em extinção
28409	EDUCACAO ARTISTICA - ARTES PLASTICAS	Em extinção
23899	EDUCACAO ARTISTICA - MUSICA	Em extinção
122930	TRADUCAO	Ativo
19562	TURISMO	Ativo
43718	TURISMO - MARKETING TURISTICO	Ativo
44014	TURISMO - PLANEJAMENTO E ORGANIZACAO DO TURISMO	Ativo
CCEN		
13401	CIENCIA DA COMPUTACAO	Ativo
33772	CIENCIAS - BIOLOGIA	Em extinção
34805	CIENCIAS - MATEMATICA	Em extinção
27275	CIENCIAS – QUIMICA	Em extinção
118068	CIENCIAS BIOLOGICAS - BACH	Ativo
13399	CIENCIAS BIOLOGICAS - LIC	Ativo
43454	ESTATISTICA	Ativo
118070	FISCA – LIC	Ativo
13400	FISICA - BACH/LIC	Ativo
13406	GEOGRAFIA	Ativo

13402	MATEMATICA – BACH/LIC	Ativo
118074	MATEMATICA – LIC	Ativo
118076	QUIMICA – BACH	Ativo
13404	QUIMICA – LIC	Ativo
CCJ		
13398	DIREITO	Ativo
124523	DIREITO (SR)	Ativo
CCS		
13423	EDUCACAO FISICA	Ativo
122288	EDUCACAO FISICA (BAC)	Ativo
44258	ENFERMAGEM - GRADUACAO EM ENFERMAGEM	Ativo
44257	ENFERMAGEM - LICENCIATURA EM ENFERMAGEM	Ativo
13421	FARMACIA	Ativo
44133	FARMACIA - FARMACEUTICO BIOQUIMICO	Ativo
44134	FARMACIA - FARMACEUTICO INDUSTRIAL	Ativo
13422	FISIOTERAPIA	Ativo
122918	FONOAUDIOLOGIA	Ativo
13425	NUTRICAO	Ativo
13426	ODONTOLOGIA	Ativo
CCM		
13424	MEDICINA	Ativo
CAMPUS II - AREIA		
CCA		
13454	AGRONOMIA	Ativo
97767	CIENCIAS BIOLOGICAS	Ativo
97769	CIENCIAS BIOLOGICAS - ECOLOGIA	Ativo
113709	MEDICINA VETERINARIA	Ativo
13403	ZOOTECNIA	Ativo
CAMPUS III - BANANEIRAS		
CCHSA		
13455	ADMINISTRACAO	Ativo
80589	AGROINDUSTRIA	Ativo
13457	CIENCIAS AGRARIAS	Ativo
109626	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	Ativo
CAMPUS IV - LITORAL NORTE (MAMANGUAPE E RIO TINTO)		
CCHSA		
107348	ANTROPOLOGIA E CULTURAS INDIGENAS	Ativo
98984	CIENCIA DA COMPUTACAO	Ativo
98976	CIENCIAS CONTABEIS	Ativo
107352	DESIGN	Ativo
98980	ECOLOGIA	Ativo
100220	HOTELARIA	Ativo
99045	MATEMATICA	Ativo
107356	PEDAGOGIA	Ativo
98982	SECRETARIADO EXECUTIVO BILINGUEA	Ativo
107360	SISTEMA DE INFORMACAO	Ativo
UFPB VIRTUAL - CURSOS À DISTANCIA		
113701	CIENCIAS AGRARIAS - UV	Ativo
113699	CIENCIAS BIOLOGICAS - UV	Ativo
113705	CIENCIAS NATURAIS - UV	Ativo
109954	LETRAS – UV	Ativo
109948	MATEMATICA – UV	Ativo
109950	PEDAGOGIA – UV	Ativo

Fonte: NTI/UFPB

ANEXO X – AÇÕES ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (COAPE)

QUADRO XXVIII – AÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – UFPB (2009-2012)					
ÁREAS ESTRATÉGICAS	AÇÕES	2009	2010	2011	2012
MORADIA ESTUDANTIL	Construção de residência universitária Campus I (2 blocos)	-	X	X	-
	Reforma interna dos apartamentos das Residências universitárias Masculina/Feminina do Campus I	X	X	-	-
	Reforma e ampliação Residência Feminina Centro/Campus I	X	X	-	-
	Reforma Residências universitárias Masculina/Feminina Campus II	X	X	-	-
	Reforma Residências universitárias Masculina/Feminina Campus III	X	X	-	-
	Conclusão das Residências universitárias Masculina/Feminina do Campus IV	X	X		
	Serviço de Urbanização da Residência Universitária /Campus I	-	X	-	-
	Serviço de Urbanização da Residência Universitária Elizabete Teixeira	-	X	-	-
	Aquisição de Mobiliário para as residências Universitárias	X	X	X	X
	Aquisição de eletrodomésticos para as residências Universitárias	X	X	X	X
ALIMENTAÇÃO	Construção dos Restaurantes Universitários do Litoral Norte	-	X	X	-
	Construção do Restaurante Universitário do Campus II	X	X	-	-
	Construção do Restaurante Universitário do Campus III	X	X	-	-
	Aquisição de gêneros alimentícios para os Restaurantes dos Campi	X	X	X	X
SAÚDE	Construção de Posto de Saúde Campus I	-	X	-	-
	Compra de Equipamentos Odontológicos e médico para Posto de Médico Campus II	-	X	-	-
	Compra de Equipamentos Odontológicos e médico para Posto de Médico Campus III	-	X	-	-
	Articular parceria com o Hospital Universitário em relação ao atendimento médico para os Residentes e alunos carentes da UFPB	-	X	X	X
	Articular parceria com o Sistema Único de Saúde - SUS para atendimento médico aos Residentes e alunos carentes da UFPB	-	X	X	X
	Implantar Pequenas farmácias de Primeiros Socorros nas Residências Universitárias dos Campi da UFPB	X	-	-	-
DESEMPENHO ACADÊMICO	- Bolsas				
	- Estágios remunerados				
	- Ensino de Línguas				
	- Inclusão Digital				
	- Fomento à participação político-acadêmica				
CULTURA, LAZER E ESPORTE	- Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais				
	- Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer				
ASSUNTOS DA JUVENTUDE	- Orientação profissional, sobre mercado de trabalho				
	- Prevenção a fatores de risco				
	- Meio ambiente				
	- Política, Ética e Cidadania				
	- Saúde, Sexualidade e Dependência Química				

Fonte: COAPE/PRAC/UFPB.

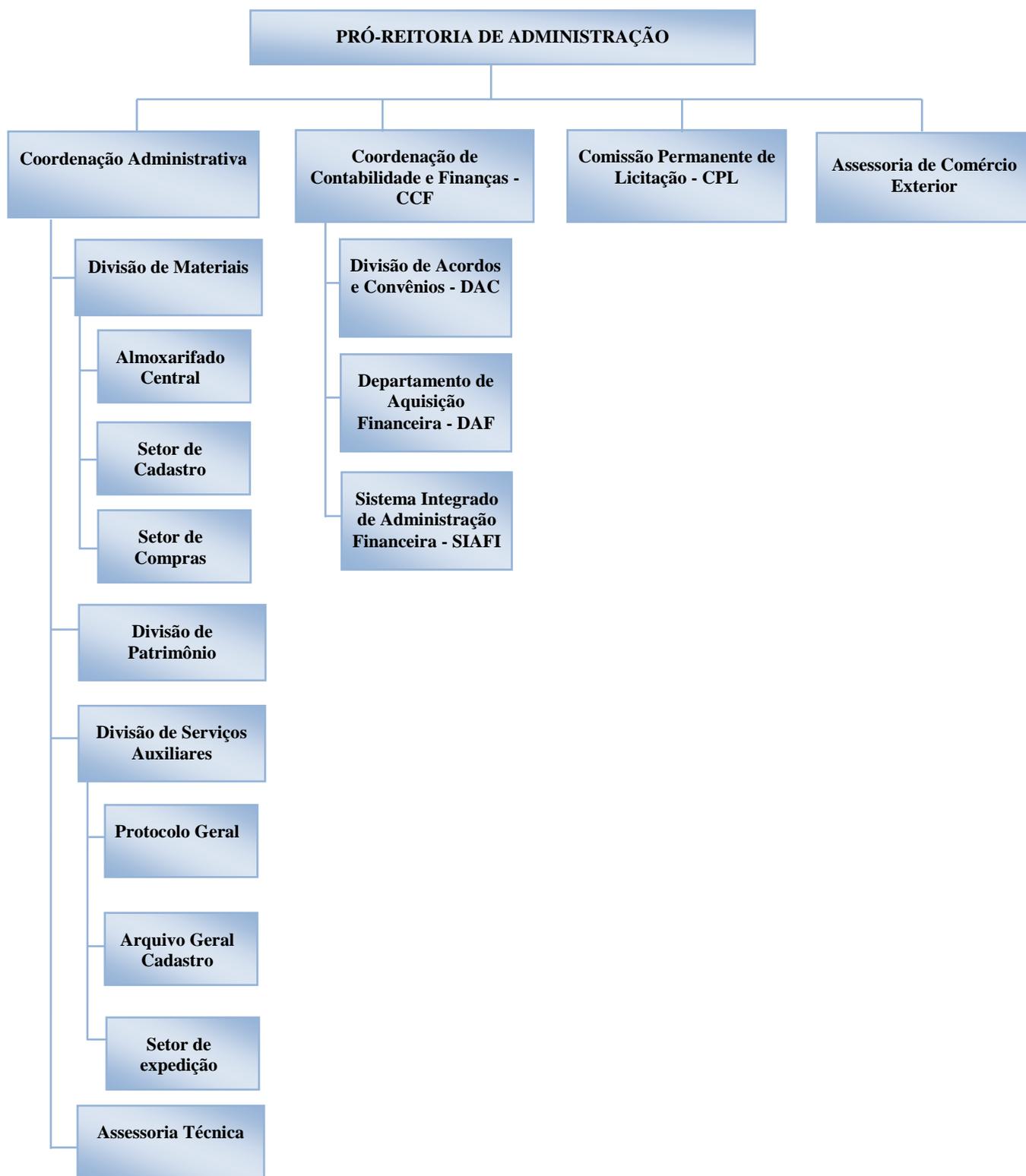
ANEXO XI – AMBIENTES ORGANIZACIONAIS

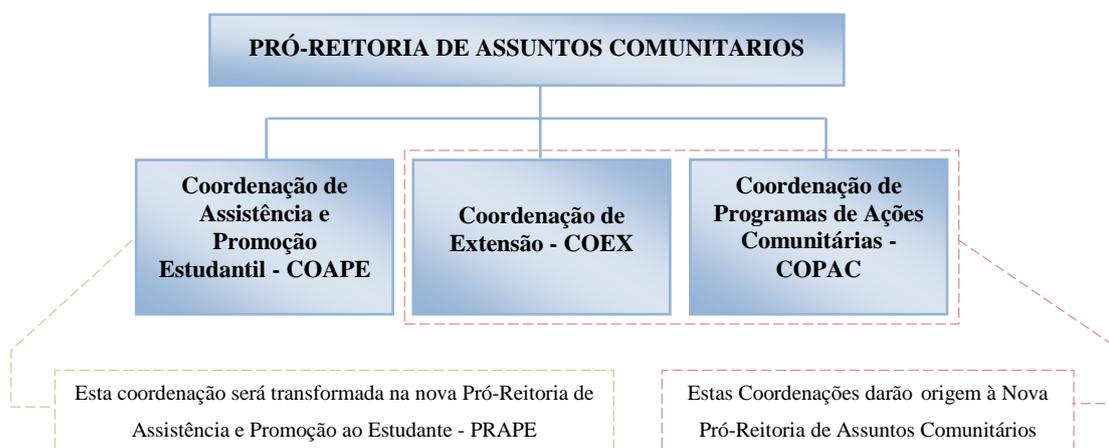
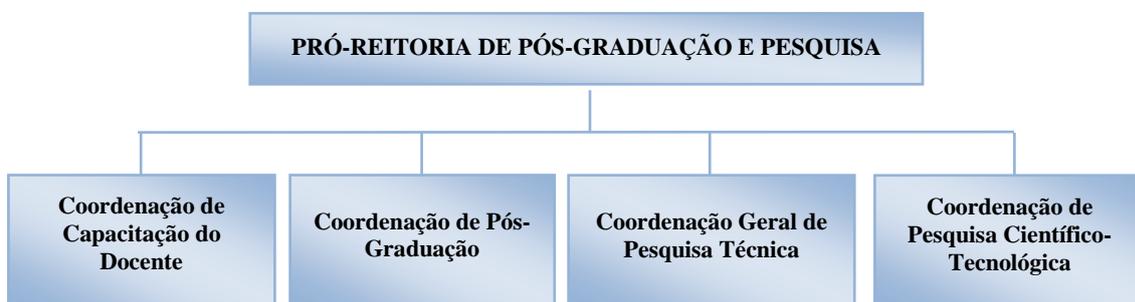
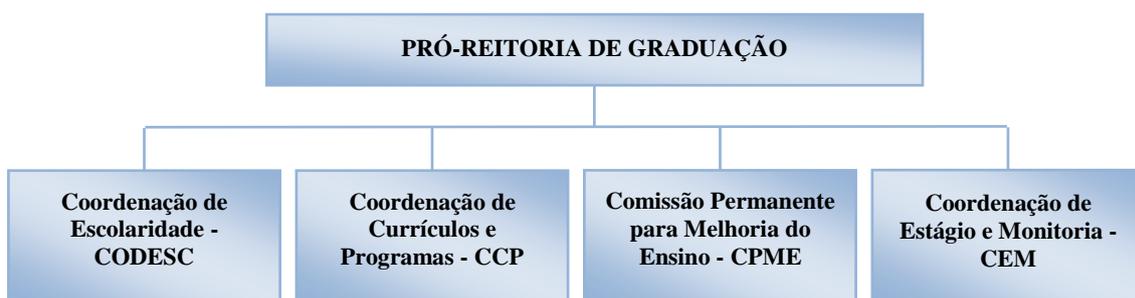
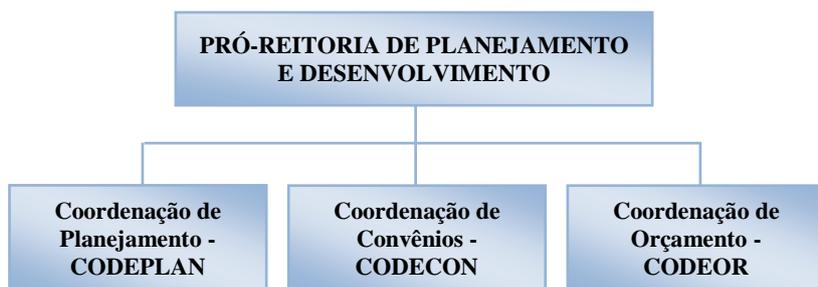
QUADRO XXIX – AMBIENTES ORGANIZACIONAIS	
AMBIENTES ORGANIZACIONAIS	RESUMO DOS AMBIENTES
Administrativo	Gestão administrativa e acadêmica envolvendo planejamento, execução e avaliação de projetos e atividades nas áreas de auditoria interna, organização e métodos, orçamento, finanças, material, patrimônio, protocolo, arquivo, administração e desenvolvimento de pessoal, saúde do trabalhador, higiene e segurança no trabalho, assistência à comunidade interna, atendimento ao público e serviços de secretaria em unidades acadêmicas e administrativas.
Infraestrutura	Planejamento, execução e avaliação de projetos e atividades nas áreas de construção, manutenção, conservação e limpeza de prédios, veículos, máquinas, móveis, instrumentos, equipamentos, parques e jardins, segurança, transporte e confecção de roupas e uniformes.

<p>Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas</p>	<p>Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, nos laboratórios, oficinas, campos de experimento ou outros espaços onde ocorra a produção e a transmissão do conhecimento no ambiente das ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas. Integram este ambiente as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição, forem consideradas necessárias ao cumprimento dos seus objetivos: direito, administração, economia, demografia, pedagogia, comunicação, serviço social, economia doméstica, turismo, filosofia, sociologia, ciências sociais, estudos sociais, antropologia, arqueologia, história, geografia, psicologia, educação, ciências políticas, lingüísticas, letras, cartografia, história natural, história da educação, relações internacionais, ciências contábeis e cooperativismo.</p>
<p>Ciências Biológicas</p>	<p>Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa, extensão, assistência e de apoio ao ensino em sala de aula, laboratórios, oficinas, campos de experimento ou outros espaços onde ocorra a produção e a transmissão do conhecimento no campo das ciências Biológicas. Integram este campo as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição, forem consideradas necessárias ao cumprimento dos objetivos deste ambiente: matemática, estatística, química, oceanografia, biologia geral, botânica, zoologia, morfologia, fisiologia, bioquímica, biofísica, farmacologia, imunologia, ecologia, parasitologia, bioengenharia, medicina, odontologia, farmácia, enfermagem, saúde coletiva, zootecnia, medicina veterinária, tecnologia de alimentos, educação, biomedicina, microbiologia e tecnologia de alimentos.</p>
<p>Ciências Exatas e da Natureza</p>	<p>Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, laboratórios, oficinas, campos de experimento ou outros espaços onde ocorra a produção e a transmissão do conhecimento no ambiente das Ciências Exatas e da Natureza. Integram este campo as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição, forem consideradas necessárias ao cumprimento dos seus objetivos: meteorologia, geologia, topografia, cartografia, saneamento, química, física, matemática, extração mineral, extração e refino de petróleo e gás natural, geologia, probabilidade estatística, ciências da computação, tecnologia da informação, astronomia, geociências, oceanografia, engenharias: civil, de minas, materiais e metalúrgica, elétrica, eletrônica, telecomunicações, mecânica, sanitária, química, de produção, nuclear, transportes, naval e oceânica, aeroespacial, biomédica e tecnologia de alimentos.</p>
<p>Ciências da Saúde</p>	<p>Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa, extensão, assistência e de apoio ao ensino em sala de aula, laboratórios, hospitais, ambulatórios, áreas de processamento de refeições e alimentos, campos de experimento ou outros espaços onde ocorre a produção e a transmissão do conhecimento no ambiente da saúde das Ciências da Saúde. Integram este campo as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição forem consideradas necessárias ao cumprimento dos seus objetivos: medicina, odontologia, farmácia, nutrição, serviço social, ciências biomédicas, saúde coletiva, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, radiologia, educação física, psicologia, enfermagem e medicina veterinária.</p>
<p>Agropecuário</p>	<p>Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, nos laboratórios, oficinas, fazenda-escola, campos de experimento ou outros espaços onde ocorra a produção e a transmissão do conhecimento no ambiente das Ciências Agropecuárias. Integram este campo as seguintes áreas, além de outras que em cada Instituição forem consideradas necessárias ao cumprimento dos seus objetivos: agronomia, recursos florestais, engenharia florestal, engenharia agrícola, medicina veterinária, recursos pesqueiros, engenharia da pesca, ciência e tecnologia dos alimentos, cooperativismo, zootecnia, curtume e tanagem, enologia, vigilância florestal, zoologia, defesa fitossanitária, produção e manejo de animais, mecanização agrícola, parques e jardins, beneficiamento de recursos vegetais, horticultura e produção de carvão.</p>
<p>Informação</p>	<p>Gestão do sistema de informações institucionais envolvendo planejamento, execução, coordenação e avaliação de projetos e atividades nas áreas de microfilmagem, tecnologia da informação, ciências da informação, comunicação, biblioteconomia, museologia e arquivologia.</p>
<p>Artes, Comunicação e Difusão</p>	<p>Planejamento, elaboração, execução e controle das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, nos laboratórios, oficinas, teatros, galerias, museus, cinemas, editoras, gráficas, campos de experimento ou outras formas e espaços onde ocorra a produção e a transmissão do conhecimento no ambiente das artes, comunicação e difusão. Integram este campo as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição, forem consideradas necessárias ao cumprimento dos seus objetivos: comunicação, artes, desenho industrial, museologia, relações públicas, jornalismo, publicidade e propaganda, cinema, produção cultural, produção visual, mídia, ciências da informação e tecnologia da informação.</p>
<p>Marítimo, Fluvial e Lacustre</p>	<p>Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, laboratórios, oficinas, campos de experimento ou outros espaços onde ocorra a produção e a transmissão do conhecimento no ambiente marítimo, fluvial e lacustre. Integram este ambiente as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição, forem consideradas necessárias ao cumprimento de seus objetivos: matemática, física, oceanografia, zoologia, morfologia, botânica, biofísica, parasitologia, engenharia naval e oceânica, antropologia, geografia, ciências políticas, engenharia cartográfica, estatística, biologia, ecologia, bioquímica, microbiologia, fisiologia, engenharia sanitária, recursos pesqueiros e engenharia de pesca, história, educação, língua portuguesa, ciências sociais, veterinária, agronomia e tecnologia da informação.</p>

Fonte: SRH/UFPB

ANEXO XII – ORGANOGRAMAS DAS PRÓ-REITORIAS





ANEXO XIII – ATRIBUIÇÕES DAS PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitoria de Graduação:

A Pró-Reitoria de Graduação é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de ensino nos cursos de graduação.

- planejar, coordenar e controlar, a nível de direção superior, as atividades de ensino de graduação mantidas pela Universidade;
- assessorar o Reitor e os órgãos deliberativos da administração superior da Universidade em assuntos relacionados com o ensino de graduação;
- integrar, como membro nato, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);
- expedir, para cumprimento pelos órgãos da administração setorial, normas e instruções, de natureza regulamentar, destinadas a assegurar a normalidade e o melhor desempenho das atividades didáticas, no âmbito do ensino de graduação, e a complementar e fazer cumprir as deliberações do CONSPE e do Reitor;
- fiscalizar o cumprimento das decisões do CONSEPE e do Reitor, no âmbito do ensino de graduação;
- supervisionar e controlar as atividades dos órgãos que lhe são subordinados;
- fiscalizar o andamento das atividades didáticas, em sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgãos da administração setorial no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;
- supervisionar, em articulação com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, a execução da política de pessoal docente;
- autorizar a expedição e registro de diplomas de graduação e assiná-los pelo Reitor;
- determinar o órgão de exercício dos servidores admitidos ou distribuídos para a Pró-Reitoria de Graduação, bem como redistribuir, de um para outro órgão sob sua jurisdição, o pessoal técnico-administrativo;
- supervisionar a execução do programa de monitorias acadêmicas;
- exercer, no âmbito de sua atuação, outras atribuições não especificadas neste Regimento.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de planejar, coordenar e controlar todas as atividades de pós-graduação, pesquisa e capacitação de docentes mantidas pela Universidade.

São atribuições do Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa:

- planejar, coordenar e controlar, em nível de direção superior, os cursos de pós-graduação mantidos pela Universidade nos seus dois níveis, mestrado e doutorado;
- planejar, coordenar e avaliar, a nível de direção superior, a política de pesquisa da Universidade e as atividades a ela atinentes;
- planejar, coordenar e controlar, em nível de direção superior, a política de capacitação de docentes da Universidade e as atividades a ela atinentes;
- planejar, coordenar e controlar, a nível de administração superior, os cursos de especialização e aperfeiçoamento e as residências da área da saúde mantidos pela Universidade;
- assessorar o Reitor e os órgãos deliberativos da administração superior da Universidade em assuntos relacionados com a pós-graduação *stricto e lato sensu*, a pesquisa e a capacitação de docentes;
- integrar, como membro nato, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE;
- expedir, para cumprimento pelos órgãos da administração setorial, normas e instruções, de natureza regulamentar, destinadas a assegurar a normalidade e o melhor desempenho das atividades no âmbito do ensino, de pós-graduação *stricto e lato sensu*, da pesquisa e da capacitação de docentes, e a complementar e fazer cumprir as deliberações do CONSEPE e do Reitor
- fiscalizar o cumprimento das decisões do CONSEPE e do Reitor em sua área de atuação;
- supervisionar e controlar as atividades dos órgãos que lhe são subordinadas;
- fiscalizar o andamento das atividades inerentes a sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgãos da administração setorial no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;

- supervisionar, em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação, a execução da política de pessoal docente;
- autorizar a expedição e registro de diplomas de pós-graduação e assiná-lo pelo Reitor;
- autorizar a expedição de certificados de cursos de especialização e aperfeiçoamento e de residências da área da saúde e assiná-lo pelo Reitor;
- determinar o órgão de exercício dos servidores admitidos ou distribuídos para a Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, bem como redistribuir de um para outro órgão sob sua jurisdição, o pessoal técnico-administrativo;
- supervisionar a execução dos programas de estágio e monitoria para graduados e demanda social;
- aprovar anualmente o calendário escolar dos cursos de pós-graduação;
- exercer, no âmbito de sua atuação, outras atribuições não especificadas neste Regimento e que sejam decorrentes, explícita ou implicitamente, de disposições da legislação federal de ensino e da legislação interna da Universidade, bem como as que lhe sejam eventualmente delegadas pelo Reitor.

Pró-Reitoria de Assistência e promoção ao Estudante (PRAPE)

A Pró-Reitoria de Assistência e promoção ao Estudante – PRAPE será o órgão auxiliar de direção superior cujo titular exerce suas funções por delegação do reitor.

São atribuições do titular da PRAPE, e de quem legalmente o substitua:

- planejar, coordenar e controlar a política de integração social do estudante universitário;
- promover atividades de assistência social, médico-odontológica, alimentar, habitacional e desportiva do corpo discente da universidade;
- planejar, superintender e coordenar as atividades de assistência estudantil na Universidade;
- fiscalizar o cumprimento, junto às unidades universitárias, das decisões da administração superior referentes à vida estudantil;
- constituir comissões especiais para estudos de problemas específicos da PRAPE;

- presidir as eleições para as representações e órgãos estudantis, conforme determinam as normas básicas do Regimento Geral da Universidade e a legislação em vigor, bem como fiscalizar o desenvolvimento das atividades supervenientes;
- gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinem a execução de suas atividades;
- propor a objetividade dos critérios básicos da política assistencial da Universidade, bem como das atividades extensionistas e de promoção estudantil;
- coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos que constituem a sua estrutura;
- baixar instruções, portarias e demais atos necessários ao fiel desempenho das atribuições que lhe são outorgadas;
- desempenhar as demais atribuições que eventualmente lhe forem delegadas pelo Reitor.

Pró-Reitoria Administrativa

A Pró-Reitoria Administrativa é o órgão auxiliar de direção superior incumbido de funções específicas e delegada pelo Reitor nas áreas de administração contábil e financeira, material, patrimônio e atividades auxiliares, além das atribuições discriminadas neste Capítulo.

O Pró-Reitor Administrativo participará do Conselho Universitário como membro nato, do Estatuto da UFPB, a este compete:

- baixar instruções, ordens de serviço e outras providências sobre os assuntos do âmbito da Pró-Reitoria;
- executar a programação financeira da Universidade tendo em vista os compromissos e os recursos repassados pelo Ministério da Educação, de convênios e contratos, bem como de outras agências financiadoras nacionais e estrangeiras;
- autorizar a prestação de serviços extraordinários por parte do pessoal técnico-administrativo, observadas as limitações impostas pela legislação e as disponibilidades orçamentárias e financeiras;
- assinar os empenhos e autorizar pagamentos das folhas mensais dos funcionários e servidores da Universidade;

- supervisionar o exercício das atribuições conferidas pelo Estatuto e regimento da Reitoria a Diretores de Departamentos, de Divisão e Chefes de serviços subordinados à Pró-Reitoria Administrativa.

As atividades administrativas poderão ser descentralizadas nos diferentes níveis, desde que a medida contribua para melhor atendimento dos seus objetivos.

A descentralização não impede que a Pró-Reitoria Administrativa e órgão da administração superior exerçam a supervisão, coordenação e controle, não só contábeis, como o do cumprimento da legislação vigente.

A descentralização será efetuada pelo Reitor, mediante poderes expressos na portaria delegatória. A descentralização se efetivará:

- no âmbito da Reitoria, através da distinção entre os níveis de direção e execução;
- no âmbito da Universidade, mediante a delegação de competência para a administração setorial;

A delegação de competência, quanto ao ordenador de despesas e gestor dos recursos financeiros, poderá ser feita,

- no âmbito dos órgãos auxiliares da direção superior;
- no âmbito da administração setorial;
- no âmbito dos órgãos suplementares.

Mesmo diretamente subordinados a órgãos setoriais ou suplementares, os servidores responsáveis por atividades de execução orçamentária, contábil e administrativa terão subordinação técnica à Pró-Reitoria Administrativa cabendo-lhes, nesse particular:

- registrar os provisionamentos e repasses nas devidas fichas emitindo balancetes mensais nos prazos regimentais;
- manter nos Banco do Brasil, do Nordeste e Caixa Econômica Federal os recursos em contas de Poderes Públicos vinculadas as receitas próprias de qualquer natureza, as orçamentárias e/ou convênios;
- manter em dia as conciliações bancárias;
- obedecer rigorosamente, no que tange à execução orçamentária ou de convênios, aos programas apresentados e às despesas empenhadas nas fontes, atividades e rubricas orçamentárias.

As licitações dos materiais e serviços devem obedecer aos itens e prazos do Decreto-Lei nº 200/66 e legislação subsidiária específica, sob a supervisão da Coordenação de Administração.

As comprovações das despesas registradas nos balancetes, empenhos, extratos bancários, devem acompanhar a prestação de contas, salvo casos em que a Coordenação de Contabilidade e Finanças acha por bem permanecer no órgão delegado para exame “*a posteriori*”.

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

Compete à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN coordenar as atividades de planejamento global e setorial da Universidade, compreendendo:

- o planejamento orçamentário;
- a modernização administrativa;
- o planejamento acadêmico;
- o controle e avaliação de plano, programa e projetos;
- a sistematização das informações administrativas.

Secretaria de Integração Universidade-Sector Produtivo – SIUSP

Compete à Secretaria de Integração Universidade-Sector Produtivo – SIUSP a promoção de uma efetiva, contínua e eficaz interação entre esta Universidade e os setores produtivos estadual, regional e nacional, particularmente com o do estado da Paraíba, compreendendo as seguintes atribuições:

- Promover e coordenar ações, conjuntamente, com os diversos setores da sociedade (governos federal estadual e municipal; associações de classe e constituintes do setor produtivo), visando refletir, discutir e divulgar políticas de desenvolvimento local, regional e nacional;
- Produzir e implementar mecanismos para a utilização de tecnologia industrial básica, tais como patentes, metrologia, certificação, normatização e inovação;
- Coordenar e manter permanentemente atualizado um banco de dados das potencialidades técnicas e científicas da UFPB, para atender às demandas da sociedade em geral;
- Promover uma efetiva interação entre a comunidade acadêmico-científica da UFPB com o setor produtivo tendo como objetivo identificar projetos de

pesquisas que possam transformar-se em inovações tecnológicas e aperfeiçoamento de processos;

- Incentivar, coordenar e apoiar ações de empreendedorismo, como: criação de empresas júnior, incubadoras de empresa de base tecnológica e parques tecnológicos, etc.;
- Difundir, no âmbito da UFPB, a cultura do empreendedorismo através de atividades didático-pedagógicas, visando uma formação empreendedora dos corpos discentes e docentes da instituição;
- Fortalecer, em nível nacional e internacional, a interação da Universidade com órgãos de fomento para o estabelecimento de ações empreendedoras;
- Coordenar ações que possibilitem a inserção da UFPB no processo de desenvolvimento tecnológico nacional, via geração de novos produtos e processos;
- Desenvolver, em parceria com o poder público, ações nos campos social e educacional;
- Manter intercâmbio com setores de outras instituições de ensino superior que atuem com estes objetivos, visando a troca de experiências e idéias, bem como o desenvolvimento, em parceria, de projetos de interesse comum.

ANEXO XIV - ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA.

- Normatização de conceitos, conforme Art. 8º do Decreto 5.296/2004:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

III - elemento da urbanização: *qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;*

IV - mobiliário urbano: *o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, telefones e cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;*

V - ajuda técnica: *os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida;*

VI - edificações de uso público: *aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral;*

VII - edificações de uso coletivo: *aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza;*

VIII - edificações de uso privado: *aquelas destinadas à habitação, que podem ser classificadas como unifamiliar ou multifamiliar; e*

IX - desenho universal: *concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.*

HINO DO ESTADO DA PARAÍBA

Letra: Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo

Música: Abdon Felinto Milanez

Salve, ó berço do heroísmo
Paraíba, terra amada,
Via-láctea do civismo
Sob o Céu do amor traçada!

No famoso diadema
Que da Pátria a fonte aclara
Pode haver mais ampla gema:
Não há Pérola mais rara!

Quando repelindo o assalto
Do estrangeiro, combatias,
Teu valor brilhou tão alto
Que uma estrela parecias!

Nesse embate destemido
Teu denodo foi modelo:
Qual Rubi rubro incendiado
Flamejaste em Cabedelo.

Depois, quando o Sul, instante,
Clamou por teu braço forte,
O teu gládio lampejante
Foi o Diamante do Norte!

Quando, enfim, a madrugada
De novembro nos deslumbra,
Como um sol a tua espada
Dardeja e espanca a penumbra!

Tens um passado de glória,
Tens um presente sem jaça:
Do Porvir canta a vitória
E, ao teu gesto a Luz se faça!

Salve, ó berço do heroísmo,
Paraíba, terra amada,
Via-láctea do civismo
Sob o Céu do amor traçada!